

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
Pós-Graduação em Ciência Ambiental

ANDRÉ AMARAL BAPTISTA

DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO DOS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS: UM
DIÁLOGO COM A COMUNIDADE QUILOMBOLA DA TAPAGEM -
ORIXIMINÁ- (PA) – EM BUSCA DE REFLEXÕES PARA A EFETIVAÇÃO DA
EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Niterói
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ANDRÉ AMARAL BAPTISTA

DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO DOS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS: UM
DIÁLOGO COM A COMUNIDADE QUILOMBOLA DA TAPAGEM -
ORIXIMINÁ- (PA) – EM BUSCA DE REFLEXÕES PARA A EFETIVAÇÃO DA
EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Educação Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. JOEL DE ARAÚJO

Niterói
2009

ANDRÉ AMARAL BAPTISTA

DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO DOS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS: UM
DIÁLOGO COM A COMUNIDADE QUILOMBOLA DA TAPAGEM -
ORIXIMINÁ- (PA) – EM BUSCA DE REFLEXÕES PARA A EFETIVAÇÃO DA
EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-
Graduação em Ciência Ambiental da
Universidade Federal Fluminense, como
requisito parcial para obtenção do Grau
de Mestre. Área de
Concentração: Educação Ambiental.

Aprovado em Maio de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. JOEL DE ARAÚJO - Orientador UFF

Prof. Dr. ALPHONSE GERMAINE ALBERT CHARLES KELECOM – UFF

Prof. Dr^a LILIA SEABRA - UERJ

Niterói
2009

Dedicado ao Amor, que se pode ser visto nas mais belas manifestações da natureza, e que se esconde nos corações e gestos humanos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que me encheram de energia, através de ensinamentos, amor, carinho, sorrisos e abraços! Família, amigos, mestres e aqueles que passam apenas para deixar uma mensagem, um sorriso.

Agradeço a Deus, pela diversidade, que me traz sempre descobertas infindáveis!

Em especial agradeço à turma PGCA 2007, por me mostrarem que o verdadeiro aprendizado vem da diversidade e do saber enxergar sua beleza. Certamente aprendi mais com vocês e é desse aprendizado que considero poder receber um título de “mestre”, apesar de considerar faltar muito para poder me intitular assim. Vocês já eram mestres antes mesmo desse papel lhes dizer isso!

E a todos os outros mestres que cruzaram meu caminho: Meus pais e irmãos, que fizeram de mim o que sou, e os amigos-irmãos que encontrei, encontro e encontrarei na jornada da vida, o verdadeiro mestrado, como aqueles verdadeiros mestres que habitam o coração da floresta, a comunidade da Tapagem.

E àqueles todos, que daqui ou de outros planos torcem por mim e me ajudam!

Muito e verdadeiramente agradecido!

"A educação faz um povo fácil de ser liderado,
mas difícil de ser dirigido;
fácil de ser governado,
mas impossível de ser escravizado."

Henry Peter

"É melhor tentar e falhar,
que preocupar-se e ver a vida passar;
é melhor tentar, ainda que em vão,
que sentar-se fazendo nada até o final.
Eu prefiro na chuva caminhar,
que em dias tristes em casa me esconder.
Prefiro ser feliz, embora louco,
que em conformidade viver ..."

Martin Luther King

SUMÁRIO

Resumo	vii
Abstract	viii
Parte I – Considerações Introdutórias	
Capítulo 1 – A questão Ambiental no século XXI	1
Capítulo 2 – A Educação Ambiental – da teoria a criação de políticas públicas	5
Capítulo 3 – Educação Ambiental como proposta/ alternativa na busca de soluções	11
Capítulo 4 – EfetivaÇÃO da EA	17
Parte II – Adentrando o Locus de pesquisa	
Capítulo 1 – O município de Oriximiná – PA	23
Capítulo 2 – Os Remanescentes de Quilombos	31
Capítulo 3 – A comunidade da Tapagem – a escolha do objeto e a descrição da paisagem	34
Parte III - Conhecendo os problemas socioambientais locais: O diagnóstico	
Capítulo 1 – Metodologia	44
Capítulo 2- Os Resultados	51
2.1- Resultados gerais	51
2.2 – A descrição dos problemas	57
2.2.1- Problemas grandes	57
2.2.1.1- Escassez de recursos	57
2.2.1.2- Falta de organização da comunidade	60
2.2.1.3- Posse de terra	65
2.2.1.4- Saúde	69
2.2.1.5- Representação (ARQMO, Mãe Dominga)	72
2.2.1.6- Falta de investimentos	75
2.2.1.7- Educação	78
2.2.1.8- Transporte	83
2.2.2 – Problemas médios	86
2.2.2.1- IBAMA	86
2.2.2.2- Prefeitura	97
2.2.3 – Problemas pequenos	100
2.2.3.1- Mineração Rio do Norte	100
2.2.4 – Não é problema	106
2.2.4.1- Água	106
2.2.4.2- Solo	110
2.2.4.3- Governo	112
2.2.4.4- Manejo do ambiente	114
Parte IV – Considerações finais	
Capítulo 1 – Discussão	117
Capítulo Final – Conclusões	127
Bibliografia	130
Anexos	139

RESUMO

A pesquisa, inicialmente evidencia a discussão que perpassa os valores/interesses/direcionamentos difundidos através da Educação Ambiental, via literatura pertinente sobre a temática. Nesse sentido, posiciona-se de forma tal que, faz referência a práticas educativas de uma educação ambiental *efetiva e comprometida*, cujo objetivo possa vir a ser a busca contínua e autogerida da solução dos problemas socioambientais locais. Uma dessas alternativas é o Programa de Formação de Educadores Ambientais (PROFEA), publicado pelo MMA/MEC, que tem como eixo principal o acesso a conteúdos através dos cardápios de aprendizagem. No intuito de contribuir para a prática e efetivaÇÃO da Educação Ambiental, considerando as diferenças culturais, ecossistêmicas, étnicas, políticas etc., características da pluralidade do Brasil, além das premissas teóricas e de políticas públicas educacionais, esse trabalho toma como objetivos principais: conhecer os problemas socioambientais da comunidade quilombola da Tapagem (ORIXIMINÁ-PA), através da realização de diagnóstico participativo, buscando a produção de nova metodologia, via a efetivação da Educação Ambiental como instrumental local. Como objetivos específicos, realizou-se um diagnóstico participativo socioambiental, descrevendo os possíveis problemas existentes a partir da visão local; descreveu-se e interpretou-se os problemas da comunidade, de acordo com a percepção dos entrevistados; traçou-se um perfil dos problemas da comunidade, de acordo com a demanda/ frequência apresentada pela comunidade local e, finalmente, discutiu-se a aplicação do diagnóstico, considerando-o como ferramental para a efetivaÇÃO da Educação Ambiental local. O diagnóstico apontou, a partir da opinião dos comunitários, 15 problemas locais que foram hierarquizados em *pequenos, médios e grandes*. A partir da realização do diagnóstico, torna-se mais propício a implementação de políticas ambientais educativas, como os cardápios de aprendizagem e o próprio PROFEA, sendo o diagnóstico um instrumento básico inicial para a prática da educação ambiental localmente efetiva. As reflexões e discussões realizadas contribuem para a conclusão de que metodologias e/ou práticas de educação ambiental comprometidas, devem pressupor a realização prévia de um diagnóstico socioambiental participativo, como elemento essencial da leitura da realidade local, possibilitando a efetividade de uma educação ambiental comprometida.

Palavras chave: Educação ambiental. Diagnóstico participativo. Efetivação. Socioambientalismo. Problemas socioambientais.

ABSTRACT

The research, initially evidences a discussion that permeates the valours / interests / directions spread via the Environmental Education, through relevant literature on the subject. Accordingly, it is positioned in such a way that refers to educational practices of an effective and committed environmental education, whose goal could become a continuous and selfmanaged search for the solution of the local social-environmental problems. One of these alternatives is the Environmental Educators Training Program (PROFEA), published by the MMA/MEC, which has as its main axis the access to content through the learn menus. Aiming to contribute to the practice and effectivACTION of Environmental Education, considering the cultural, ecosystem, ethnic, political, etc., differences, characteristics of the plurality of Brazil, in addition to the theoretical premises and educational public policies, this work takes as its main objectives: meet the social-environmental problems of the Quilombola community of Tapagem (Oriximiná-PA), through the application of participatory diagnosis, seeking the production of new methodology, through the effectivACTION of the environmental education as instrumental location. As specific objectives, it has been applied a social-environmental participatory diagnosis, describing the possible problems from the local view; it was described and interpreted the problems of the community, according to the perception of respondents; it was drawn up a profile of the community 's problems, according to the demand / frequency provided by the local community and, finally, it was discussed the application of the diagnosis, considering it as a tool for effectACTION of the local environmental education. The diagnosis indicated, from the opinion of the Community, 15 local problems which were hierarchic arranged in small, medium and large. Upon completion of diagnosis, it is more conducive the implementation of environmental education, as the learn menus and the own PROFEA, being the diagnosis a basic initial tool for the practice of environmental education locally effective. The reflections and discussions contribute to the conclusion that methods and/or practices of committed environmental education, must assume the previous realization of a social-environmental participatory diagnosis, as an essential element of local reality read, making possible the effectiveness of compromised environmental education.

KEYWORDS: Environmental Education. Participatory diagnosis. EffectivACTION. Social-environmentalism. Social-environmental problems.

Parte I – Considerações Introdutórias

Capítulo 1 – A questão Ambiental no século XXI

O planeta vem passando por mudanças velozes e intensas. Para saciar a máquina do consumo humano, a natureza segue sendo superexplorada, assim como os próprios seres humanos. Cada vez mais em voga está a questão ambiental, frente a catástrofes “naturais” (proveniente da natureza e não com o sentido de normalidade) como enchentes, secas, terremotos e ciclones, que se acentuam a cada dia. Além disso, existem as outras catástrofes, como fome, sede, epidemias, miséria, violência e desigualdade social, que caminham lado a lado com as ditas “naturais”, uma vez que são frutos de um mesmo modelo de desenvolvimento, onde lucrar é a meta.

Segundo Guimarães (1995),

Esses efeitos sentidos por todo o planeta são resultados da escala humana de intervenção sobre o meio ambiente. O problema está na escala, ou seja, na quantidade e na qualidade da intervenção humana”, que são acentuadas pelo modelo desenvolvimentista vigente. (p.33)

Desta forma o sistema segue por um rumo praticamente sem retorno, como uma ponte prestes a ruir, onde os caminhos se apresentam com alto grau de irreversibilidade no que tange a própria qualidade da existência humana, e,

conseqüentemente, também o planeta. Fenômenos como o do aquecimento global, aquecem não só a atmosfera e os mares, mas também as tensões entre os países nas diversas conferências para tratar sobre o tema. A questão é: chegamos a um ponto em que devemos solucionar os problemas ambientais urgentemente ou isso não será possível no futuro.

Porém, para superar as constantes crises (sócio, econômica, política, cultural, ambiental etc) pelas quais passa a comunidade global, e para mobilizar a busca por um desenvolvimento que seja sustentável, não existem ainda, maiores mobilizações, sobrepujando escusos interesses. Países como os Estados Unidos da América (EUA,) negam-se a assinar importantes tratados, como por exemplo, o denominado Protocolo de Kyoto.¹

Não por acaso, Brügger (1999, p.25) diz que a crise ambiental é compreendida como sendo mais uma crise de uma sociedade do que uma crise de gerenciamento da natureza. Isso, principalmente, porque “com a evolução da humanidade, os seres humanos vieram isolando-se em sua relação com a natureza; dominou-se o meio ambiente colocando-o a serviço do homem” (GUIMARÃES, 1995, p.33)

Sendo assim, urge cada vez mais a necessidade de se buscar ferramentas para tentar demonstrar a importância de uma atitude ecologicamente correta e da mobilização para tal busca uma vez que, segundo Rodrigues e colaboradores (RODRIGUES *et al.*, 2004), “um novo comportamento ambiental vem sendo exigido para buscar alternativas e soluções viáveis para solucionar problemas que comprometem a qualidade de vida da população em geral”.

Estas atitudes devem ter como base a participação/mobilização, a partir da consciência do “eu” como agente de mudanças na sociedade, ou seja, a consciência e busca de cidadania, já que “a prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica” (FIORI, 1987, p.5).

¹ Acordo no qual os signatários se comprometem a reduzir as emissões de gases estufas em 5,2% em relação aos níveis de 1990, no período entre 2008 e 2012.

Isso deve surgir com base em inquietações geradas a partir dos diversos problemas socioambientais existentes que assolam as diferentes comunidades ao redor do planeta, fazendo com que, uma vez que tenham informação/ conhecimento dos problemas, mobilizem-se, organizem-se e lutem tentem buscar a solução daqueles. Em síntese, a busca e exercício da cidadania, numa sociedade dita democrática, deve ser a chave propulsora para toda e qualquer mudança que possa dirimir essa crise.

Há um grande porém, anteriormente citado, que é a necessidade de lucrar a qualquer custo, imposta pelo modelo de desenvolvimento econômico que predomina na sociedade, aliado à falta de consciência do valor dos serviços ambientais que poderiam advir de um planeta ecologicamente saudável e equilibrado.

Como então, conscientizar, incentivar e estimular a população acerca desse valor denominado meio ambiente, além de promover a participação social?

Segundo Iniesta (1994),

Este é, sem dúvida, um momento histórico, de rápidas mudanças e transformações. Por isso faz-se necessário desenvolver uma educação de tipo inovador, que permita aos alunos elaborar soluções autônomas de maneira criativa, para enfrentar os novos problemas que surgem hoje, e mais ainda no futuro. (p.41)

Assim, aparece como elemento de extrema importância em busca de propostas de reflexão para tais questionamentos a educação.

Segundo alguns autores, dentre eles Paulo Freire, somente a educação pode dar conta de todas essas incongruências. Para o autor, a educação deveria priorizar tais processos, em detrimento de um ensino puramente didático, de uma simples “narração de conteúdos, que por isso mesmo, tendem a petrificar-se ou a fazer algo quase morto, sejam valores ou dimensões concretas da realidade” (FREIRE, 1987, p. 33).

Com a existência de lacunas dentro da discussão no campo educacional, facilitou-se o surgimento de algumas adjetivações, tais quais Educação Ambiental, Educação Socioambiental e Educação para o Desenvolvimento Sustentável, a fim de suprimir tais lacunas, da prática educativa. Desta forma, “a educação passa a adquirir novos significados nos processos de busca e construção de uma sociedade sustentável em que o cidadão é chamado a exercer um papel participante na comunidade” (PARIZOTTO, 2003).

Será tratada nesta pesquisa, então, a terminologia Educação Ambiental, como aquela que tem como função construir alicerces para solução de tais problemas, influenciando na busca do preenchimento das lacunas deixadas por um ensino somente “didático-pedagógico” e na construção de uma sociedade com valores em busca de uma sustentabilidade planetária.

Capítulo 2 – A Educação Ambiental – da teoria à criação de políticas públicas

Apesar de os primeiros registros do termo educação ambiental datarem do ano de 1965, na Grã-Bretanha, durante uma conferência em educação realizada na Universidade de Keele (DIAS, 2000), a temática ambiental continua a enfrentar tamanha dificuldade com a qual se depara desde que sua discussão atingiu o âmbito internacional, com a criação do Clube de Roma em 1968 e da posterior publicação do relatório limites do crescimento em 1972, que denunciava a busca incessante de crescimento material da sociedade, sem levar em conta o custo final desse crescimento (MEADOWS *et al.*, 1972). Este documento, além de alvo de críticas da classe política, também foi alvo de críticas de intelectuais latino-americanos que “liam nas entrelinhas a indicação de que para se conservar o padrão de consumo dos países industrializados era necessário controlar o crescimento da população nos países pobres” (REIGOTA, *op.cit.* p.14).

A publicação do relatório *Limites de crescimento*², impulsionou a realização da Conferência de Estocolmo, realizada no mesmo ano pela Organização das Nações Unidas (ONU) reunindo representantes de 13 países, que viria a gerar a “Declaração sobre o Ambiente Humano”, estabelecer o “Plano de Ação Mundial” e recomendar o

² Relatório publicado pelo Clube de Roma em 1972, que coloca explicitamente os limites do crescimento econômico devido à finitude dos recursos naturais, propondo o “crescimento econômico zero”. Evidenciava a completa falta de sustentabilidade dos padrões de consumo.

estabelecimento de um “Programa Internacional de Educação Ambiental”. Esta recomendação reconhecia o desenvolvimento da educação ambiental como elemento crítico para combate à crise ambiental, pois confirmava que “... se deve educar o cidadão para a solução dos problemas ambientais” (Ibid. p. 15). A delegação brasileira, assim como as de outros países em desenvolvimento que acusaram os países desenvolvidos de quererem limitar seu desenvolvimento, afirmou: “poluição é o preço que se paga pelo progresso”. (Ibid. p. 14)

Logo após a conferência de Estocolmo, a EA passou a ser amplamente discutida no âmbito internacional. Em 1975, foi realizado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, em Belgrado, o “Encontro Internacional sobre educação ambiental”, onde foram formulados os princípios para um programa de educação ambiental internacional, entre eles, continuidade, multidisciplinaridade, integração às diferenças regionais e que fosse voltada aos interesses nacionais. Neste encontro também foi gerada a famosa Carta de Belgrado (UNESCO, 1976-a). Até então, não se havia uma política educacional voltada para o meio ambiente por falta de interesse político no Brasil.

Apesar de sua marcante presença no contexto internacional, no contexto nacional a Educação Ambiental estava presente apenas nos “Protocolos de intenções”, firmados nesta época pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, em conjunto com o Ministério do Interior - MINTER, visando à inclusão de temas ecológicos nos currículos escolares. Porém, de acordo com Dias (2000, p.19), estes protocolos “... nunca saíram realmente das intenções”.

Foi apenas em 1981 que a Educação Ambiental apareceu na legislação brasileira, através da lei 6.983 que Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências (BRASIL, 1981). Nesta, a EA aparece como um princípio para a efetivação da Política Nacional de Meio Ambiente apenas, não sendo descrita, muito menos detalhada em teoria e práxis. Segundo Medina, a despeito de estar em plena ditadura militar no Brasil, tal acontecimento impulsiona o desenvolvimento da Educação Ambiental,

“... situando-a como um dos princípios que garantem a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar no país condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana” (MEDINA, 1997, p.263)

É importante ressaltar que a Educação ambiental primeiramente descrita no Brasil, neste episódio, no Art 2º Parágrafo X da mesma lei, é “educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente” (BRASIL, 1981)

Ainda que de forma insipiente, a EA aparece na Constituição Federal, por meio do artigo 225 que dispõe sobre o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e estabelece as incumbências do Poder Público para garantir a efetividade desse direito. Dentre essas incumbências consta a Educação Ambiental, no § 1º, Inciso VI, como devendo ser praticada em todos os níveis de ensino junto à conscientização pública para a preservação do meio ambiente (BRASIL, 1988-a) (LOUREIRO,2000).

Até então, a Educação Ambiental, apesar de ter seu papel reconhecido, ainda não tinha sido esmiuçada em prática e teoria na legislação. A lei apenas reconhecia a sua importância, no ensino formal e no ensino informal. O importante é mostrar que desde o reconhecimento de sua importância através da legislação brasileira, a Educação Ambiental tem um papel essencial na capacitação do povo para a participação ativa na defesa do meio ambiente ou preservação ambiental.

É na década de 90, porém que a EA começa a ganhar mais espaço nas discussões e práticas. Em 1992, o Rio de Janeiro seria o palco da *Conferência das Nações Unidas Sobre o Desenvolvimento e o Meio Ambiente* (Rio-92) com a participação de representantes de 170 países. Este evento, em termos de EA, corroboraria as premissas de Tbilisi e Moscou e acrescentaria a necessidade de concentração de esforços para a erradicação do analfabetismo ambiental e para as atividades de capacitação de recursos humanos para a área, estabelecendo uma proposta de ação para os próximos anos, denominada Agenda 21 (UNCED, 1992).

Ao mesmo tempo, acontecia a jornada de Educação Ambiental, Fórum Global paralelo à Rio-92, que produziu o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (TEASS), Documento gerado a partir de amplo processo mundial de consulta, o Tratado teve inicialmente como signatários a sociedade civil e é até hoje uma referência para a Educação Ambiental. Pouco a pouco o Tratado foi incorporado a políticas públicas locais e nacionais, tendo sido assumido como referencial para UNESCO no ano de 2000. O Tratado é documento de referência para o Programa Nacional de EA brasileira e destaca-se na sua introdução que:

Consideramos que a Educação Ambiental para uma sustentabilidade eqüitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva em níveis local, nacional e planetário. (TEASS, 1992)

Ainda, nessa mesma época, paralelo à Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, o Ministério da Educação (MEC) realizou de 1 a 12 de julho de 1992, em Jacarepaguá, Rio de Janeiro, o Workshop sobre Educação Ambiental. Os profissionais, reunidos nesse encontro, aprovaram a Carta Brasileira para Educação Ambiental, que apontava a necessidade de capacitação na área e que houvesse em compromisso real do poder público federal, estadual e municipal no cumprimento e complementação da legislação e das políticas para EA (MEC, 1992). Até esta época, porém, “a Educação Ambiental ainda não havia sido tratada como integrante da área de educação, mas sim de meio ambiente” (LOUREIRO, 2000, p.75).

Em cumprimento às recomendações da Agenda 21 e aos preceitos constitucionais, é aprovado no Brasil, em 1994, o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), que prevê ações nos âmbitos de Educação Ambiental formal e não-formal (MEDINA, *op. cit.* p. 264). Este programa foi criado pela Presidência da República o Programa Nacional de EA – PRONEA, que seria executado estreado a

parceria MEC/MMA no que diz respeito às políticas públicas de EA, definido por meio das sete linhas de ação (LOUREIRO, 2000) (MEC *et al.*, 1994). Foram elas:

- Educação ambiental através do ensino formal
- Educação no processo de gestão ambiental
- Campanhas de educação ambiental para usuários de recursos naturais
- Cooperação com meios de comunicação e comunicadores sociais
- Articulação e integração comunitária
- Articulação intra e interinstitucional
- Rede de centros especializados em educação ambiental em todos os Estados

Somente em 1996, porém, a Educação Ambiental aparece ligada diretamente à educação, na formulação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), onde aparece como tema transversal meio ambiente, que tem como finalidade “tratar das questões relativas ao meio ambiente em que vivemos, considerando seus elementos físicos biológicos e os modos de interação do homem e da natureza, por meio do trabalho, da ciência, da arte e da tecnologia” (BRASIL, 2001).

Mediante a este acontecido, segundo Luzzi (2003),

A educação ambiental foi reduzida, [...] a um tema a mais entre os denominados ‘emergentes da comunidade ou temas transversais’, em pé de igualdade como temas como ‘educação no trânsito’, a ‘educação para a saúde’ ou a ‘educação sexual’, desconhecendo a trama de relações que formam o sócio-ambiente em que vivemos. (p.179)

Em 1997, foi produzida a "Declaração de Brasília para a Educação Ambiental", a partir dos relatórios regionais da 1ª Conferência Nacional de Educação Ambiental (CNEA), constituída de Quarenta e cinco “problemáticas” e cento e vinte e cinco recomendações. ela foi levada em dezembro do mesmo ano para a Conferência de Thessaloniki, na Grécia, como documento oficial do Brasil sobre a Educação Ambiental.

Segundo Czapski (1998),

Na sua leitura, dá para entrever - de novo - a persistência do quadro negro para o setor no país, constatando-se que as palavras "carência" e "falta" estão entre as mais presentes. O documento é longo, valendo conhecer pelo menos o resumo das colocações. (p.67)

Somente em 1999, seria então sancionada a lei nº 9795, de abril de 1999, que Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências (BRASIL, 1999). Esta lei foi regulamentada pelo Decreto 4.281/02 (BRASIL, 2002) e implementada pelo Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), cuja primeira edição é de 2003 e que definiu os seus princípios básicos dentre os quais se destacam o enfoque democrático e participativo, uma concepção totalizante de ambiente e a garantia de continuidade e permanência do processo educativo (MMA & MEC, 2005).

Apesar de esta última, ser “a primeira lei na América Latina que torna oficial a Educação Ambiental como um instrumento educativo para a busca de padrões mais sustentáveis de sociedade” (LOUREIRO, 2000, p.79), parecendo o Brasil apresentar um certo “avanço no que se diz respeito à temática”, este quadro mostra o quão recente é a Discussão da EA no país, fazendo com que procedimentos de ordem prática ainda sejam/ estejam aquém do necessário.

Capítulo 3 – Educação Ambiental como proposta/alternativa na busca de soluções

Conforme já comentado no capítulo anterior, a Educação Ambiental, apesar de já completas três décadas, ainda apresenta uma “possível ineficácia dessa prática educativa apontada por alguns pesquisadores” (LAYRARGUES, 2000, p. 87). Isto pode ser devido à dois fatores: Por não tratá-la como alicerce para as soluções e sim esperar que seja a própria solução, sem perceber que “a educação, seja ela ambiental ou não, é um dos mais nobres veículos de mudança na história, mas não age sozinha” (LOUREIRO, 2000, p.80); e por a prática ainda necessitar “incorporar novos conceitos na educação ambiental que dêem conta das novas realidades” (LAYRARGUES, 2000, p.87).

Isto deve-se ao fato de que, historicamente, a Educação Ambiental teve início no espectro da chamada Educação Ambiental conservadora, ou seja, associada mais diretamente ao campo do ecologismo, “pautado numa prática conteudística, biologicista e pragmática” (*Ibid.*, p.87), através de “metodologias expositivas, enunciativas e impositivas com ênfase nos conteúdos, visando persuadir a respeito da conveniência da doutrina ecológica” (GUTIÉRREZ & PRADO³, 1999 *apud* AVANZI,

³ GUTIÉRREZ, F. & PRADO, C. 1999. *Ecopedagogia e cidadania planetária*. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire - (Guia da escola cidadã; v.3)

2004, p.40), que segundo Mata (1996), traduz a idéia de “portal verde” e que tem como implicações:

A primeira de reforçar, quiçá propriamente originar, a percepção ubíqua de meio intrinsecamente ligado a aspectos físicos ou naturais - o rio, a floresta, a montanha, o mar etc. A segunda de associar o meio ambiente a um altar sagrado, prometido, contemplado de longe e nunca acontecido e, por isso mesmo, cada vez mais distante, se não cambiante para o irreal. Por continuar longínquo e inacessível, não está ao seu alcance cuidá-lo. O meio ambiente é sempre e mais outro. E, com isso, a diligência é terceirizada. A difusão social da responsabilidade social com o meio, nessa perspectiva, faz do detentor de poder aquisitivo o seu maior, se não o único visitante; o que não significa, por si só, o seu grande zelador. A terceira de banir do seu contexto imediato, do seu cotidiano, a visagem de meio ambiente. A vivência é próxima e o meio é distante (...). Assim concebendo, deixa de expropriar-se de sua condição primária de existência por escapismo do direito a um meio satisfatório e decente da vida. (p. 121)

Desta forma, “entendendo o problema ambiental como um fruto de desconhecimento dos princípios ecológicos, que gera ‘maus comportamentos’, caberia à educação conservacionista, um instrumento de socialização humana perante a natureza, criar ‘bons comportamentos’ ”(LAYRARGUES, 2000, p.88).

Isso faz com que alguns autores, como por exemplo Figueiredo (2006) agrupem a EA junto a ecologia e afirmem que:

A ecologia e mesmo a Educação Ambiental, vêm sendo discutidas, de modo geral, sob uma perspectiva cartesiana, tendo sido sob essa matriz a concepção vigente da prática ambiental/ecológica. Uma prática, que aparenta ser, em sua maioria, destituída de reflexão crítica ecocêntrica, de uma consciência holística. (p.9)

Ainda, segundo o autor “a própria educação ambiental em geral se encontra, por não refletir um paradigma mais amplo, restrita a uma racionalidade instrumental, antropocêntrica” (FIGUEIREDO, 2006, p. 13).

Por isso, para Gadotti (2000, p.88), “a educação ambiental muitas vezes limitou-se ao ambiente externo sem se confrontar com os valores sociais, com os outros, com a solidariedade, não pondo em questão a politicidade da educação e do conhecimento”.

A fim de tentar amadurecer a relação teórico-prática envolto nessa discussão da educação ambiental, até então, amplamente pautada no conservadorismo, surgiram no Brasil e outros países durante a década de 90, do século passado, novas adjetivações para a prática educativa relativa ao meio ambiente. Assim, passou-se a falar em Educação para o Desenvolvimento Sustentável (NEAL, 1995), Ecopedagogia (GADOTTI, 1997), Educação para a cidadania (JACOBI, 1997) e Educação para Gestão Ambiental (QUINTAS & GUALDA, 1995), e outras. Todas essas adjetivações podem ser consideradas alternativas para o que a maioria dos teóricos do assunto escrevem sobre a própria EA. Seria apenas como “ignorar” a EA, tão maculada por práticas conservadoras e investir naquilo o que ela deveria ser, com outro nome. Isso, porém nada garante de que essa nova nomenclatura utilizada não venha cair numa prática conservadora.

Isso pode ser mais bem entendido, a partir da leitura do documento de Tbilisi⁴, que afirma que o processo de EA “deve proporcionar, entre outros fatores, a construção de valores e a aquisição de conhecimentos, atitudes e habilidades voltadas para a participação responsável na gestão ambiental” (LAYRARGUES, 2000, p.88), o que para o próprio autor, seria a Educação para a Gestão Ambiental.

Não por acaso, segundo Bertolucci (2005),

Ao contrapor-se a uma EA conservadora, as adjetivações de EA vislumbram um desafio: de colocar a educação e, em especial, a EA como um elemento central para a construção de uma sociedade socialmente mais justa, ecologicamente sustentável e igualitária.

A Educação Ambiental necessita “um envolvimento público através de programas de ação que ensinem os educandos a serem cidadãos ativos numa democracia” (TANNER, 1978, p.70), uma vez que “em vários documentos internacionais de relevo enfatiza-se a importância da educação ambiental, entre outros motivos, por sua relação com o exercício da cidadania, o que demonstra seu compromisso original com a formação da cultura democrática” (LEONARDI, 1997, p.398).

⁴ Documento gerado na conferência de Tbilisi, Geórgia, realizada em 1977, de onde surgiram as propostas, definições, os objetivos, os princípios e as estratégias para a Educação Ambiental. Postula que a Educação Ambiental é uma parte essencial para a educação global.

Segundo Parizotto (2003), a Educação Ambiental está “cada vez mais associada à crescente participação da população no exercício da cidadania e da luta pela vida digna”, demonstrando que o verdadeiro significado da Educação Ambiental, ao menos na teoria, vem superando os conceitos cunhados pela EA conservadora.

Como visto, a cidadania é um elemento essencial na prática da EA.

“É preciso então entender o conceito de cidadania como aquele em que o indivíduo participa de forma crítica e consciente da vida coletiva da sociedade, aquele que reclama, exige seus direitos, e exerce sua própria responsabilidade ambiental” (*Ibid.*). Para Gutierrez & Prado, “a cidadania ambiental compreende as obrigações éticas que nos vinculam tanto à sociedade como aos recursos naturais do planeta de acordo com nosso papel social e na perspectiva do desenvolvimento sustentável” (1999, p.14).

Ainda, para Parizotto (2003), “promover a compreensão dos direitos e responsabilidades cidadãos referentes ao meio ambiente e mobilizar ações voluntárias em todos os níveis da sociedade é o papel determinante da nova prática da cidadania”.

Porém, não basta somente se falar em cidadania, até porque, em certos momentos o termo é utilizado mais como jargão e menos como prática ativa, reflexiva e solidária, uma vez que, segundo Gentili (2000),

Os direitos da cidadania são comuns a todos os membros de uma comunidade. Por desconhecer, por exemplo, que temos direito à saúde não deixamos de ter (ou perdemos) o reconhecimento formal desse direito. Ocorre que a ignorância pode nos impedir de exercitar esse direito ou de reclamar por seu cumprimento. Por isso, a educação, entendida como o mecanismo de difusão dos direitos existentes, não forma a cidadania, embora a faça mais consciente. (p.146)

Ou seja, a cidadania é inerente ao povo, e o conhecimento dos direitos relativos à mesma, não a forma, apenas a torna mais consciente. É necessário exercer a cidadania, e para tal, “a posse de direitos deve combinar-se com uma série de atributos e virtudes que fazem dos indivíduos cidadãos ativos em consonância e mais além do que a lei lhes concede” (*Ibid.*, p.146-147). Dentre estas virtudes e atributos, estão, segundo Loureiro (1999, p. 12), “a participação dos atores sociais individuais e coletivos

nos espaços públicos; a solidariedade; o senso de responsabilidade; o respeito ao diverso e ao tradicional, ao global, ao local e, principalmente, respeito à Vida em todas as suas manifestações”.

Além disso, dentre os principais conceitos interconexos presentes em documentos como a Carta de Belgrado (UNESCO, 1976-a), o Taller Subregional de Educación Ambiental (UNESCO, 1976-b) e as orientações da conferência de Tbilisi (UNESCO, 1980), estão: a visão holística e de totalidade, a interdisciplinariedade, a participação, o caráter permanente, a aplicação em diversos espaços sociais, e a adequação à realidade local e cotidiana dos educandos.

Dentre os valores, os mais relevantes para que se possam tornar efetivos os direitos através do exercício da cidadania, são a pró-atividade, mobilização e participação. É através deles, que “sedimentamos as metas de autogestão, democracia, liberdade e convivência” (DEMO, 1988, p. 32). Sendo assim, “trabalhar com a Educação Ambiental é fornecer elementos conceituais e estimular o exercício da cidadania, como busca da concretização de um novo modelo societário e civilizacional pautado na ética ecológica e na justiça social” (LOUREIRO, 2000, p.72).

Outro elemento importantíssimo na prática da EA, também ligada ao exercício da cidadania é a adequação à realidade local, fazendo com que a mesma, tenha o dever de “ênfatar o estudo do meio ambiente onde vive o aluno, procurando levantar os principais problemas da comunidade, as contribuições da ciência, os conhecimentos necessários e as possibilidades concretas para a solução deles”, segundo Reigota (1994, p. 26-27).

Desta forma, “as ações pedagógicas devem superar a transmissão dos conhecimentos ecologicamente corretos, assim como as ações de sensibilização, envolvendo afetivamente os educandos com a causa ambiental” (GUIMARÃES, 2004, p.31), já que estará em voga as questões cotidianas do mesmo.

Assim sendo, a Educação Ambiental poderá “promover ambientes educativos que possam interferir sobre a realidade e seus problemas socioambientais e nesse processo educativo, num exercício ativo de cidadania dos educandos e educadores, contribuindo na

transformação da grave crise ambiental” (*Ibid.*, 2004, p.30-31), baseando-se “na formação de um indivíduo que seja capaz de transformar a realidade que está inserido, fazendo fortes reivindicações sociais e ambientais” (BERTOLUCCI, 2005).

Seguindo desta forma, a EA poderá atuar “de modo que sensibilize o educando de acordo com a sua realidade local, ou seja, trabalhar a vivência imediata para chegar a uma vivência plena” (GUIMARÃES, 1995, p.36), atuando então “de forma diferenciada em cada meio, para que se adapte às respectivas realidades, trabalhando com seus problemas específicos e soluções próprias em respeito à cultura, aos hábitos, aos aspectos psicológicos, às características biofísicas e socioeconômicas de cada localidade” (*Ibid.*, p.37).

Portanto, segundo Guimarães (1995)

Pode-se perceber por estes relatos que a Educação Ambiental vem sendo definida como eminentemente interdisciplinar, orientada para a resolução de problemas locais. É participativa, comunitária, criativa e valoriza a ação. É uma educação crítica da realidade vivenciada, formadora da cidadania. É transformadora de valores e atitudes através da construção de novos hábitos e conhecimentos, criadora de uma nova ética, sensibilizadora e conscientizadora para as relações integradas ser humano/sociedade/natureza objetivando o equilíbrio local e global, como forma de obtenção da melhoria da qualidade de todos os níveis de vida. (p.28)

Desta forma pode-se dizer que a EA realiza-se diferentemente em seus objetivos específicos para atender às características específicas de cada local e de uma forma única, em qualquer que seja o meio, em seus objetivos gerais de ampliação da consciência do educando. (p.39)

Capítulo 4 – EfetivaÇÃO da EA

Como visto, a Educação Ambiental é um tema que vem recentemente sendo muito discutido e refletido. É fato indiscutível que ela – a Educação Ambiental - constitui um dos alicerces para solução dos problemas pelos quais o planeta está passando, sendo um dos rumos a se trilhar na busca por um futuro sustentável. São diversos, porém, os conceitos acerca da Educação Ambiental, gerando um intenso debate, que acaba fazendo com que suas ações ainda estejam muito limitadas ao campo teórico. Ainda, no campo prático, devido à falta de informação e de uma política de educação ambiental efetiva, muitas ações não saem da superficialidade.

Tentando dirimir a diversidade conceitual acerca da temática, alguns autores agrupam as conceituações em diferentes correntes, como o faz Bertolucci (2005) através da classificação da Educação Ambiental em: EA Crítica, EA Emancipatória, EA Conservadora, EA Transformadora, EA Participativa, Ecopedagogia, entre outras. Apesar deste esforço de classificação da EA, de acordo com sua conceituação, poucos conhecem estas classes derivadas da EA e pouca bibliografia ainda é produzida acerca da temática. “Os referenciais teóricos por diversas vezes se repetem nas identidades de EA demonstrando que seus limites ainda são delicados, assim como seus objetivos e práticas, correndo o grande risco de esvaziar-se enquanto uma nova adjetivação de EA”.(Ibid.). Nem mesmo para os teóricos da EA está bem definida essa divisão. Por isso, Bianchini (1995) afirma “a educação é ambiental ou não é”.

O trabalho dos pensadores da EA, cada vez se intensifica mais, gera debates, buscam-se soluções, mas, continua a enfrentar um grande problema, que talvez seja o mais antigo, o de aplicar a Educação Ambiental a fim de produzir os diversos resultados a que ela se propõe. É difícil classificar a EA, discutindo qual é melhor para que, se não for produzida uma quantidade mais abrangente de resultados práticos. Como saber se a Educação Ambiental Transformadora corresponde a tal adjetivação se não há um número significativo de registros de sua prática? Como então, dizer que sua prática é “capaz de possibilitar a mudança de atitudes para o desenvolvimento de sociedades sustentáveis” (PEDRINI, 2007)?

É necessário exercer a EA. Do contrário ela será praticada superficialmente, e, porque não dizer ingenuamente, permanecendo no campo das práticas do ecologismo, da EA Conservadora, e que tem sido criticada pelos pensadores da EA Brasileira devido à “... sua despolitização e não contextualização social, econômica e cultural.” (BERTOLUCI, 2005).

Desta forma sim, poderiam se produzir dados para melhor esclarecer propostas de EA, de forma amparada pelo campo prático, já que na ciência, o pensamento é sempre impulsionado por esta espiral, entre teoria e prática, onde uma dá subsídio à outra, e assim vão se modelando, na promoção de novos paradigmas na ciência e muitas vezes em toda a sociedade. Segundo Morin (1999, p.34), “se tivermos o sentido da espiral, em dado momento começaremos um processo e o círculo vicioso se tornará em círculo virtuoso”.

A produção de teoria não amparada em prática, no campo da EA não para, e as pessoas insistem em discutir linhas de ação nacionais sem alicerce em experiências práticas, “com uma concepção viciosa de colocar a ação em segundo plano, priorizando a transmissão de informações teóricas pela racionalidade sem atender para a emoção. Limita-se assim à esfera teórica, sem agir na prática” (GUIMARÃES, 1995, p.32).

“Todavia, como processo completo, toda teoria precisa confrontar-se com a prática e toda a prática precisa retornar à teoria” (DEMO, 1993, p.129). Principalmente a EA, que

para alguns autores, como Keim⁵ (1984, *apud* GUIMARÃES, 1995, p.19) “este processo deve ser essencialmente uma pedagogia da ação para ação”.

Este debate teórico é positivo, mas chega um momento em que dificulta a prática. Não há como se chegar a uma metodologia única para o país. A sociedade brasileira é muito diversa, etnicamente, politicamente, culturalmente, ambientalmente e etc. Não se pode entender o país sob um só prisma e definir uma linha de ação única e satisfatória, muito menos sem entender/conhecer a lógica dos problemas socioambientais locais de forma participativa, afim de conhecer e poder interagir com o mundo subjetivo dos atores inseridos na dinâmica do local.

Por isso, Guimarães (1995), afirma que:

“Para vivenciar as contradições existentes na realidade, realizar a potencialidade do ser através das relações políticas, sociais e com o meio ambiente, é que se faz necessário em um processo de EA associar a atitude reflexiva com a ação, a teoria com a prática, o pensar com o fazer, para realizar um verdadeiro “diálogo”, como bem define Paulo Freire em sua proposta educacional; ou seja, ter a *práxis* em EA. Apenas a ação gera um ativismo sem profundidade, enquanto apenas a reflexão gera uma imobilidade que não cumprirá com a possibilidade transformadora da educação, já dizia Freire.” (p.32)

Ainda, como visto, necessita-se de políticas públicas mais efetivas e imediatas.

Para que se dê, porém, a **efetividade**⁶ do processo educativo fica clara a necessidade de uma formação de Educadores Ambientais bem elaborada. Desta forma, poderá ser feito o elo entre a teoria e prática em todos os sentidos e tornar efetiva a legislação. Segundo Riojas (2003, p.233), esta formação pode ser efetivada através da ambientalização dos currículos universitários, mas que ainda assim exige “... formação dos agentes incorporadores da dimensão ambiental no programa de estudos”,

⁵ KEIM, E. J. 1984. *Abordagem das relações entre os componentes ambientais nos livros didáticos de 1º grau*. Rio de Janeiro: UFRJ. (Dissertação de Mestrado em Educação).

⁶ No presente estudo será bastante usado o conceito de efetivar a EA, levando em consideração o significado de tornar efetivo, levar a efeito; e o significado de se fazer com que a EA tenha uma ação efetiva, ou seja, uma efetivaÇÃO da EA.

ou seja, a formação de professores formadores de licenciados, para que possa se dar de forma efetiva. Segundo Luzzi (2003, p.204) “A ambientalização dos currículos deve ser vista como um importante elemento organizador da prática”.

No Brasil, porém, “um aspecto controverso apresentado por alguns educadores, relaciona-se ao fato de a lei proibir a criação de disciplina específica em cursos de graduação” (LOUREIRO, 2000, p.78), tornando dificultada a ambientalização dos currículos, que deve ser feita apenas em cursos de extensão e pós-graduação, segundo a Política Nacional de EA.

Para Morin (1999, p.34), neste ponto cai-se em um paradoxo já colocado por Marx a respeito da Educação: “Quem educará os educadores? É preciso que eles se eduquem a si mesmos”. Em função disso, o Ministério do Meio Ambiente possui um Programa de formação de educadores ambientais – ProFEA que é um Programa do governo que surge “com a pretensão de qualificar as políticas públicas federais de educação ambiental para que exijam menos intervenções diretas e ofereçam mais apoio supletivo às reflexões e ações autogeridas regionalmente, no sentido de desenvolver uma dinâmica nacional contínua e sustentável de processos de formação de educadoras(es) ambientais a partir de diferentes contextos” (MMA & MEC, 2006). Não existe, porém, acessível, experiências práticas de tal metodologia.

Aparece dentro dessa metodologia, como o primeiro eixo pedagógico, o acesso a conteúdos e processos formadores através de Cardápios. A elaboração do cardápio, “requer uma progressiva e sistemática leitura da realidade, por intermédio de mapeamento e diagnóstico socioambientais participativos massivos, com envolvimento máximo da população, na coleta de informações (mapeamento) e interpretação das mesmas (diagnóstico)” (MMA & MEC, 2006). Porém, não existe bem clara, uma metodologia para a confecção dos Cardápios de aprendizado do ProFEA, que também não são vistos separadamente de todo o programa.

Um Cardápio Ambiental Local deve ser elaborado de forma participativa, explicitando os problemas socioambientais locais, através da lógica e histórico da comunidade, levantados através de diagnóstico participativo. Além disso, deve seguir apontando possíveis causas e soluções, mas não apenas focando nestas e

principalmente na explicitação e explicação do problema. Desta forma, este material se torna “base para a continuidade e a autogestão do processo educativo” (*Ibid.*), podendo ser utilizado tanto no ensino formal por educadores de todas as disciplinas, como no ensino informal e na conscientização, podendo sozinho nortear a prática educativa no sentido de fortalecer a identidade dos problemas e estimular a participação na solução dos mesmos.

Desta forma, o “Cardápio de aprendizagem” instituído pelo MEC, também chamado de cardápio ambiental local, tem como seu eixo principal um diagnóstico participativo dos problemas socioambientais locais. Como sendo a “porta de entrada” do ProFEA, o diagnóstico se mostra como o primeiro passo para a formação de Educadores Ambientais, através de tal programa.

Além disso, de ser chave principal para o processo de continuidade e autogestão da EA, o diagnóstico é essencial na própria prática de EA, afim de que esta “parta da consideração da problemática ambiental de cada espaço de que se trate” (LUZZI, 2003, p.210)

A importância do diagnóstico na **efetivaÇÃO** da EA, é explicitada por diversos autores, principalmente quando dizem que esta deve: “conduzir aos educadores e educandos a uma interpretação qualitativamente distinta da realidade e a partir dela buscar as mudanças necessárias para reverter os profundos problemas socioambientais que enfrentamos na atualidade” (PERALTA & RUIZ, 2003); “definir os problemas existentes e reconhecer as responsabilidades” (PARIZOTTO, 2003)

Ele aparece como elemento principal em diversas metodologias de EA, como por exemplo, a PROPACC - Proposta de participação-ação para a Construção do conhecimento, onde “o primeiro módulo está voltado para a análise e diagnóstico dos problemas socioambientais” (MEDINA & SANTOS, 2000).

Sendo assim, o diagnóstico se apresenta como uma peça chave na **efetiVAÇÃO** da EA conforme abordado nos capítulos anteriores, já que possibilita conhecer/ identificar os problemas, tornando possível a mobilização/participação dos atores como agentes de transformação e o exercício da cidadania, além de facilitar a

busca da coletividade, uma vez que fortalece a identidade dos problemas, para a possível solução dos mesmos. Somente desta forma, poderá se tornar efetivo um dos “elementos que contribuem para a especificidade da EA, talvez o mais importante (...) seu enfoque orientado para a solução de problemas concretos do meio ambiente humano”, uma das premissas de Tbilissi (GUIMARÃES, 1995, p.26).

É então, no intuito de contribuir para a prática e **efetivaÇÃO** da Educação Ambiental, levando em consideração as diferenças culturais, ecossistêmicas, étnicas, políticas etc, características da pluralidade do Brasil, além das premissas teóricas e de políticas públicas da Educação Ambiental que esse trabalho toma como **objetivo principal**:

- **CONHECER** os problemas socioambientais da comunidade quilombola da Tapagem (ORIXIMINÁ-PA), através da realização de diagnóstico participativo, buscando a efetivação de uma metodologia de Educação Ambiental como instrumental local.

E como **objetivos específicos**:

- **REALIZAR** um diagnóstico participativo dos problemas socioambientais locais,
- **DESCREVER/ INTERPRETAR** os problemas da comunidade, de acordo com a percepção dos entrevistados;
- **TRAÇAR** um perfil dos problemas da comunidade de acordo com a demanda/freqüência apresentada pela comunidade local;
- **DISCUTIR** a aplicação do diagnóstico, considerando-o como ferramenta para a **efetivaÇÃO** da Educação Ambiental local,

Parte II – Adentrando o Locus de pesquisa

Capítulo 1 – O município de Oriximiná – PA

Em junho de 1877, o Padre José Nicolino de Souza, natural de Faro (Portugal), em visita religiosa ao Brasil, chegou a foz do rio Nhamundá e subindo o Rio Trombetas localizou a parte de terra firme à margem esquerda do Rio Trombetas, em frente a desembocadura do Nhamundá. Ali instalou a Cruz de Cristo que foi o marco fundamental da Civilização, com o nome de Uruá-Tapera. Essa civilização durou um período de nove anos e o seu crescimento populacional, provocado pelo entusiasmo missionário do Padre José Nicolino, fez com que o lugarejo multiplicasse sua população, que logo alcançou centenas de residências, com pessoas que se deslocavam de diversas partes da região. Esse crescimento significativo chamou a atenção das autoridades do Estado, que o Presidente da Província da época Dr. Joaquim da Costa Barrada, através da Lei nº 1.288, promulgada em 11/12/1886, determinando a sua elevação à categoria de freguesia de Santo Antônio do Uruá-Tapera.

A aglomeração populacional é notória para o Estado, tanto que através de Ato administrativo o Governador Lauro Sodré em 09/06/1894, transformou a freguesia em vila já com o nome de Oriximiná. Em 03 de abril de 1900 o Governador do Estado Paes de Carvalho assinou a Lei nº 729 extinguindo a vila de Oriximiná e dividindo seu território entre os municípios de Faro e Óbidos. Em 04 de junho de

1933 o então Interventor do Pará o Major Joaquim de Magalhães Barata criou a Sub-Prefeitura de Oriximiná e logo em seguida assinou a Lei nº 1.442 de 24 de dezembro de 1934 emancipando politicamente Oriximiná (ORIXIMINÁ, 2007).

A Região de Integração do Município de Oriximiná é constituída de 151 localidades, compreendendo uma área territorial de 107.604,4 km² que representa cerca de 8,62% da área do Estado, sendo o segundo maior município em área (anexo 1). Possui um contingente demográfico de 53.135 habitantes que representa apenas 0,76% da população paraense, resultando numa densidade demográfica de 0,49 hab/km², bastante inferior a média do Estado que é de 5,59 hab/km² (*Ibid.*)

O Município de Oriximiná pertence à Mesorregião Oriximiná e à microrregião do Baixo Amazonas (ORIXIMINÁ, 2007). A sede do Município apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 01°46' 00 "S e 55°51' 30" W. Limita-se ao Norte com a Guiana Francesa e o Suriname, a Leste com o Município de Óbidos, ao Sul com os Municípios de Juruti e Terra Santa e a Oeste com o Município de Faro e com o Estado de Roraima (anexo 2). A sede municipal dista da capital Belém 818,5 km em linha reta. O percurso fluvial é de aproximadamente 80 horas ou 3,5 dias. No trajeto aéreo o percurso é de 1,50 h.

O Município de Oriximiná se relaciona com seu entorno principalmente nas áreas voltadas aos setores de saúde e educação. O Município recebe pacientes oriundos principalmente dos municípios de Óbidos, de Terra Santa, e de Juruti. Estima-se que 1% da população do município seja acrescida com a demanda desses pacientes. Quanto à educação, estima-se que 0,5% dos alunos matriculados nas escolas de ensino fundamental e médio do município sejam oriundos dos municípios vizinhos de Terra Santa, Óbidos e Juruti (ORIXIMINÁ, 2007).

Essa relação também se dá de modo inverso. No ano de 2005 cerca de 5.138 pessoas realizaram tratamento de saúde em Santarém, Belém e em Manaus, correspondendo a 10% da população do Município. Na educação aproximadamente 35% da população do município são estudantes e estima-se que 7% dos alunos concluintes do ensino médio e 5% dos concluintes do ensino fundamental seguem

para as capitais Belém e Manaus e para a cidade de Santarém para prosseguir seus estudos (ORIXIMINÁ, 2007).

Em 2004, haviam no município, 94 estabelecimentos educacionais de ensino fundamental e 2 estaduais de ensino médio. Existe também um único estabelecimento de ensino particular, nos dois níveis de ensino, para os funcionários da Mineração Rio do Norte (MRN), funcionando em Porto Trombetas (PARÁ, 2006)

Com relação à rede hospitalar, em 2003, haviam 21 unidades, entre postos e centros de saúde, ambulatórios e unidades de saúde de família e de vigilância sanitária (PARÁ, 2006).

O Município se relaciona economicamente mais estritamente com o Município de Santarém e com a Capital do Amazonas, Manaus, uma parcela significativa da população migrou para aquela cidade em busca de emprego e o comércio de Oriximiná é abastecido com produtos oriundos dessa capital (ORIXIMINÁ, 2007).

A análise dos dados coletados do IBGE, dos períodos de 1970 a 2005, mostra que, entre as décadas de 70 e 80 houve uma explosão demográfica (79,05%) e que a partir da metade da década de 80, houve uma queda no crescimento da população rural e o aumento da população urbana. Também se observa que nesse mesmo período a população rural cresceu 171,5% enquanto a população urbana cresceu 477,5%, resultando em uma Taxa de Urbanização de 60,38%.

É importante observar no mapa de evolução urbana que esse período, de 1970 a 1980, é marcado pela implantação do Projeto Mineração Rio do Norte em Porto Trombetas e logo em seguida com o início das operações desse empreendimento industrial. Já entre as décadas de 80 e 90 houve um crescimento considerável, embora com percentual abaixo do período anterior, mas ainda significativo, apresentando um crescimento de 75,95%. Também se constata que na metade desse período a população urbana ultrapassa a rural. No período entre 1991 a 2000 verifica-se um aumento populacional, mas de forma bem menor que a dos dois períodos anteriores, apresentando um crescimento de 37,9%. A partir da década de 90 a população urbana dá um salto de crescimento ultrapassando a

população da zona rural (ORIXIMINÁ, 2007). A partir do ano de 2000 o crescimento populacional se dá de forma gradativa, apresentando no período de 2000 a 2005 um aumento de 9,94%.

O Município de Oriximiná é quase totalmente recoberto pela Floresta Densa, assumindo esta inúmeras variações de porte e composição, de acordo com a fisiografia, solos e teor de umidade. Entre essas feições ou subtipos, destacam-se a Floresta Densa dos Platôs (altos e baixos), ao longo das margens do baixo curso do rio Trombetas; a Floresta Densa submontana em relevo aplainado, e em platô e relevo dissecado do Complexo Guianense e a Floresta Densa das baixas cadeias de montanhas (PARÁ, 2006).

Em torno da cidade de Oriximiná, encontra-se a principal área alterada pelo desmatamento, onde vegetam, além dos cultivos de subsistência, pastagens artificiais e a Floresta Secundária. Do mesmo modo, a ação das grandes companhias nas margens do rio Trombetas está produzindo grandes clareiras, cujo destino, em termos de recomposição vegetal, ainda não está assegurado na prática (Figura 1).

Todo o Município de Oriximiná é servido pela rede hidrográfica do rio Trombetas, o principal rio do Município, que tem afluentes com boas condições de navegabilidade. O rio Trombetas nasce ao Norte do Município e percorre todo o Município para o Sul, infletindo-se para o Sudeste. Após passar pela sede do Município, deságua no rio Amazonas, próximo à sede de Óbidos (PARÁ, 2006).



Figura 1: Desmatamento causado pela Mineração Rio do Norte. Disponível em <http://www.ibama.gov.br/flonasaraca/modulos/fotos>

A maioria dos lagos do município de Oriximiná também são navegáveis, representando o mais importante sistema de transporte nessa região, sem contar com o Rio Amazonas, principal via de acesso a outros municípios e capitais, como Belém e Manaus. O rio Trombetas, que drena/ escoa em grande parte em áreas cristalinas, apresenta uma densidade de drenagem considerável, formando em todos eles, uma série de cachoeiras e corredeiras que ocorrem no contato cristalino/sedimentar. São afluentes do rio Trombetas: os rios Turuna, Inambu, Cachorro e o extenso Mapuera, pela margem direita; pela margem esquerda: o rio Cuminá ou Paru do Oeste ou Erepecuru, que é o afluente mais importante e que serve de limite natural Leste, entre os Municípios de Oriximiná e Óbidos, pertencendo a Oriximiná seus afluentes pela margem direita (PARÁ, 2006).

O acesso hidroviário é o principal meio de transporte da região e a cidade se liga à Belém e as demais cidades vizinhas por via fluvial. O único acesso terrestre é a rodovia estadual PA-28 (Oriximiiná , Óbidos Alenquer) (ORIXIMINÁ, 2007).

As características climáticas do Município não diferem muito das de sua região. Predomina o clima equatorial semi-úmido, com temperaturas variando entre 25-30° (TAVARES, 2006). Quanto à umidade relativa do ar, esta apresenta valores acima de 80% em quase todos os meses do ano (ORIXIMINÁ, 2007). Assim, a pluviosidade se aproxima de 2.000 mm³ anuais. Entretanto, é um tanto irregular durante o ano. A estação chuvosa inicia em dezembro e se estende até maio (TAVARES, 2006). O excedente de água no solo, que corresponde para a população local à estação da cheia, vai de fevereiro a julho, sendo março o mês de maior índice. A deficiência de água, por eles chamada estação da seca, se intensifica entre agosto e dezembro, sendo setembro o mês de maior carência.

O município possui as seguintes áreas de proteção ambiental (Unidades de conservação) (ORIXIMINÁ, 2007):

- Floresta Nacional Saracá-Taquera — FLONA: Criada pelo Decreto nº 98.704 em 26/12/1989. É uma Unidade de Uso Sustentável que prevê desenvolvimento de projetos e pesquisas com o uso sustentável dos recursos da floresta. A unidade é adjacente à Reserva Biológica do Rio Trombetas que juntas compõem as Unidades de Conservação — UC federais do rio Trombetas, responsáveis pela proteção/preservação de cerca de 800.000 ha do bioma amazônico. Uma forte característica da região é a presença de comunidades Remanescentes de Quilombos, que se distribuem ao longo do rio Trombetas e estão presentes tanto na FLONA como na REBIO e seus entornos. Na FLONA existe a exploração de bauxita pela Mineração Rio do Norte S/A — MRN que explora o minério desde 1976. A área possui 70 (setenta) sítios arqueológicos registrados, com potencial para descoberta de novos sítios (anexo 3).
- Reserva Biológica do Rio Trombetas — REBIO: Criada pelo Decreto Federal nº 84.018 de 21/09/1979. É uma Unidade de proteção Integral que possui alto índice de diversidades de fauna e flora. A REBIO possui uma área de 385.000 ha e está localizada à margem esquerda do rio Trombetas. Apesar de o plano diretor do município dizer que “a reserva somente atende a pesquisadores e ações de educação ambiental”, ela também recebe os quilombolas

castanheiros registrados no IBAMA, no período de safra da castanha-do-pará (anexo 3).

Quanto às áreas de comunidades tradicionais, o município possui (ORIXIMINÁ, 2007):

- Áreas Quilombolas⁷: Os **territórios quilombolas** no município são formados por extensas áreas de floresta ainda conservadas que registram ocorrências de castanhais bem como, outras áreas de extrativismo. Essas comunidades localizadas na Bacia do rio Trombetas são denominadas: Área Alto Trombetas I: Abuí, Paraná do Abuí, Tapagem, Sagrado Coração, Mãe-Cué; Área Alto Trombetas II: Juquirzinho, Curussá, Juquiri Grande, Jamari, Palhal, Erepecú, Moura, Boa Vista Trombetas; Área Trombetas: Mussurá, Bacabal, Arancuan de Cima, Arancuan do Meio, Arancuan de Baixo, Serrinha, Terra Preta II, Jarauacá; Área Erepecurú: Jarauacá, Poço Fundo, Acapu, Varre Vento Erepecuru, Boa Vista Cuminá, Santa Rita, Jauary, Araçá, Espírito Santo, São Joaquim, Pancada; Área Cuminá: Água Fria e Ariramba.

Dois territórios já foram titulados (anexo 4), beneficiando 6 comunidades e totalizando 62.337,19 ha titulados (MMA/IBAMA, 2006).

Destas comunidades, no mínimo 20 estão situadas no interior ou zona de influência da Reserva Biológica Trombetas (anexo 5).

- Áreas Indígenas: A terra indígena Trombetas – Mapuera que se estende pelos municípios de Faro, Nhamundá, Oriximiná, foi a última terra indígena identificada pela FUNAI. Com quase quatro milhões (4.000.000) hectares, a área é habitada pelos WAI WAI, Karafawyana. Outras terras indígenas que estão ao longo do município de Oriximiná são: a terra indígena Nhamundá-Mapuera que é habitada pelas tribos Hixkaryana, Katuena, Tirió, Xereu e Wai Wai. A terra indígena Parque do Tumucumaque é formada pela tribo Apalai (anexo 3).

⁷ Áreas ocupadas por descendentes de escravos, fugidos da época da escravidão, onde formaram os remanescentes de quilombos, que formam os territórios quilombolas.

O uso da terra no município basicamente se caracteriza pela agricultura, pecuária e fruticultura. Na agricultura são cultivados: milho, arroz, feijão, batata doce, cana de açúcar, fumo, juta, mandioca, macaxeira, tomate. Na cultura de frutas destacam-se: abacate, abacaxi, acerola, banana, cacau, café, coco da Bahia, cupuaçu, limão, laranja, manga, maracujá, mamão, tangerina, melancia;

Na pecuária o destaque é para pecuária de corte, apresentando também gado leiteiro. O rebanho bovino é constituído de 131.000 cabeças. Também há criação de suínos, bubalinos, eqüinos, asininos, muares, ovinos e caprinos e aves (ORIXIMINÁ, 2007).

Capítulo 2 – Os Remanescentes de Quilombos

O quilombola ou Remanescente de Quilombo é um grupo que tem uma característica jurídica própria dentro da classificação de populações tradicionais (SANTILLI, 2004). Em 2005, o Estado do Pará concentrava mais da metade (58%) da dimensão total de terras quilombolas tituladas do país. São 27 territórios, ocupados por 79 comunidades (com cerca de 3.700 famílias), que somam 527.139,00 hectares (MMA/IBAMA, 2006).

No município de Oriximiná estão situadas 33 destas comunidades, totalizando cerca de 900 famílias, em torno de 5.000 habitantes, segundo dados da Associação de Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná – ARQMO.

São constituídos de descendentes de escravos fugitivos da região de Óbidos, Santarém e Alenquer, de meados de 1800, que ali se refugiaram, em busca de abrigo e proteção, compartilhando o Rio, a floresta e tudo que dela provinha com os índios que ali se encontravam (WANDERLEY, 2005) (MMA/IBAMA, 2006).

Ao apropriar-se do potencial da floresta e das águas, construíram então raízes étnicas associadas à noção de território (MMA/IBAMA, 2006), o que faz com que sejam classificados como um grupo étnico distinto, detentores de cultura única.

Desde 1988 é reconhecido o direito de titulação aos remanescentes de comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras (ANDRADE & TRECCANI, 2000); (BRASIL, 1988-b). E ainda, os quilombolas e seus territórios são vistos como patrimônio histórico e cultural do país, por serem remanescentes de um grupo que fora oprimido e tivera uma organização social própria como resistência ao sistema colonial escravista brasileiro. Por isso, a lei que dá direito à terra aos quilombolas, também os vinculam a Instituição Palmares do Ministério da Cultura (WANDERLEY E MAÇAIRA, 2006).

Como explicitado, suas raízes étnicas, estão diretamente associadas à noção de território e da organização em torno do mesmo. Sendo assim, não possuem, como a exemplo das populações indígenas, indumentárias e costumes específicos. As cantigas locais estão muito associadas à história de luta de seu povo, na busca pela liberdade e de reconhecimento como uma cultura e um povo à parte, reconhecimento do povo quilombola, como se pode perceber:

“Os negros sofreram tanto
Que causarava compaixão
O chicote pelas costas
E essas matas, olha, pelas mãos

Os negros padeceu muito
Nessa terra do Brasil
Procurando algum abrigo
Até que puderam fugir “

(Carimbo da escravidão)

“Eu nasci na comunidade aqui da Tapagem e moro no Abuí
E dessa terra eu tenho amizade
Nem depois de morto eu vou sair daqui
Pois os negros estão se reunindo
Eu não estou fingindo eu amo ela sim
E esta terra é minha mãe amada
Em toda minha vida eu quero ela para mim

Os meus avós foram escravos
E muito sofreram na escravidão
No seu calcanhar o negro foi acorrentado
Levou peia no lombo e candeia nas mãos”

“Ôôôô o negro é povo sofrido e não pensa no mal
Estamos lutando para acabar com o racismo

Queremos ser tratados de formas iguais

Faz tanto tempo que fomos enganados e também tratados como inferior
Mas vamos acabar com tudo isso
Porque lutamos com fé no Pai Criador

Democracia no nosso Brasil não funciona
Porque se funcionasse nós éramos tratados iguais
Essa democracia é um sonho de nós negros
E lutando por ela esses sonhos vão se realizar”

As lendas estão mais associadas ao local de onde vivem, ou seja, lendas da região Amazônica. Não há datas religiosas ligadas à cultura e sim, a religiosidade local, muito marcada em Oriximiná, pela religiosidade Católica. Ligadas as comemorações dessa religiosidade, festejam as folias, em algumas comunidades, não sendo, porém um marco da cultura quilombola, e sim, da cultura daquele local. Desta mesma forma, como dança, praticam o Carimbó.

Capítulo 3 – A comunidade da Tapagem – a escolha do objeto e a descrição da *paisagem*

A comunidade da Tapagem é uma das mais antigas comunidades quilombolas do Rio Trombetas e uma das primeiras a conseguir titulação de território. É composta por 53 famílias, totalizando cerca de 320 habitantes, estando a maioria situada no lago da tapagem (anexo 6).

Apresenta infra-estrutura coletiva situada na ilha da Tapagem, dotada de barracão de festas, escola e cozinha comunitárias, Casa de Farinha e igreja (Figura 2). Existem quatro sanitários espalhados pela comunidade, do tipo buraco no chão. O lixo, quando existente, é condicionado em valas ou queimado. A água para consumo vem diretamente do rio. A comunidade possui telefone público e rádio amador como meio de comunicação. Para o transporte utilizam barco individual, barco de linha e barco comunitário.



Figura 2: Ilha da Tapagem, mostrando a igreja, barracão de festas e habitações.

A comunidade da Tapagem tem acesso aos serviços de saúde através da Mineração Rio do Norte, que disponibiliza um atendimento médico mensal feito na própria comunidade. No entanto, aqueles casos mais graves e urgentes precisam ser tratados no município de Oriximiná ou no posto médico de Porto Trombetas, quando lá chegam e são atendidos; o que nem sempre acontece. As doenças mais freqüentes são: a diarreia, malária - controlada, vômito, gripe e febre.

As atividades de lazer ficam por conta do jogo de futebol em campinhos improvisados na comunidade e do 'bate papo' na volta do fogo (Figura 3). O Centro comunitário dispõe de TV e Vídeo que, como constatado no campo, só funciona mediante a disponibilidade de óleo diesel. Segundo os representantes da comunidade, a Prefeitura Municipal de Oriximiná disponibiliza óleo somente uma vez por mês e a quantidade não dá nem para uma semana. Sem contar que guardam para abastecer as embarcações caso haja alguma emergência de saúde. Possuem como organizações sociais associações – ARQMO, Mãe Domingas. Organizam-se

em cooperativa, Grupo Religioso, e adotam o sistema de coordenação comunitária (MMA/IBAMA, 2006). Mantêm contato com as comunidades do Abui, Sagrado Coração, Paraná do Abui e Mãe Cué.



Figura 3: Crianças e mulheres assistindo o jogo de futebol dos rapazes.

Em relação à escolaridade observou-se que 79% dos responsáveis pelos núcleos familiares, estudaram até a 4ª série do ensino fundamental. Outros 15% concluíram a 8ª série (MMA/IBAMA, 2006). A comunidade utiliza a escola Raimundo Vieira dos Santos como escola pólo, situada a cerca de 6 km da sede comunitária (anexo 7).

Possuem como atividades predominantes a pesca, a caça, e o extrativismo.

Observou-se que a comunidade da Tapagem utiliza aproximadamente 43,25 ha de área para roçado (MMA/IBAMA, 2006). A agricultura mantém o sistema de

puxirum, ou mutirões. Cultivam mandioca, banana, cará e batata. Possui agricultura com fins familiar com a utilização do solo em forma de roçado e queima. Os comunitários criam, de forma individual, galinha e pato, produção essa do tipo familiar para a subsistência (Figuras 4 e 5).



Figura 4: Criação familiar de patos.



Figura 5: Criação familiar de galinhas.

O extrativismo fica por conta da coleta de Castanha-do-Pará, Copaíba, Palha para a fabricação de telhados de casas, breu – para ser utilizado em calefação de barcos e timbó titica – uma espécie de cipó para ser utilizado na fabricação de artesanatos (Figuras 6 e 7). Em relação ao extrativismo de produtos florestais, 82,2% coletam castanha (MMA/IBAMA, 2006). A pesca é a do tipo familiar (Figura 8). A caça é do tipo de subsistência (MMA/IBAMA, 2006).



Figura 6: Ourijos-da-castanha e paineiro utilizado na coleta.



Figura 7: Palha utilizada para fazer telhados.



Figura 8: Comunitário em seu “casco”, remando para a comunidade com seu pescado.

Quanto à renda familiar, na comunidade da Tapagem, observou-se que 26% vivem das atividades agrícolas desenvolvidas nos roçados e do extrativismo por meio da coleta de produtos florestais, representando um percentual de 18% para a agricultura desenvolvida em roçados e 8% para o extrativismo. Nesta comunidade, 21% declararam ser beneficiários do Programa Bolsa Escola – ou Bolsa Educação, viabilizado pelo Governo Federal no repasse de renda as famílias. Um percentual de 27% se declarou aposentado nessa comunidade. Outros 21% dos entrevistados na comunidade da Tapagem declararam viver de salário. Ainda 5% da comunidade sobrevivem do artesanato (MMA/IBAMA, 2006).

A escolha do lócus de trabalho

Como anteriormente explicitado, o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) separa o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, contemplando sete distintas áreas, apesar de todas poderem estar permeadas.

Para a realização do presente trabalho, foi escolhida a linha de articulação e integração comunitária, levando em consideração a linha de usuários de recursos naturais. (MMA & MEC, 2005) Esta escolha foi feita uma vez que se busca efetivar práticas que estimulem a participação popular local (articulação e integração comunitária), sendo relevante também que aqueles com que se trabalhe, tenham um contato direto com o meio ambiente natural (usuários de recursos naturais). Esta, porém, foi uma escolha da presente pesquisa, mas que não limita a escolha e aplicação do instrumento em diferentes linhas e locais.

Ademais, sob o ponto de vista dos seus objetivos, de acordo com Gil (1999), a presente pesquisa pode ser classificada como exploratória, ou seja: aquela que visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão, assumindo, inclusive, as formas, ou de pesquisas bibliográficas ou de estudos de caso, conforme se apresenta o presente trabalho.

Aliados a isso, a urgência na qual o ecossistema Amazônico demanda por políticas educativas, devido ao grave quadro de devastação pelo que passa, e o fato de a Universidade Federal Fluminense possuir um *Campus* avançado na cidade de Oriximiná-PA, influenciaram a escolha pelo local e objeto. Antes da decisão, foram feitos, então, contatos com algumas autoridades jurídicas locais, tais como: Secretarias municipais de Educação e Meio Ambiente, para saber sobre a possibilidade de desenvolvimento da pesquisa.

Uma vez na cidade, a delimitação da comunidade-alvo (Tapagem) foi realizada pelos representantes das comunidades remanescentes de Quilombo do município de Oriximiná em conjunto com os Diretores de sua associação, a ARQMO, após explicitação àqueles, dos critérios básicos definidos e “pré-estabelecidos” em orientações acadêmicas anterior à ida ao campo, em janeiro de 2008. Também foram realizadas reuniões entre o pesquisador e os representantes na sede da

ARQMO e diversas outras reuniões entre os diretores e representantes das comunidades para que chegássemos a um entendimento (Figura 9).



Figura 9 : Reunião com representantes na sede da ARQMO.

Os critérios prévios e pós, utilizados para a delimitação da comunidade-alvo a ser pesquisada foram:

- a) Estar inserida na Floresta Amazônica, utilizando de seus recursos: No município de Oriximiná existem diversas comunidades que residem no interior da floresta e dentro de unidades de conservação, como a Rebio Trombetas ou a Flona Saracá-Taquera. A comunidade da Tapagem está na zona de intercessão das duas UC's, fazendo a comunidade, uso de recursos das duas Unidades, o que ressalta a importância da mesma para a realização da pesquisa;

- b) A necessidade de trabalhos voltados à educação ligados principalmente ao meio ambiente e participação popular, que foi afirmada pelos próprios representantes das comunidades e Secretários de Meio Ambiente e Turismo, e Educação;
- c) A vontade de contribuir/ participar do trabalho, critério essencial, explicitado inicialmente pelos representantes e posteriormente pelos residentes da comunidade;
- d) O tamanho da comunidade (não podendo ser muito pequena, como as comunidades de somente 05 famílias, nem muito grande, como as com mais de 100 famílias): pelas condições logísticas de tempo, de acesso a comunidade (por contar somente com a presença de um pesquisador em campo). Além disso, saber se o pesquisador contaria com uma base física para se estabelecer no local e realizar as dinâmicas do trabalho. Assim, a comunidade escolhida é composta de 53 famílias;
- e) Presença de colégio acessível, que atendesse à comunidade, para entender a educação local e possíveis práticas de Educação Ambiental, o que ficou posteriormente confirmado, uma vez que a comunidade possui uma escola pólo municipal (Escola Raimundo Vieira) próxima ao centro comunitário, com fácil acesso para a realização da pesquisa.

Parte III - Conhecendo os problemas socioambientais locais: O diagnóstico

Capítulo 1 - Metodologia

Para construção do seguinte diagnóstico, inicialmente foi realizado um período de três dias para adaptação e familiarização dentro da comunidade de Tapagem, compreendido entre os dias 09 e 11 de fevereiro de 2008. Dentro de tal período, foi realizada uma reunião no sentido de explicá-la a respeito da pesquisa, ao mesmo tempo em que foram visitadas as residências e localidades da comunidade, a fim de fazer um primeiro contato (Figura 10). Tal empreitada teve a participação de outro pesquisador, Leonardo Gama Campos, também aluno do Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental – PGCA/ UFF, que se encontrava no local realizando uma outra pesquisa. Nesta fase da pesquisa, em reunião junto à comunidade, construiu-se um cronograma de trabalho, definindo os trajetos a serem feitos, bem como o pessoal que nos ajudaria na pesquisa.



Figura 10: Primeira reunião na comunidade, para explicitar o trabalho e apresentar-se.

Durante este período inicial, foi possível criar certo “vínculo de confiança” com os comunitários, fazendo com que se sentissem mais a vontade em participar da pesquisa, rompendo aqueles preconceitos que tem com os que “vem de fora”. Além disso, pode-se diminuir os abismos culturais, étnicos e ecossistêmicos impostos pelo encontro. Afirma-se isso pela diferença da convivência antes e após este período de três dias de adaptação, confirmada pela própria postura dos comunitários após este período.

Foi realizada uma entrevista com cada família dos comunitários que se encontravam na própria comunidade, arredores e castanhais mais próximos (Figura 11). Assim, foram entrevistadas todas as famílias que se encontravam na comunidade e arredores, contabilizando 30 famílias, que representa uma amostra de 57% das famílias da comunidade, composta por 53 famílias. Não foi possível ter acesso a todas as famílias devido ao período de safra da castanha, quando os

castanheiros adentram a floresta em busca de castanhais, permanecendo por um bom tempo afastados.



Figura 11 : Pesquisador entrevistando comunitário

As entrevistas eram informais (GIL, 1999) com um roteiro aberto como guia (anexo 8), porém não se restringindo àquele, uma vez que “este tipo de entrevista é o menos estruturado possível e só se distingue da simples conversação porque tem como objetivo básico a coleta de dados” (*Ibid.* p.119). Foi escolhido este instrumento de pesquisa, dentre vários fatores, porque (*Ibid.* p.117 e 118):

- “Os dados obtidos são suscetíveis de classificação e quantificação”;
- “Não exige que a pessoa entrevistada saiba ler e escrever”;
- “Possibilita a obtenção de maior número de respostas, posto que é mais fácil deixar de responder a um questionário do que negar-se a ser entrevistado”;

- “Oferece flexibilidade muito maior, posto que o entrevistador pode esclarecer o significado das perguntas e adaptar-se mais facilmente às pessoas e às circunstâncias em que se desenvolve a entrevista”;
- “Possibilita captar a expressão corporal do entrevistado, bem como a tonalidade de voz e ênfase nas respostas”;
- “Permite melhor “abordar realidades pouco conhecidas pelo pesquisador

Esta primeira fase, durou 9 dias de trabalho com cerca de 15 horas/dia e se deslocando em barcos feitos de tronco de árvores, localmente chamados de “cascos”, com motores por eles chamados “rabeta”, alimentados à Diesel e com potência de 5 Hp, atingindo, quando leve, cerca de 10 km/h (Figura 12). O objetivo desta primeira fase do diagnóstico foi o de fazer um levantamento qualitativo dos problemas socioambientais ou de qualquer outra natureza, apontados pelos comunitários.



Figura 12: Comunitário em seu “casco” e motor “rabeta”.

Uma vez identificados os problemas pelos comunitários, foi feita a parte quantitativa do diagnóstico, com a intenção de classificar ou quantificar os problemas, podendo traçar um perfil ou escala para a comunidade como um todo. Constituiu-se da classificação, pelos entrevistados, dos problemas apontados em **0 = não é problema**, **1= problema pequeno**, **2= problema médio** e **3= problema grande**, para que se pudesse traçar um perfil da abrangência dos problemas em relação à toda a comunidade. Esta fase durou mais 6 dias, com as mesmas condições da primeira fase. Por não constar dos diagnósticos este método foi desenvolvido em campo, para que se pudesse ser feita essa classificação quantitativa dos problemas possibilitando a definição do perfil de relevância dos problemas. Registra-se aqui que tal metodologia tem como base, experiências de outros tipos de diagnóstico, como por exemplo, o diagnóstico rápido-participativo, que também utiliza métodos através de oficinas de grupo com a finalidade de quantificar a abrangência dos problemas/conflitos encontrados nos locais.

Um dos métodos, o diagrama de Venn, permite identificar atores conflitantes e sua relevância. Levando em consideração a vontade de se traçar uma escala de relevância dos problemas, é que foi realizada essa segunda fase do diagnóstico, não sendo, porém obrigatória, muito menos enquadrando-a em uma análise para fins estatísticos. Toda a pesquisa foi realizada levando em conta métodos de pesquisa social qualitativa conforme propostos por Neto (2002) e Godoy (1995), destacando o caráter participante do pesquisador, não apenas como observador.

As entrevistas eram gravadas com autorização dos entrevistados, através de um mp4 da marca Foston F66. Foram ouvidos e transcritos os depoimentos posteriormente. Não houve tempo pré-estabelecido para a duração das entrevistas. Ainda, aquelas informações muito relevantes eram anotadas em *caderno de campo*, para facilitar o trabalho, já que o acesso ao caderno se tornava, em alguns momentos, mais prático do que ouvir as gravações, que demandava maior tempo e consumo de energia elétrica, um bem escasso no local.

Para se traçar o perfil dos problemas da comunidade, então, foi calculada a média aritmética da soma dos resultados obtidos nas entrevista e aplicada a seguinte classificação: **0 – 0,75 = não é problema**; **0,75 – 1,5 = problema pequeno**;

$1,5 - 2,25 = \text{problema médio}$; $2,25 - 3 = \text{problema grande}$. Por exemplo, num universo de três entrevistados para um certo problema, o primeiro classificou como problema médio (=2), o segundo como médio (=2) e o terceiro como não é problema (=0). Neste caso ilustrativo, o problema seria classificado como problema pequeno, uma vez que se somando os resultados e dividindo pelo número de entrevistados ($2+2+0 = 1,33$), o resultado ficaria entre $0,75-1,5$, o que corresponde à classificação problema pequeno.

Em relação à análise dos dados, a primeira etapa foi interpretada segundo a análise de discurso proposta por Bardin (1974) e Maingueneau (1989). Quanto aos valores obtidos da segunda fase, esses foram somados e foi feita a média aritmética dos mesmos. Exemplificando: se um determinado problema levantado na primeira fase, denominado como saúde fora classificado como grande (problema grande = 3) para três famílias (3x3), pequeno para uma família (problema pequeno = 1) e para outra não sendo problema (não é problema = 0), o somatório seria: $3 \times 3 + 1 + 0 = 10$ e deste somatório, seria feita a média pelo número de famílias respondentes, que foram 5, totalizando a média 2. Como a média 2 se enquadra nos valores entre $1,5-2,25$, este problema seria classificado como um problema médio para a comunidade.

Os resultados foram analisados primeiramente em grupo através de tabela e gráficos. Posteriormente, cada problema foi analisado de maneira separada, através de gráficos contrastando com as falas dos entrevistados, que explicitam o problema a partir de sua própria lógica.

Ainda foram realizadas entrevistas com funcionários de órgãos públicos afim de obter algumas informações externas à comunidade. Dentre esses, destacamos: professores e diretora do colégio Raimundo Vieira, que atende a comunidade, a diretora de Educação Quilombola da Secretaria Municipal de Educação, funcionários do IBAMA, Secretários Municipais, Funcionários da Biblioteca Municipal, Representantes da ARQMO e da Associação Mãe Domingas. Além disso, todos esses locais foram visitados, principalmente a escola Raimundo Vieira, para conhecimento e registro audiovisual, que foi realizado durante várias etapas da pesquisa. Isto aconteceu à medida que essas instituições e locais eram citados nas

entrevistas, explicitando problemas e conflitos em relação a tais órgãos, tornando relevante conhecer tais realidades e falas, também por parte destes.

Além disso, foram realizados diversos levantamentos bibliográficos a fim de conhecer sobre os fatos históricos e, com isso, tentar embasar as falas dos entrevistados e melhor entender os problemas, além de possibilitar uma análise histórica dos mesmos. Estes foram feitos nas bibliotecas de Universidades do IBAMA e na biblioteca municipal.

Capítulo 2 – Os resultados

A partir de então, serão expostos os problemas apontados pelos comunitários de Tapagem na forma como foram apresentados durante as entrevistas. Serão introduzidos elementos da observação do pesquisador quando assim necessários, mas de forma bem reduzida e resumida. Antes, porém, serão apresentados os resultados de forma geral.

2.1 – Resultados Gerais

Foram apontados pelos comunitários um quantitativo de 15 problemas locais, sendo eles:

- Escassez de alguns recursos antes encontrados em abundância.
- Falta de organização da comunidade;
- Posse da terra;
- Saúde;
- Representações das comunidades quilombolas (Associação Mãe Dominga e Associação dos Remanescentes de Quilombos do município de Oriximiná – ARQMO);
- Falta de investimentos na comunidade;
- Educação;
- Transporte;

- o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
- o Prefeitura do município de Oriximiná;
- o Mineração Rio do Norte – MRN;
- o Água;
- o Solo;
- o Governo Federal;
- o Manejo do ambiente;

Dentre os 15 problemas apontados, 04 não foram apontados como problemas para a maioria das famílias, recebendo a classificação de “não é problema”. São eles: água, solo, governo e manejo do meio ambiente.

Isso não quer dizer que eles não sejam problemas na comunidade, por isso estarão explicitados na pesquisa e tratados como problema também, já que na percepção de alguns comunitários, o são. A classificação de “não é problema” significa apenas que não é um problema para a maioria da comunidade, ou seja, trata-se de um problema na comunidade e não para **TODA** a comunidade. Alguns podem não percebê-lo ou não se sentirem afetados por ele. A própria percepção do pesquisador, que não é o elemento da pesquisa, muitas vezes pode não ser condizente com a dos entrevistados. Isso pode ser devido à uma diferente cultura, que gera percepções e demandas diferentes em suas vivências, além do tempo de permanência em campo, que influenciam na diferença das percepções, em relação aos que lá residem. Este fato valoriza o caráter participativo da pesquisa, evidenciando o escopo limitado da observação direta nesse tipo de diagnóstico, principalmente por se tratar de perceber os problemas/necessidades dos entrevistados, não havendo melhor quem perceba, do que os próprios. As percepções do pesquisador em relação às necessidades dos entrevistados podem ser muitas vezes equivocadas, já que baseadas em suas concepções de o que é necessário para sobrevivência e um mínimo de qualidade de vida, ainda mais em se tratando em um choque tão grande de culturas, da cidade e da floresta.

Daqueles apontados como **problemas** para a maioria da comunidade, que foram 11, ficaram assim classificados:

- **Pequeno:** 01 problema
- . **Médio:** 02 problemas
- Grande:** 08 problemas.

Os problemas apontados estão inclusos nas seguintes classificações (quadros 1 e 2; figuras 13 e 14):

- **“Não é problema”**: *Manejo do ambiente, Governo Federal, Solo e Água.*
- **Problema pequeno**: *Mineração Rio do Norte – MRN.*
- **Problema médio**: *Prefeitura do município de Oriximiná, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.*
- **Problema grande**: *Educação, Transporte, Representações das comunidades quilombolas (Associação Mãe Dominga e Associação dos Remanescentes de Quilombos do município de Oriximiná – ARQMO), Falta de investimentos na comunidade, Titulação da terra, Falta de organização da comunidade, Saúde e Escassez de alguns recursos antes encontrados em abundância.*

Dois dos problemas apontados foram reconhecidos como tal por todos os entrevistados, a saber: a falta de organização e a escassez de recursos.

Quadro 1: Classificação dos problemas apontados pelos comunitários por média aritmética.

Problemas Apontados	Total	Média	Classificação
Escassez de recursos	85	2,83	Grande
Saúde	83	2,77	Grande
Posse da terra	82	2,73	Grande
Falta de organização da comunidade	82	2,73	Grande
Falta de investimentos	79	2,63	Grande
Representações (ARQMO , Mãe Dominga)	76	2,53	Grande
Transporte	70	2,33	Grande
Educação	68	2,27	Grande
IBAMA	58	1,93	Médio
Prefeitura	46	1,53	Médio
MRN	36	1,2	Pequeno
Água	19	0,63	Não é problema
Solo	9	0,3	Não é problema
Governo	8	0,27	Não é problema
Manejo do ambiente	6	0,2	Não é problema

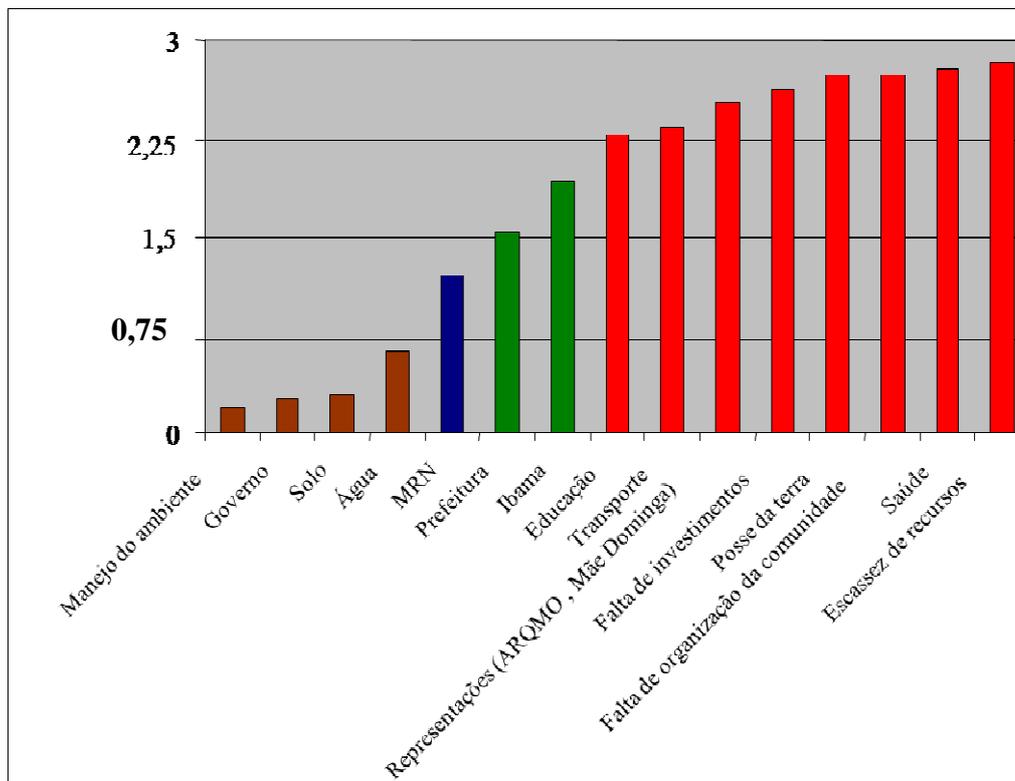


Figura 13: Classificação dos problemas quanto à média aritmética da quantificação. 0 – 0,75 = não é problema (marrom). 0,75 – 1,5 = problema pequeno (azul). 1,5 – 2,25 = problema médio (verde). 2,25 – 3 = problema grande (vermelho).

Quadro 2: Tabela geral dos problemas, com número de famílias e porcentagem correspondente. n=30.

Problemas Apontados	Nº. de famílias que apontaram como problema	% que essas famílias representam do total dos entrevistados	Classificação
Escassez de recursos	30	100	Problema grande
Falta de organização da comunidade	30	100	Problema grande
Posse da terra	29	96,7	Problema grande
Saúde	29	96,7	Problema grande
Representações (ARQMO, Mãe Dominga)	29	96,7	Problema grande
Falta de investimentos	29	96,7	Problema grande
Educação	27	90	Problema grande
Transporte	27	90	Problema grande
Ibama	26	86,7	Problema médio
Prefeitura	22	73,3	Problema médio
MRN	15	50	Problema pequeno
Água	9	30	Não é problema
Solo	4	13,3	Não é problema
Governo	4	13,3	Não é problema
Manejo do ambiente	3	10	Não é problema

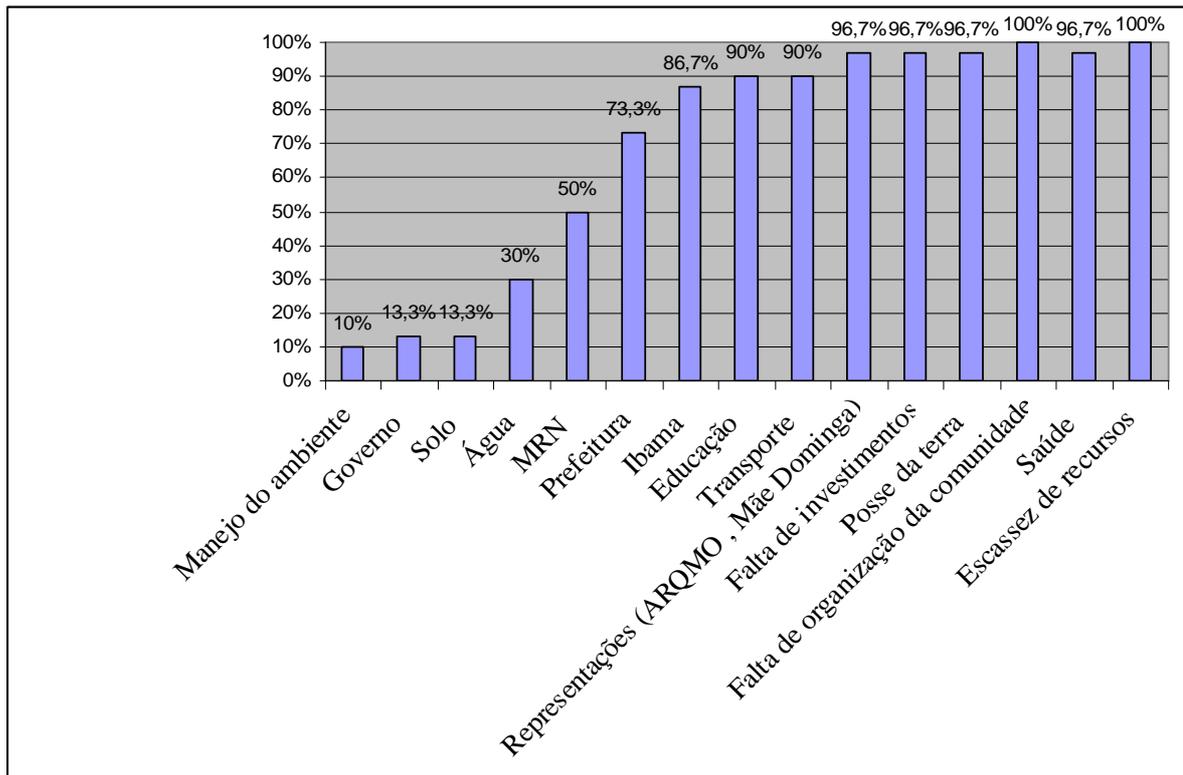


Figura 14: Percentual de famílias respondentes aos problemas apontados pela comunidade

Registra-se que a nomenclatura aqui apresentada com relação aos problemas apontados, foram aqueles utilizados pelos próprios entrevistados ao longo da pesquisa e que, por fazer parte dos seus cotidianos, ao mesmo tempo em que também compõe parte dos seus imaginários simbolicamente, foram aqui utilizados. Ademais, isso também facilitou a comunicação “*em campo*” com a população local sempre que utilizados, estando, portanto, no decorrer da pesquisa e nos rótulos dos resultados.

A seguir, serão explicitados e discriminados os problemas individualmente, de acordo com a lógica, o olhar e a interpretação dos entrevistados. As falas comunitários, citadas ao longo do texto, terão sua referência codificada em letras do alfabeto, a fim de preservar a identidade dos depoentes

2.2 – A descrição dos problemas

2.2.1 – Problemas grandes

2.2.1.1- Escassez de recursos

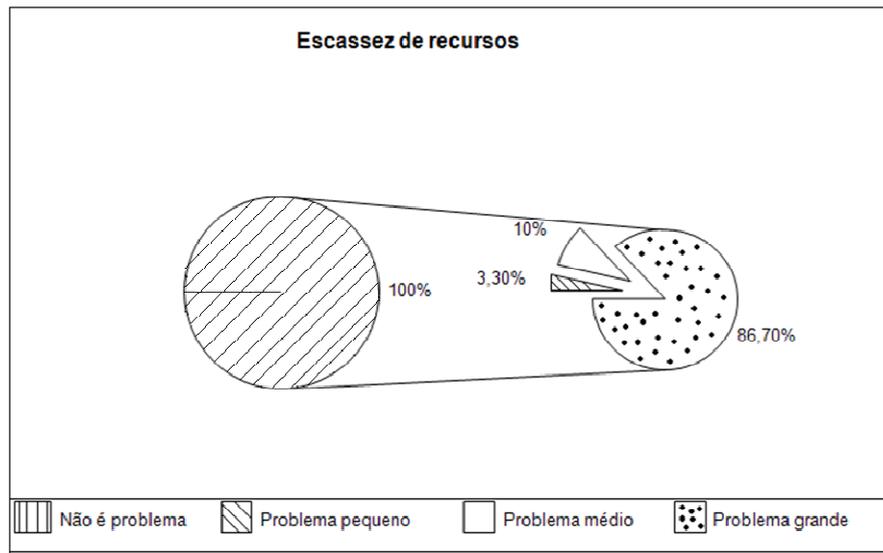


Figura 14: porcentagem dos respondentes sobre a escassez de recursos

Alguns comunitários afirmam que recursos anteriormente encontrados em abundância na região vêm se escasseando. “Aquela fartura já não tem” (Sr. E). Apesar de não acontecer acentuadamente, ou seja, ainda possuem uma abundância enorme de recursos, este é um fato que os preocupa, por não saberem ao que se deve. Como dito anteriormente, os comunitários não possuem uma forma predatória de interação com o meio, devido, principalmente a ter uma relação de subsistência e extrativismo com este. Além do que, técnicas predatórias de pesca, por exemplo, como o uso de malhadeiras, é proibido por parte do IBAMA, apesar de ainda ocorrerem na região, em pequena escala.

Dentre os recursos apontados, destaca-se o Tambaqui, peixe utilizado para alimentação, que, de acordo com os depoimentos, existia em todos os lugares, principalmente nos lagos, onde, atualmente não se encontram mais. As crianças e alguns comunitários de média idade afirmam nunca terem visto um, ao passo que,

os idosos afirmam ter havido no passado, uma exuberância desta espécie em todos os lugares, conforme o depoimento abaixo, sobe a dificuldade devido ao tambaqui ter ficado mais esperto.

“Tá meio difícil de ver o tambaqui, agora ele ficou mais velhaco.” (Sr. A).

Também a tartaruga, a onça, a arara e os peixes jaraqui, pirarucu, piraíba, barbado e pirarara são outras espécies animais que não são mais encontrados facilmente. O curioso é que nem todos, como, por exemplo, a onça e o jaraqui, são tidos como “recursos”, ou seja, são utilizados de alguma forma pela comunidade.

Alguns dos fatores que podem estar influenciando tal situação, na concepção dos comunitários, podem ser:

- As técnicas de navegação e conservação do IBAMA
- O crescimento populacional das comunidades, uma vez que “aumentou muito a população aqui no rio”, “Quase toda a beira tem comunidade” e “cada vez a gente consome mais”; “As coisas conforme a população aumenta, vai modificando.” (sic.) (Sr C, Sr. D, Sra. A e Sr. B, respectivamente).
- O excesso de barcos transitando e o barulho por eles causado, já que “aumentou muito a zoada, navio” (Sr. E)

A grande diminuição da população de tartarugas se dá, segundo os comunitários, principalmente pelo fato das pesquisas do IBAMA estarem totalmente voltadas para o animal. Para eles, o ato do IBAMA de tirar os ovos para levar para a base, faz com que a maioria dos ovos não “niquem”, como vem ocorrendo. Alguns também acreditam que a não realização dos rituais para a postura das tartarugas, que eram feitas pelos anciãos da comunidade está diretamente relacionada a isso. Acreditam também que a implantação da Mineração Rio do Norte – MRN em Porto Trombetas seja um fator agravante deste problema devido à presença constante de Navios de grande porte transitando pelo Rio (até porto Trombetas) (Figura 15).



Figura 15: Navio de grande porte parado no Rio Trombetas, nas imediações de Porto Trombetas.

No Lago do Jacaré, interior da Reserva Biológica, onde eles têm acesso para a colheita da castanha durante a safra, não há escassez de nenhum desses animais, segundo eles, apesar de ter sido um local por eles habitado no passado e ainda habitado pelos castanheiros na época da safra. Acreditam que isto se dá devido à ser uma área protegida.

Jacarés e botos estão em quadro de superpopulação e são espécies protegidas. Para eles, Isto também pode apontar como causa do problema de escassez de recursos, pois são espécies topo de cadeia e competem por alimentos com os humanos. Desta forma, “talvez tenha invertido o problema do uso” (Sr. H). Isso quer dizer, o que era escasso, como botos e jacarés, devido à proibição de caça, atualmente “tem fartura”, e o que tinha fartura está escasso.

2.2.1.2 - Falta de organização da comunidade

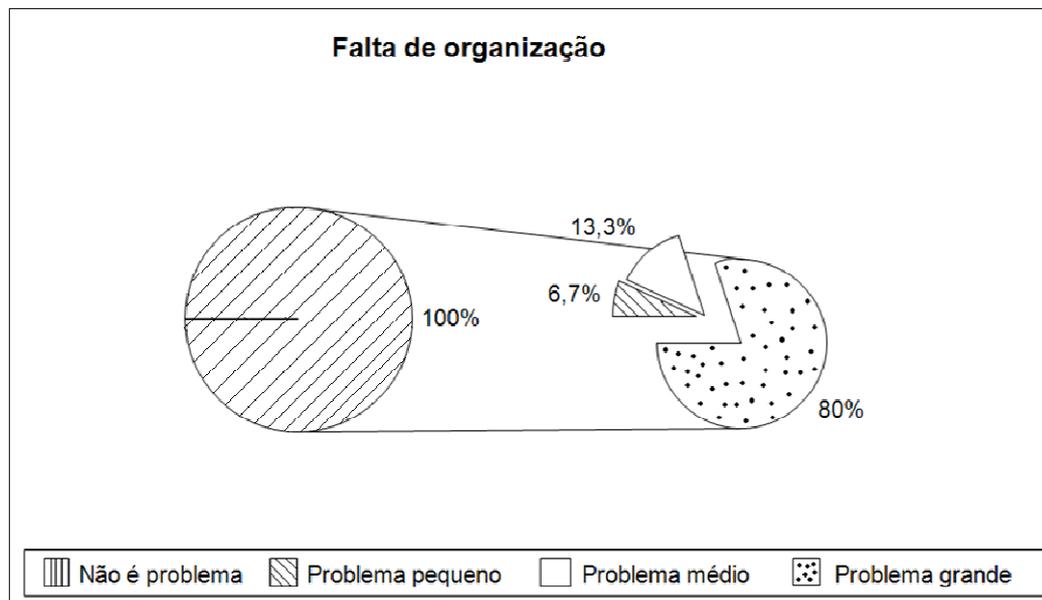


Figura 16: porcentagem dos respondentes sobre a falta de organização

Além de ser um dos maiores problemas apontados e enfrentados pela comunidade, a falta de organização foi um problema citado como tal por todas as famílias. Para muitos comunitários, esta é a raiz para os outros problemas que enfrentam e, quando inquiridos sobre como solucionar os outros problemas, apontavam que seria através da organização, ou seja: a solução deste problema refletirá positivamente – em seus entendimentos - na solução dos demais problemas.

Isto tende a demonstrar que esse problema pode ser considerado como um núcleo que se não causa os outros problemas, tampouco deixa com que aqueles tenham maior dificuldade de serem solucionados. Quando inquiridos sobre possíveis soluções para tal problema, alguns apontavam para uma participação mais efetiva o que assumiam não fazer, mas a maioria não sabia muito bem nem como fazer. A seguir alguns dos depoimentos:

“Só eu para resolver não tem solução” (Sr. D)

“Uma Andorinha só não faz verão” (Sr. F)

“A solução dos problemas depende de organização, vontade e força”. (Sr. E)

Para eles, se organizassem-se, “aquele grupo que fica prometendo, talvez sentisse e metesse a mão para ajudar a gente” (Sr. A).

A comunidade possui uma organização básica legal que é composta por um Coordenador; um Vice-Coordenador, um Tesoureiro, um Secretário e um Zelador. As funções não são muito bem definidas e a comunidade não conhece muito as funções de cada um. Existe também na comunidade, a função de Primeiro geradorista e Segundo Geradorista, que são as pessoas responsáveis por operar o Gerador de eletricidade à Diesel da comunidade, assim como administrar o combustível usado para tal.

Em relação às reuniões da comunidade, boa parte afirma não participar mesmo daquelas, porém, achando muito importante a participação. Alegam que as reuniões “pouco resolvem as coisas direito” (Sra. A) e que na maioria são reuniões “para fazer festa e o coordenador passar as coisas. Para organizar a comunidade não tem.” (Sr. G). Afirmam não haver nenhuma reunião com caráter democrático com finalidades estruturais e organizacionais. Porém, sabe-se que a escolha dos representantes é feita por votação em reunião comunitária. Para eles, “é difícil a coordenação reunir a comunidade” (Sr. E). Alguns pediram “alguém para ajudar a organizar as reuniões de 15 em 15 dias” (Sra. B). Essas reuniões “começariam com poucos, mas aumentaria” (Sr. I).

As melhores ocasiões para reunir a comunidade, conforme depoimentos são no domingo depois da missa, principalmente a partir do mês de maio, quando acaba a safra da castanha e eles retornam dos castanhais. Afirmam que algumas das coisas que existem na comunidade foram recebidas por intervenção da comunidade, através de pedidos e cobranças. São exemplos:

“A comunicação era um problema e a comunidade se reuniu e lançou um pedido e cobrou, cobrou”. (Sr. E)

“A rede de energia foi a prefeitura através de um vereador. A comunidade fez o pedido”. (Sr. G)

Além dessas possíveis “manifestações de organização”, afirmam terem recebido duas lanchas da Fundação Palmares, através de pedido dos comunitários que enviou representantes à Santarém para pedir. A comunidade só tem arrecadação através de festa e das missas, dízimo, bingo e grupo de jovens. Essas arrecadações mal pagam o combustível para que os coordenadores se desloquem à cidade para reuniões, diesel também usado no caso de emergências, como problemas de saúde, que necessitam deslocamento da comunidade.

A participação dos comunitários ainda está muito associada a algum tipo de escambo. Quando informados de alguma reunião, há alguns que perguntam se haverá comida. Nas experiências vividas em campo foi visto que a participação ainda está ligada a uma troca muito imediatista, pois, caso não haja certa “contribuição”, até financeira, não contam com grande participação.

Analistas do IBAMA afirmam ser o *lanchinho* um grande atrativo para as reuniões e elemento essencial na participação da comunidade. Isto se deve principalmente a não terem muito acesso à gêneros alimentícios que não os que obtêm da floresta e de seus cultivos. Desta forma, “comer algo diferente” é um fato não corriqueiro em suas vidas, principalmente na vida das crianças. Foi possível perceber isso bem próximo, quando das reuniões a se realizar em alguma oficina ou em conversas na comunidade. O que justifica como instrumento de pesquisa a entrevista para confecção do diagnóstico. Caso fosse realizado um diagnóstico através de dinâmicas e oficinas, o número de participantes, no caso desta pesquisa, poderia ser diferente e, possivelmente, comprometer o resultado real.

Outro problema relacionado à organização aconteceu quando tentaram coletivizar o artesanato quilombola através do projeto intitulado “Artesanato do Quilombo”, implementado por meio do “Projeto manejo dos territórios quilombolas”, realizado através da ARQMO pela Comissão Pró-Índio de São Paulo. Diversos artesãos da comunidade Tapagem participaram do projeto, que segundo a CPI-SP, “oferece às mulheres quilombolas uma alternativa de geração de renda por meio da

produção de peças artesanais confeccionadas com o ouriço da castanha-do-pará, sementes e cipós” (CPI-SP, 2008). Foram realizadas oficinas com eles, ensinando como fazer várias peças de artesanato, para padronizar-se a produção para o projeto. Alguns, inclusive chegaram à viajar pelo projeto à São Paulo, para conhecer onde eram vendidas suas obras.

Além de demonstrarem pouco esclarecimento acerca do retorno financeiro de suas peças, a maioria afirmou não participar mais do referido projeto, por não terem recebido o dinheiro das obras que enviaram para a venda ou de mesmo terem recebido uma quantia muito abaixo do acordado. Afirmam que “chega em São Paulo, dizem que não vende, o artesão desanima” (Sra. C).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA financiou o projeto dos artesãos, segundo eles, mas os equipamentos que eram para serem elétricos vieram manuais, o que afirmam, prejudicou a produção. Ademais, sabe-se que a energia elétrica também é um empecilho na região, sendo assim, os equipamentos elétricos também poderiam ser restritivos à sua produção, por necessitar de investimentos (compra de diesel, óleo) constantemente.

Acreditam que a interface do projeto com a ARQMO fez com que o empreendimento não desse certo, principalmente na parte financeira, já que o dinheiro das vendas ia se perdendo até que chegasse em suas mãos. 60% do rendimento era para os artesãos e 40% para ARQMO, segundo eles. Por isso, a maioria desanimou da produção artesanal e outra parte espera organizar-se individualmente, mas não conseguem, pela falta de noção de organização, fazendo com que diversas barreiras, como por exemplo, a geográfica, impeça de comercializar os seus produtos.

A tentativa de organizar uma cooperativa de catadores de castanha é um projeto em andamento que encontra diversas dificuldades nas comunidades quilombolas, dentre elas, na Tapagem, pela falta de participação e também com relação ao problema da representatividade da ARQMO, que lidera este projeto. Pelo que foi apresentado à cooperativa de catadores e deveria ser mais rentável do que a venda para os Regatões, que é o que sempre fazem com a castanha que coletam.

Este projeto visa acumular a castanha para vender em períodos de alta, quando o produto está mais valorizado, gerando assim maior retorno para todos. Isto esbarra na visão imediatista da comunidade, que não consegue esperar o retorno, por maior que seja, e prefere acabar entregando o produto aos Regatões que os pagam na hora, muitas vezes com gêneros alimentícios supervalorizados. O pagamento de uma taxa para entrar na cooperativa também é um fator limitante, segundo eles.

Além disso, apesar de a cooperativa ser um órgão isolado da ARQMO, funciona numa sala da associação e tem os mesmos representantes daquela associação, o que esbarra no problema de representatividade dela, apontada na pesquisa. A maioria dos entrevistados explicou a cooperativa de forma não condizente com o dito pelo IBAMA, pelos representantes da cooperativa e o folheto explicativo, o que pode acontecer por falta de informação ou descumprimento das regras.

No entanto, percebeu-se que a alimentação dos comunitários é riquíssima e muito saudável, baseada principalmente na castanha-do-pará, na farinha de mandioca e nas carnes de peixes e caça.

Faltam noções de participação, organização e cidadania. Apesar de saberem que a sua organização é elemento essencial na solução dos problemas, não sabem como um leva ao outro, pois faltam noções de como exercer a participação, ou seja, sua cidadania. Há um desconhecimento geral de seus direitos e deveres na sociedade. Esperam muito a ajuda, mas não vão até ela. Aprenderam a ocupar um estado de predados de suas necessidades, na maioria das vezes esperando “*adoações*” e não buscando construir as soluções para seus problemas.

2.2.1.3 - Posse de terra

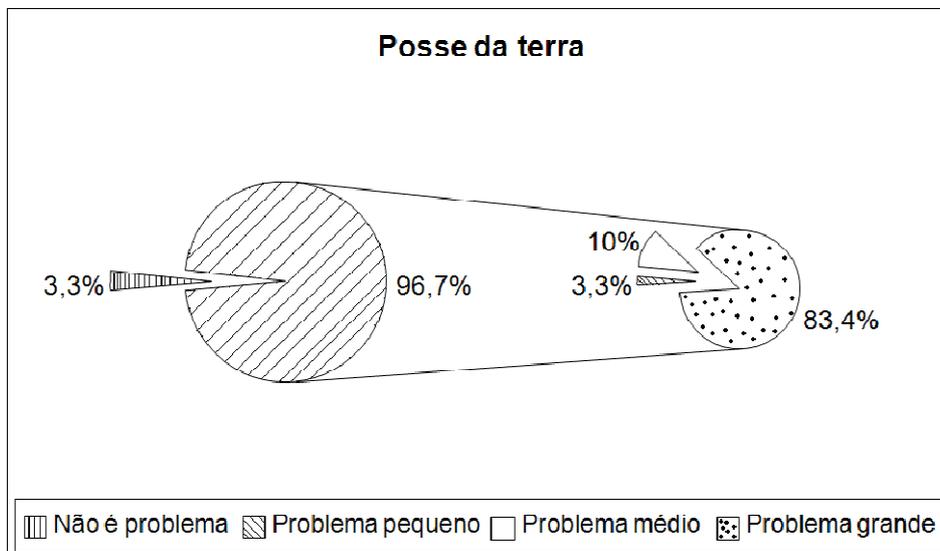


Figura 17: porcentagem dos respondentes sobre o problema da posse da terra

Os quilombolas de Oriximiná foram os primeiros a fazer valer o direito reconhecido pela Constituição Federal de 1988 por meio do Título de reconhecimento de domínio para a comunidade do Boa Vista. Atualmente, segundo informações da Comissão Pró-Índio de São Paulo, 24 comunidades de Oriximiná receberam o título coletivo de suas terras garantindo aos quilombolas a propriedade de 361.825,48 hectares. (MMA/IBAMA, 2006)

A comunidade da Tapagem, juntamente com as comunidades Abuí, Paraná do Abuí, Mãe Cué e Sagrado Coração, foi uma destas, recebendo titulação de território (anexos 9 e 10), em nome da Associação Mãe Domingas, em 20 de novembro de 2003, conforme a placa de identificação da figura 18, que mostra uma das entradas da terra titulada. No entanto, segundo relatos, o processo de titulação, foi muito desgastante, principalmente para os membros da ARQMO, Associação que teve um papel muito importante neste processo. Houve relatos como o da Sra D, de que na época da titulação, representante da ARQMO sofreu represálias. Segundo ela, “não mataram ele, mas o barquinho dele até hoje desapareceu que ninguém sabe como de um porto, ele entrando na mata com o pessoal para fazer as demarcações”



Figura 18: Placa situada na entrada do Lago do Farias, pertencente à terra titulada.

O papel da ARQMO foi muito enfatizado como essencial no processo de titulação, principalmente quando dizem que “a comunidade da cachoeira porteira não quis trabalhar em conjunto com a ARQMO e, portanto, não conseguiram a titulação” (Sr. A). Ou seja, uma comunidade que não se filiou à ARQMO, não teve seu território titulado, demonstrando para eles a importância da Associação. Alguns, porém, acham que isso pode ter ocorrido por essa comunidade possuir parte de seu território no interior da REBIO Trombetas.

O título consiste em uma área de 61.211,9578 ha, porém, o território que habitam e onde está grande parte de sua influência, estando localizada a

comunidade, igreja, escola, barracão, cemitério, algumas roças, locais de pesca, caça e extrativismo, não faz parte da área titulada (Figura 19).



Figura 19: Ilha da Tapagem, mostrando o barracão e as habitações de algumas famílias

Além disso, o documento é um Título de reconhecimento de domínio coletivo de todas estas cinco comunidades, não havendo propriedades individuais, nem distinção de propriedade entre as diferentes comunidades. Ou seja, a terra que habitam não foi titulada e a terra titulada não pertence a nenhuma das comunidades, e sim às cinco anteriormente referidas, independentemente de qual delas habita e realmente faz uso da área titulada.

Deste modo, no momento do processo de titulação da terra, foi dada a eles a posse de um território que não é o seu. Este fato para eles é de grande preocupação, pois podem ser “despejados” a qualquer momento, como o foram anteriormente no momento de criação da Reserva Biológica Trombetas, local onde

habitavam e atualmente possuem a autorização apenas de coletar castanhas em época de safra. Este episódio foi muito marcante em suas vivências e até hoje ainda deixa muita angústia, sofrimento e mal-estar com relação a figura do IBAMA, à época, IBDF. Isto está expresso até nas falas de um agente do próprio IBAMA que vivenciou esse processo, referindo-se à época da criação da REBIO quando os quilombolas foram retirados para o outro lado do rio.

“Muitos deles foram tirados para o outro lado.” (representante do IBAMA)

“Muita gente ficaram (sic.) igual quando dá um vendaval assim, desabrigadas.”(Sr. K)

Devido a este fato, temem muito passar novamente por semelhante situação, já que foi traumatizante para muitos. Além do que, a titulação da terra onde moram é a certeza e segurança que necessitam para não acabarem terem evadidos o local e cultura da comunidade. Além disso, outras comunidades que habitam e fazem uso da área titulada, passam a ter, a partir desse momento, seu território compartilhado legalmente com outras famílias, habitantes das comunidades incluídas na titulação, mas que não habitam o local e não necessariamente utilizam-se da área, como é o caso da Tapagem.

Quando do momento da presente pesquisa, alguns comunitários estavam com medo de uma nova ameaça a se apresentar na região: as madeiras, o que foi expresso com um tom assustador na fala do Sr. J: “As madeiras tão (sic.) tentando negociar.”

2.2.1.4 – Saúde

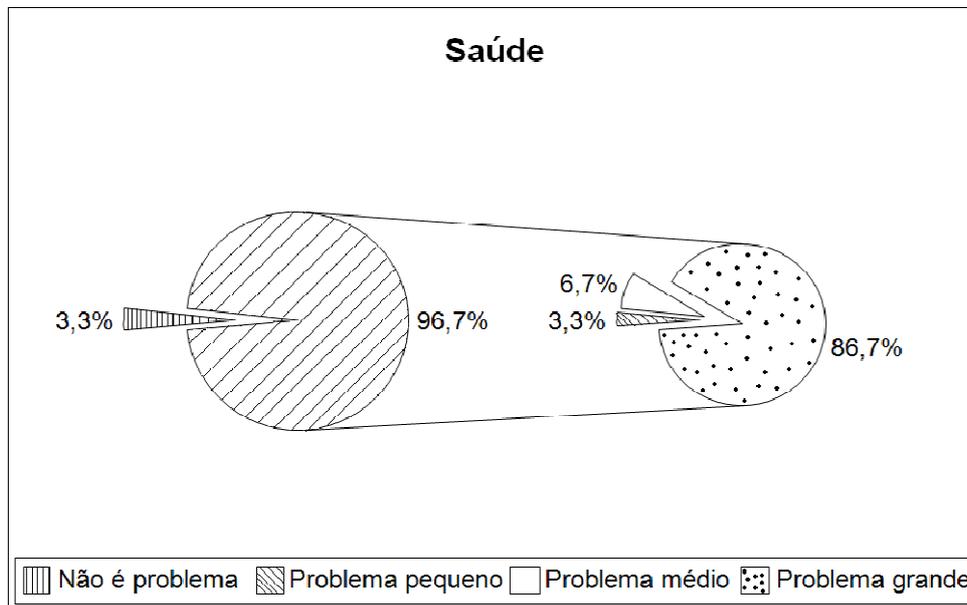


Figura 20: porcentagem dos respondentes sobre o problema da saúde

A comunidade não possui nenhum tipo de posto de saúde ou outro estabelecimento que pudesse colaborar nesse sentido. A comunidade não possui nenhum posto ou farmácia, onde possam ser armazenados medicamentos para o caso de necessidade. O único atendimento que recebe é feito por enfermeiros do projeto Esperança, que ficam durante um turno de um dia no mês, financiados pela Mineração Rio do Norte.

O posto de saúde mais próximo está situado em Porto Trombetas, cidade da Mineração Rio do Norte, situada à cerca de 54 km ou, pelo menos, 6 horas no barco de linha. Fora este posto supra -citado, há um outro que se localiza no centro urbano da cidade de Oriximiná, há cerca de 120 km ou mais que 12 horas no barco de linha. Na voadeira - à gasolina - pouco mais que 6 horas, dependendo da disponibilidade do combustível, recurso não tão fácil no meio da floresta. Os barcos de linha também só passam uma vez por semana. Desta forma, o atendimento médico é apontado como grande problema pela comunidade.

Quanto ao atendimento às comunidades do entorno, este fica à mercê da vontade daquela companhia, que muitas vezes nega-lhes atendimento. Os comunitários afirmam que são atendidas somente aquelas pessoas cadastradas pela empresa de mineração ou as que têm algum tipo de influência. Isto pode ser evidenciado através das seguintes falas, algumas contradizendo as outras:

“Você chega quase morto no porto da mineração e eles falam para você voltar” (Sr.L)

“Quando a gente tá numa emergência e chega lá, eles acolhem a gente”.(Sra. E)

“Se não fosse a mineração eu tava morto”. (Sr. C)

A malária ocorre devido ao excesso de Carapanã (vetor da doença). Segundo eles, “na época em que a empresa Andrade Gutierrez introduziu um minério na Cachoeira Porteira, devido ao desmatamento, houve aumento dos carapanãs e conseqüentemente da malária” (Sr.C). Na verdade, a empresa se alocou na região para a construção de uma rodovia e para extrair madeira e vender à MRN, para a secagem da bauxita (WANDERLEY, 2009). A SUCAM (FNS) fez tratamento nas comunidades com quinino, cloroquinina e primaquina, segundo os comunitários. Atualmente não há mais focos da doença na comunidade, porém existe em comunidades e locais próximos. A Mineração fez borrifação de medicamentos para combater o vetor da malária.

Afirmaram que a marinha fazia serviço odontológico na comunidade, mas pararam com a entrada da Fundação Esperança. Reclamam da falta de medicamentos e atendimento/projetos por parte da prefeitura. Alguns afirmam que já teriam morrido se não fosse pelo auxílio da Mineradora. Há também uma falta de esclarecimento das doenças lá existentes, por parte dos médicos que os atendem.

Foi feito um projeto para que houvesse tratamento odontológico na comunidade, mas este, nunca ocorreu. Os problemas desta natureza atingem grande parte da população. Como os postos de saúde, o tratamento odontológico mais próximo está no centro urbano do município de Oriximiná.

Não possuem saneamento básico nem serviços de tratamento ou distribuição de água, no entanto não relatam casos de parasitoses nem de epi ou endemias. Os casos mais graves de problemas de saúde são os de malária, geralmente contraída em outros locais, que não a comunidade. Este quadro, faz com que senhores de idade, com medo, se desloquem para a cidade, como afirma Sr. K: “Eu tenho casa em Oriximiná, porque não podia ta longe da farmácia, do hospital”.

Existem na comunidade 4 banheiros comunitários (Figura 21), que consistem em um buraco no chão onde as pessoas fazem suas necessidades fisiológicas. Um buraco de 3,5m, geralmente usado, dura mais que 4 anos. Quando cheio, jogam óleo queimado, fecham e cavam outro. Foi um grupo de médicos que visitou a comunidade que os ensinou como fazer. Segundo eles, a SUCAM já trabalhou muito na região.

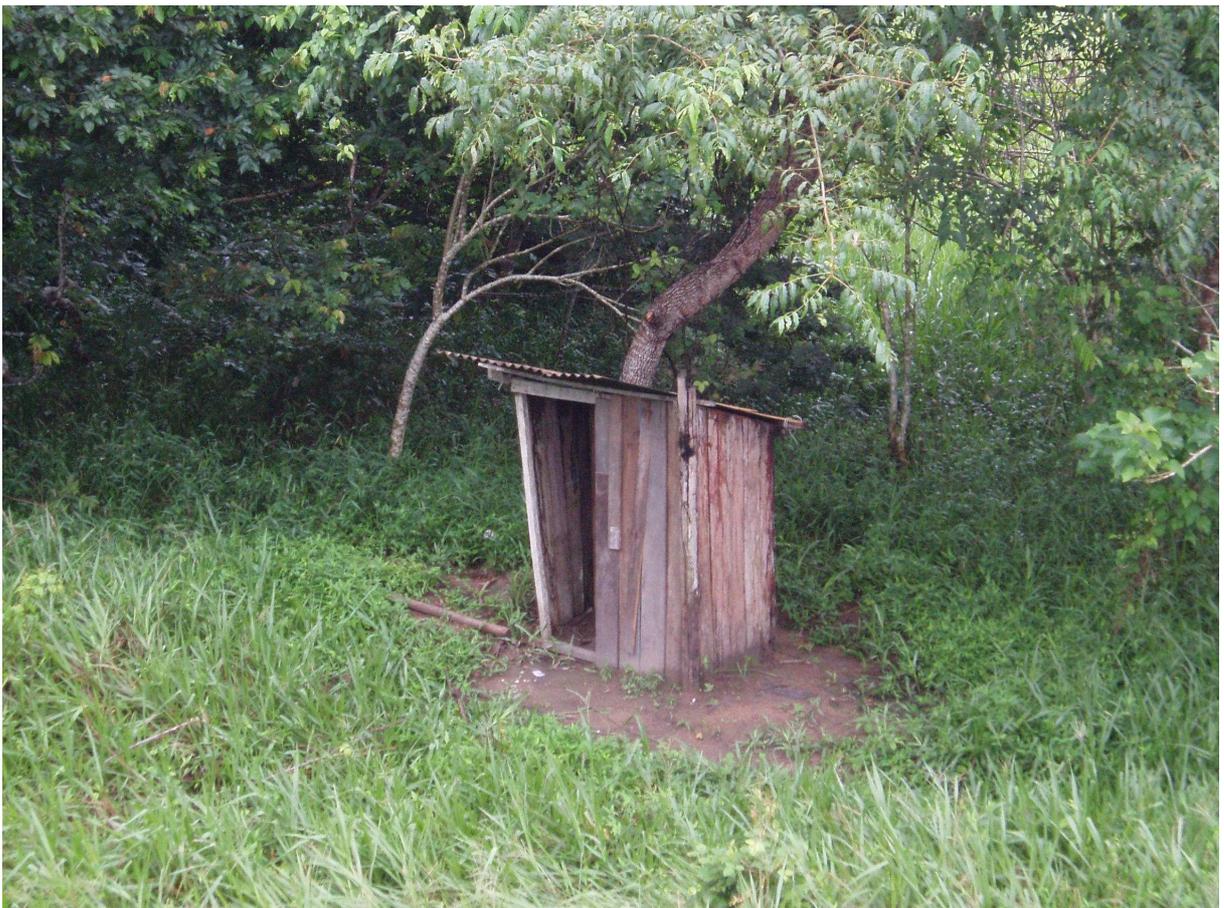


Figura 21: Banheiro comunitário.

Quando do retorno do trabalho de campo, em determinado dia, a equipe de pesquisa deu carona a um comunitário, sua filha recém-nascida que estava doente e a agente de saúde da comunidade. Chegando à Porto Trombetas, demoraram a conseguir atendimento para a criança e só lograram êxito via intermédio da agente de saúde que tinha parentes que moravam no local. Por isso, a criança foi atendida, porém o seu pai, teve que dormir na lancha por dias e, infelizmente, sem ter notícias da filha.

2.2.1.5 - Representação (ARQMO, Mãe domingo)

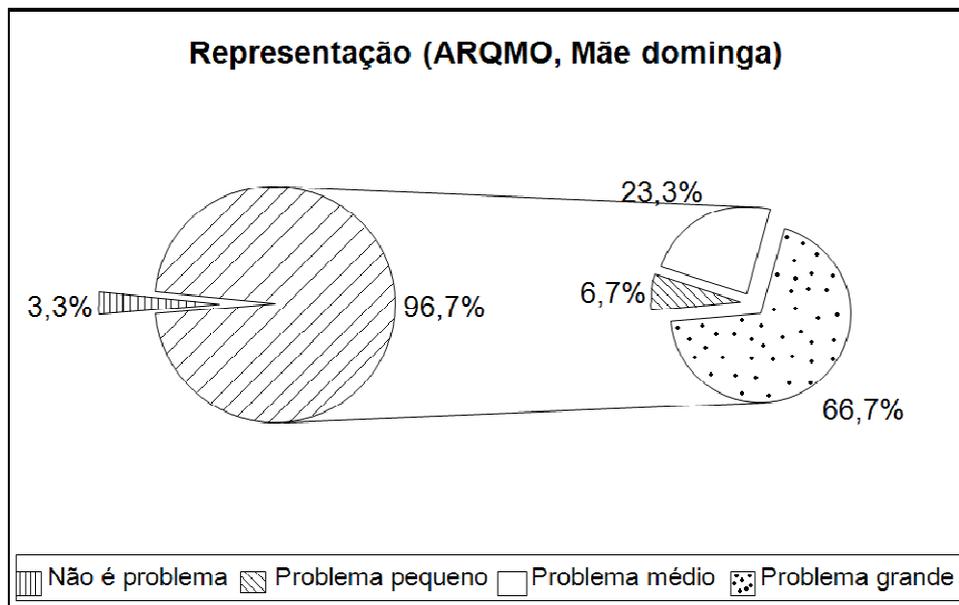


Figura 22: porcentagem dos respondentes sobre o problema representação Mãe Dominga

A comunidade da Tapagem tem duas representações, a saber: a Associação Mãe Domingas - que representa outras quatro comunidades além dela; e a Associação de Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná, que representa outras 31 comunidades. No momento da presente pesquisa, a Mãe Domingas estava “um pouco desorganizada. Até mesmo os coordenadores, né? Dia seis de março vai completar um ano que venceu o prazo deles e até hoje não teve assembléia para trocar”. (Sr. D)

“A ARQMO também já passou uns três meses” (Sr. E). Porém, apesar de estar com a gestão vencida, estava passando por um processo de troca de diretoria. As pessoas ligadas àquelas que tiveram seus cargos destituídos, estavam super insatisfeitas e questionando o processo eleitoral. Questionavam, inclusive, a saída de alguns líderes que foram importantes no processo de titulação e organização da associação, sendo muito conhecidos inclusive em outros países.

A comunidade da Tapagem, porém, encontrava-se esperançosa devido à entrada de 4 membros da comunidade para a diretoria. Acreditam que a partir deste momento a comunidade poderá ser mais ouvida e melhor representada, e que a associação pode tornar a lutar pela questão quilombola, já que antes “do alto trombetas tinha pouca representatividade na ARQMO” (Sr. G). Sr. A, novo membro representante eleito, expressava sua vontade e esperança na associação: “Ela tá meia baixa, mas vai tornar a se levantar.”

Para alguns comunitários, “a organização da ARQMO foi bom para as comunidades” (Sr. E), *pois* “muita coisa que a gente lutava aí pra fora eles conseguiram... como a questão da terra.” (SR. F) Além disso, “eles conseguiram acalmar o IBAMA, com o convênio, o IBAMA se comporta desta maneira através da imprensa (prensa, pressão) dela” (Sr. C).

“O rádio foi reforço da ARQMO” (Sr. D), outra conquista. Um projeto chamado Sistema de comunicação, que teve apoio do governo federal e da Petrobrás. Segundo eles, este projeto comprou os rádios das comunidades, com dinheiro que recebeu da Europa.

Muitos, porém, vêm a ARQMO atualmente desmobilizada e apenas enxergam importância no papel que exerceu na titulação das terras. Dizem eles “a única coisa que a ARQMO fez nessa terra aqui foi a titulação e só” (Sra. A). Alguns até acreditam que a ARQMO os prejudique com relação a receber benefícios, ao expressarem que “o que vem de benefício vem para ARQMO” (Sra. C). Parecem não perceber que o que é da ARQMO também é deles e este fato pode estar associado a Associação possuir patrimônios como casa, computadores, rádios, carro e barcos, coisas que a maioria das comunidades não têm.

Não existia muita informação a respeito da Associação Mãe Domingas, mas pode-se perceber que cada grupo de comunidades mais próximas geograficamente pertencia a uma organização, que pertenciam todas, por sua vez, à ARQMO. Parece ser um tipo de descentralização do poder, que funcionaria para melhor organizar e ouvir seus representados, mas que para eles não funciona. Não existe relato de nenhuma conquista feita pela Associação Mãe Dominga e, segundo um de seus representantes, ela leva os interesses das cinco comunidades que representa para ARQMO, o que pode confirmar a tese de ser um tipo de descentralização do poder da ARQMO.

A maioria da população afirma não se sentir representado pela Mãe Domingas e nem sabem direito quem faz parte e o que ela faz. Para eles a existência dessa organização não parece ter feito diferença, mas não se pode descartar a hipótese de que as conquistas da ARQMO para a comunidade da Tapagem e suas vizinhas podem estar atreladas à força política ou algum tipo de força da representação da Mãe Domingas.

É fato, porém, que muito se precisa para essas organizações aprenderem em relação a organizar-se. Outros pesquisadores e pessoas que se encontravam em contato com as organizações reclamavam do mesmo que diziam os comunitários da Tapagem:

“ARQMO fazia mais reunião” (Sr. J)

“As associações se esgotaram, precisam se renovar”. (Sr. D)

“A Mãe Dominga numa parte podia trazer muitas coisas boas para a gente, mas as vezes ela se descuida e tem aquela falta de interesse de se encaixar naquele movimento que vem trazer o benefício de todos, as vezes tem aquele descuido de se preparar melhor muito mesmo a respeito daquele recurso. Talvez hoje nós tenha uma dificuldade até agora nas nossas casa não terem chego através da nossa associação que não tava preparada.” (Sr. E)

“Coordenadores da Mãe Dominga não têm energia” (SR. F)

“Mãe Dominga não fez nada” (Sr. I)

“Mãe Dominga não ta produzindo e ta endividada” (Sr. C)

“Antes os representantes trabalhavam bem, agora sumiram. Para tirar uma declaração não tem mais ninguém na ARQMO”. (Sra. B)

Ainda, existem acusações sérias por parte dos entrevistados em relação a ARQMO, principalmente de desvio de dinheiro, mas não cabe ao trabalho citá-las.

2.2.1.6 - Falta de investimentos

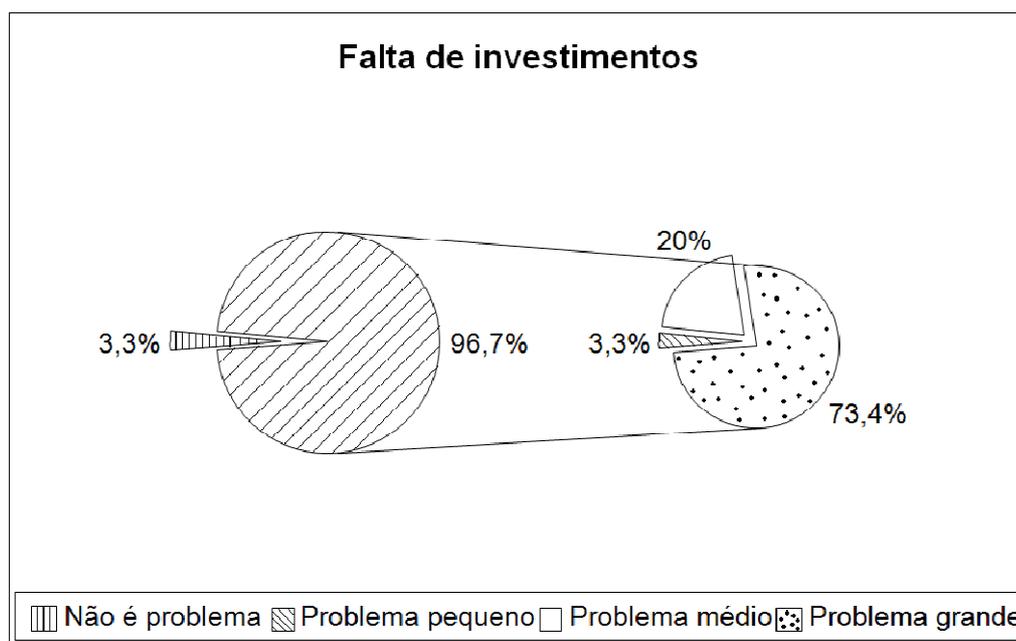


Figura 23: porcentagem dos respondentes sobre o problema da falta de investimentos

Outro problema apontado pelos comunitários foi a falta de investimentos na comunidade. Reclamam que nem as empresas, nem os órgãos públicos investem no local. Isso está refletido em diversos outros problemas levantados, como por exemplo, no transporte, na saúde e na educação.

A maioria dos entrevistados (mais de 96%) relaciona a falta de investimentos à falta de organização da comunidade e não com a falta de interesse dos investidores. Acreditam que se a comunidade se organizar, conseguem alcançar investimentos. Relatam casos de outras comunidades que se organizaram a fim de apresentar propostas para conseguir financiamentos e obtiveram sucesso. Quando perguntados sobre como solucionar esse problema, assim como a maioria dos demais, afirmou Sr. J: “se a comunidade se organizasse mais um pouquinho, né?”.

A maioria afirma que a falta de recursos e os problemas são reflexos da falta de organização e representatividade das associações. A falta de investimentos desestimula a comunidade a se organizar e falta de organização faz com que não obtenham nenhum auxílio. É um tipo de “bola de neve”.

Quando perguntados sobre a tentativa de buscarem financiamentos e o porquê de não obterem, afirmam não ter conseguido por falta de conhecimento. Pedem auxílio para se organizarem e fazerem projetos. Ainda afirmam que na fase de montagem dos projetos ninguém aparece, mas na hora que chegam os frutos, todo mundo quer compartilhar. Desta forma, quem estava estimulado a se organizar acaba se desestimulando, já que no fim das contas terá que dividir seus frutos com aqueles que não trabalharam em sua semeadura.

Falta investimento em formação, “dão peixe, mas não ensinam a pescar”(SR. D). Para Sr. M, falta um ensino para jovens e adultos. Ele acredita que se investissem no ensino da comunidade, a maioria das pessoas que perturba o IBAMA iria parar, por estar estudando e devido ao IBAMA ter um acesso a estas pessoas através da educação.

É fato de que existem grandes empresas com vontade de investir no território dessas comunidades: os territórios já titulados. Porém, em grande parte trata-se de empresas madeireiras estrangeiras que desejam “comprar” a madeira do território titulado, devastando a terra dos quilombolas. Quando da época da pesquisa, havia no local dois grupos representantes deste tipo de empresas: européias (tentando estabelecer negócio). Parte das associações e dos moradores admitem ser interessante vender a floresta. Parecem não saber das conseqüências deste tipo de

atitude. A maioria porém, é contra e estava com muito medo desta nova ameaça à seu único patrimônio, suas terras, que trazem com elas todo o patrimônio cultural e a garantia de sobrevivência desses povos, já que o ofício da maioria está ligado à seu território.

Alguns acreditam que a comunidade não recebia investimentos por, no passado, não ter seção eleitoral. “A maioria das seções eleitorais eram na cachoeira porteira – outras comunidades votam lá – então parecia que o maior número de eleitores era lá, fazendo com que recebesse maior investimento” (Sr. F). Agora, porém, a comunidade Tapagem possui uma seção eleitoral própria.

De todos os entrevistados, um total de 96,6% que afirmam ser problema a falta de investimentos na comunidade diz que isso é devido à falta de organização da mesma, problema esse tido como o mais grave para 20% dos entrevistados, apesar de não ter sido o maior problema apontado. Isso fica bem retratado quando dizem que a prefeitura, por exemplo, “nunca veio com esses projeto para cima de nós. Nós nunca também tivemos essa idéia de levar para eles, de mostrar em trabalho para eles, para nós” (Sr. J). Um exemplo claro disso são os açazais, presentes em abundância na região, mas não explorados por eles por falta de incentivo financeiro, já que é preciso de um investimento não acessível para explorar tal recurso.

O município de Oriximiná é um Município com uma quantidade expressiva de recursos assim como as empresas nele presentes. Mesmo assim, as comunidades quilombolas recebem pouquíssimos investimentos. O que a maioria dos comunitários anseia é um maior investimento, sem o interesse de exploração, o que fica muito dependente de sua organização e proposição de projetos. A maioria dos projetos que vêm até eles tem interesses exploratórios ou lucrativos.

2.2.1.7 – Educação

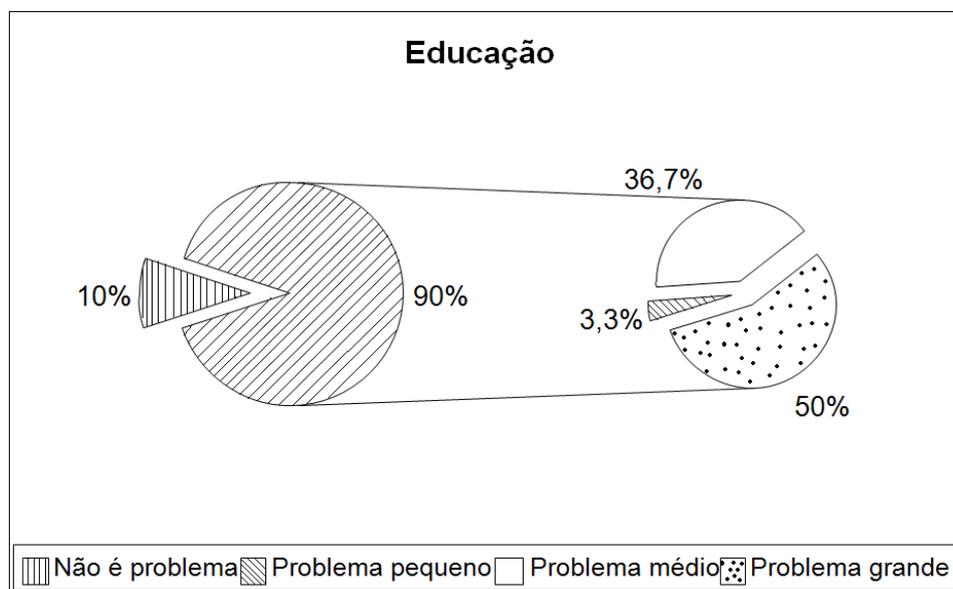


Figura 24: porcentagem dos respondentes sobre o problema da educação

O Ensino quilombola em Oriximiná é composto por 20 escolas municipais, sendo elas pólo e/ou multisseriadas. Escolas pólo são aquelas que atendem à diversas comunidades e multisseriadas são aquelas que têm classes com crianças de diferentes séries estudando juntas. Este quadro abrange um total de 1925 alunos e 86 professores.

A escola municipal Raimundo Vieira dos Santos (pólo e multisseriada) que atende a população da comunidade pesquisada, além de outras duas comunidades. É a escola quilombola que possui o maior número de alunos (254, aproximadamente 13,2%) mas não o maior número de professores (7, aproximadamente 8,1%). Desses professores, alguns são da comunidade (4), sendo que há entre eles quem não tenha cursado o ensino médio ou nem terminado o ensino fundamental. A escola funciona para o ensino fundamental e o pré-escolar, chamado de PET pelos professores, que atende crianças desde os 5 anos.

No ano de 2006, dos 154 alunos matriculados de 1ª a 4ª séries, houve evasão de 14% e reprovação de 45% e de 5ª a 8ª, dos 68 matriculados, o total de evasão foi 22% e o de reprovação 16% (Figuras 25 e 26). Até 2004 os alunos que cursavam

até a 5ª série estudavam na escola situada no interior da comunidade, atualmente abandonada.

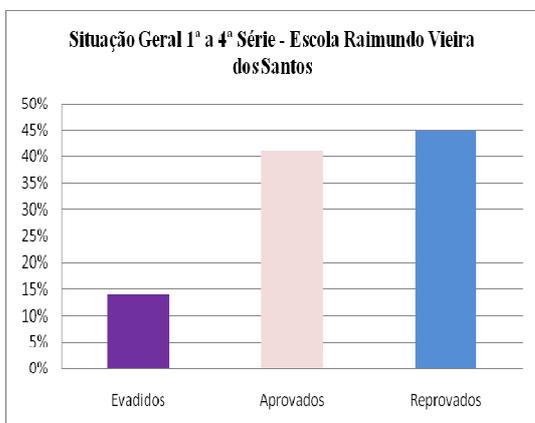


Figura 25: Situação geral de aprovação/reprovação/evasão da Escola Raimundo Vieira dos Santos, que atende a comunidade quilombola da Tapagem. 1ª a 4ª série.

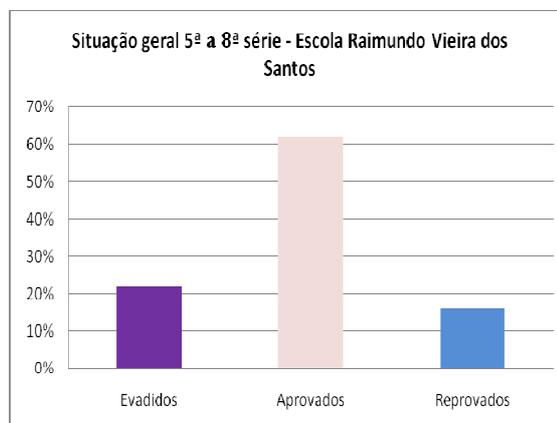


Figura 26: Situação geral de aprovação/reprovação/evasão da Escola Raimundo Vieira dos Santos, que atende a comunidade quilombola da Tapagem. 5ª a 8ª série.

Alguns dos dados da secretaria de Educação - divisão de Educação Quilombola - não coincidem com os dados apresentados na própria escola local ou mesmo das informações da comunidade. No plano de desenvolvimento educacional das escolas quilombolas de Oriximiná, referente ao biênio 2007-2008, são apontados como pontos fortes do ambiente interno das escolas, a merenda escolar de boa qualidade, a água potável oriunda dos poços artesianos, o fornecimento de luz elétrica, a estrutura física dos prédios e o apoio da SEMED e Prefeitura Municipal de Oriximiná, dentre outros.

De acordo com as entrevistas realizadas na própria escola e na comunidade, pode-se perceber que muitos destes chamados de *pontos fortes* não estão ali presentes. A escola não possui gerador de energia o que impossibilita de bombear água para a caixa, fazendo com que tenha que ser coletada a água do rio, trabalho muito dificultado pelo número reduzido de funcionários e pela energia física demandada devido ao terreno muito acidentado.

A infra-estrutura também é apontada por todos como grande problema. Professores reclamam da falta de salas e local para recreação, além do terreno onde a escola se encontra instalada ser muito acidentado (Figura 27) e possuir muitas cobras, o que faz muitos pais temerem pela integridade de seus filhos, favorecendo no processo de evasão escolar. Isso pode ser expresso pela fala de Sr. E, quando diz que “tem muitos pais que não coloca as crianças muito novinhos para estudar”, referindo-se aos problemas do terreno onde a escola se encontra localizada.

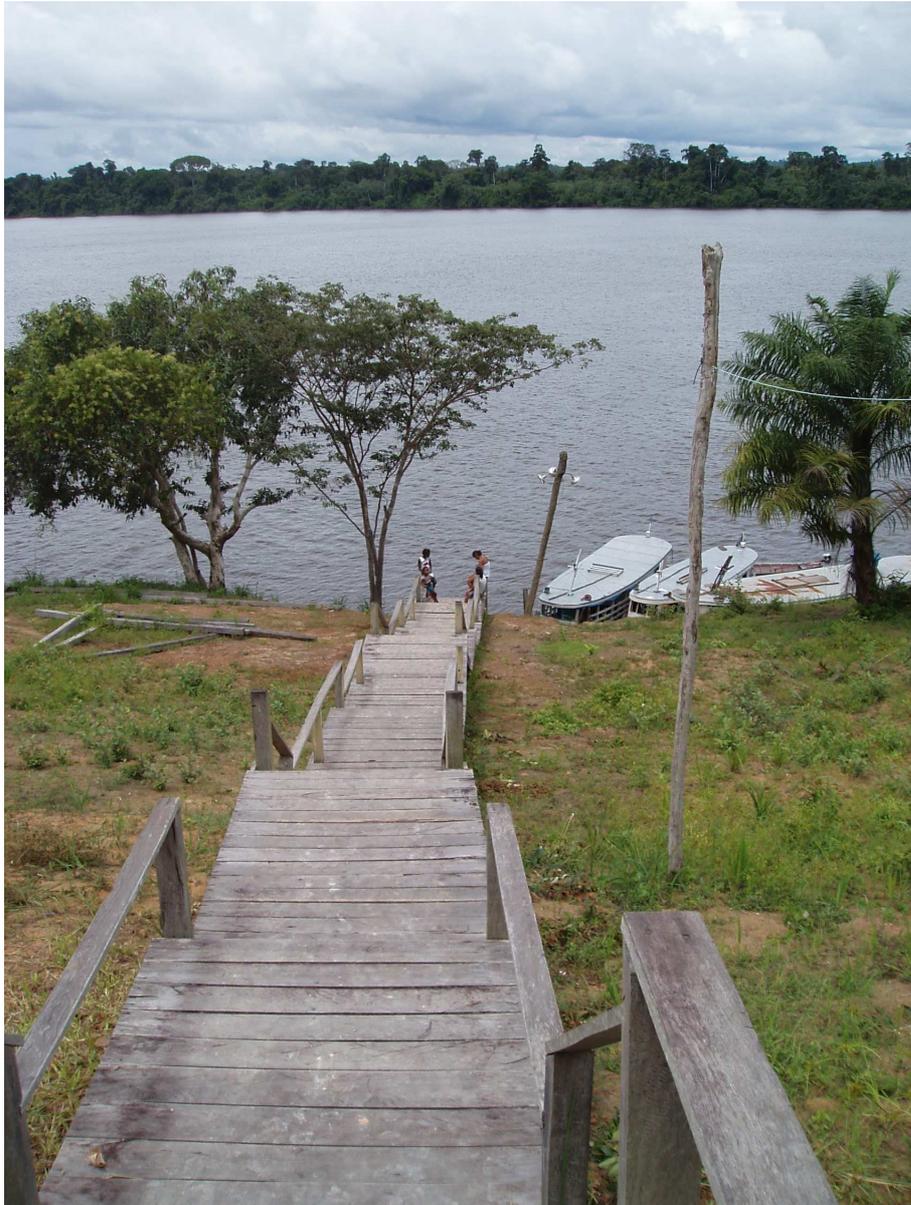


Figura 27: Acesso à escola Raimundo Vieira.

Outro problema para os comunitários é a “falta creche para as crianças. Criança até cinco anos não tem onde estudar e o colégio é muito acidentado o lugar, não tem como mandar as crianças pequenas, que pode cair” (Sra. G). Reivindicam desta forma, que o colégio antigo, que se situava na própria comunidade, se não pudesse voltar a funcionar, que assim o fosse, apenas para o atendimento como creche para as crianças pequenas.

O colégio foi mudado da Tapagem, para um terreno entre a comunidade do Sagrado e da Mãe Cué, sendo um local mais central para estas comunidades, atendidas pela escola, e segundo os entrevistados, porque as outras comunidades não queriam na Tapagem.

Segundo a maioria da comunidade envolvida (pais e professores), o apoio da prefeitura só se faz em épocas de eleições. A merenda falta. Faltam profissionais (serventes trabalham o mês todo durante todo o dia e ganham meio salário, pois o dividem) e a escola não possui um vigia, o que favorece a perda de seus materiais e equipamentos por furtos. Ainda, no ano de 2007, a escola não recebeu nenhuma visita da prefeitura ou secretaria de Educação e os professores afirmam que a verba para as escolas quilombolas chegou do governo federal e não do município.

Os professores da comunidade reclamam que “aqui nosso salário é baixo, mas que vêm de fora ganham!”, referindo-se à diferença salarial entre os professores da própria comunidade e os professores de fora. Isto pode ser devido a diferença de graus de formação dos professores, mas não há nada que indique.

Outro problema apontado é em relação ao transporte. Barco que vai cheio de crianças desde 5 anos, sem água ou banheiro, sem ninguém para tomar conta, levando cerca de trinta minutos até a escola, que fica a cerca de 6km da comunidade, o que amedronta os pais, já que segundo eles, devido ao transporte ser alugado, a prefeitura se ausenta da responsabilidade do mesmo. Além disso, reclamam muito das aulas terem que parar todos os meses, não havendo sequência no ensino. Tal fato ocorre, pois os professores vão para a cidade para receber seus salários e fazer cursos, que às vezes atrasam as aulas por algumas semanas, deixando as crianças sem estudar.

Ainda, existem diversos problemas educacionais devido à não adequação dos professores e materiais didáticos ao local e a cultura deles. Os livros têm uma abordagem proveniente do sul e “não há formação específica para Educação quilombola nem indígena”, segundo a diretora de Educação quilombola.

Em relação à Educação propriamente dita, existem diversas lacunas. Os pais reclamam que crianças de séries elevadas, como por exemplo, a 5ª, nem ler sabem direito. O plano anteriormente citado não apresenta nenhuma intenção de se trabalhar cidadania e participação social. Educação ambiental é citada apenas uma vez pelo documento em forma de palestra para os professores. No entanto, os mesmos nem sabem definir e afirmaram não terem tido nenhum contato com a mesma, e também disseram não haver nenhum projeto voltado para a Educação quilombola como afirma o documento.

O único material de Educação Ambiental existente na escola, estava “perdido”, mas foi achado para que pudesse ser analisado pela pesquisa. Encontrava-se em péssimo estado e não havia sido utilizado. Havia sido doado pelo IBAMA em outras situações e versava sobre uma educação ambiental conservadora. Não havia sido feito nenhum trabalho com os professores para a sua utilização.

O IBAMA era o único órgão que havia tocado no assunto de educação ambiental na região. Na verdade, o trabalho de Educação Ambiental vem sendo desenvolvido pelo IBAMA há pouco tempo, visando melhorar a interação comunidades/ambiente e principalmente comunidades/IBAMA, de acordo com o melhor entendimento do trabalho deste órgão e de sua importância. Apesar de ainda estar muito voltado ao campo conservador da EA, os profissionais apontam para a criação de trabalhos mais críticos, apesar de não ser o papel da entidade.

Ainda assim, alguns entrevistados na comunidade afirmaram que a única vez que ouviram falar de Educação Ambiental foi quando anunciaram a chegada da presente pesquisa na comunidade. A diretora de Educação quilombola da SEMED, respondeu, quando inquirida sobre a existência/presença da Educação Ambiental, que “isso para a gente está faltando muito”.

2.2.1.8 – Transporte

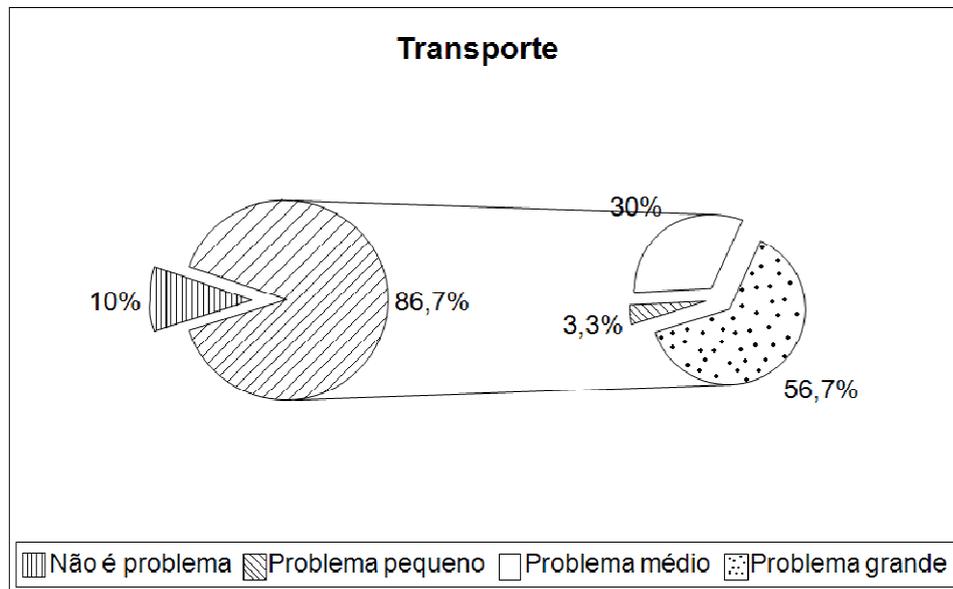


Figura 28: porcentagem dos respondentes sobre o problema de transporte

A comunidade Tapagem está situada numa ilha no interior do Lago da Tapagem, área da Floresta Nacional Saracá-Taquera. O único acesso ao local é através do Rio Trombetas, que um pouco acima de Porto Trombetas, pertence à reserva Biológica Trombetas. Como a Reserva Biológica tem como objetivo a “preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais ...” (Lei 9985, capítulo III, Art 10), apenas os barcos autorizados pelo IBAMA podem passar, estando sujeitos à fiscalizações.

Existe então um barco de linha (Silva moda), que faz o trajeto uma vez por semana. As datas, porém não são fixas, dificultando o planejamento da comunidade para as suas necessidades. Este é um agravante que Sr. J afirma que “quase que o nosso transporte não ta tendo mais data”. Cada comunidade pode possui uma viagem por mês neste barco, podendo levar no máximo 15 pessoas, o que não atende à demanda da comunidade, que possui cerca de 320 habitantes. Nas viagens de outras comunidades eles têm direito de incluir 2 pessoas. Segundo Sr. E, “o barco que faz a viagem, só na comunidade Tapagem tem vaga para quinze pessoas, aí nós sendo cinquenta e quatro famílias parece, por ai, não resolve o problema”.

Esta é a única forma de chegarem ao centro urbano, onde podem adquirir qualquer tipo de produto, desde alimentação, vestimenta, até combustível para os motores de energia e dos barcos que utilizam. Medicamentos também só podem ser obtidos nesta ocasião, assim como serviços médicos e odontológicos e qualquer tipo de lazer. Na ocasião de haver transporte para a cidade, os aposentados também precisam fazê-lo, para receber seus benefícios.

Outros barcos também adentram a REBIO, mas muitas vezes não têm capacidade de transportar membros da comunidade. São os barcos de professores, do IBAMA, dos índios, de outras comunidades ou de suas organizações.

A comunidade possui uma lancha, doada pela Fundação Cultural Palmares⁸, que é uma entidade pública brasileira vinculada ao Ministério da Cultura. No artigo 1º, da Lei que a instituiu, lê-se: "(...) promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira" (BRASIL, 1988-b). A doação foi feita mediante pedido da comunidade. A comunidade possui também um barco, doado por projeto Europeu (que os comunitários não sabiam dizer qual), que estava parado no momento que essa pesquisa acontecia e que, segundo eles, já fazia muito tempo, pois não tinham dinheiro para consertar e nem para pagar o Diesel das viagens (Figura 29).

⁸ Tem como missão os preceitos constitucionais de reforços à cidadania, à identidade, à ação e à memória dos segmentos étnicos dos grupos formadores da sociedade brasileira, além de fomentar o direito de acesso à cultura e à indispensável ação do Estado na preservação das manifestações afro-brasileiras.



Figura 29: Barco da comunidade, esperando por reparos.

Segundo Sr. E: “Deram um barco, mas não cuidamos”. É notavelmente difícil para eles “cuidar” de tal tipo de embarcação, devido ao tamanho (precisa da mobilização de várias pessoas), por precisar de conhecimento e de material (o que requer recursos financeiros). É um bem comum de toda a comunidade.

A questão da precariedade de transporte da Comunidade é um problema crítico, pois os isola dos serviços básicos que o centro urbano oferece. O transporte oferecido pela prefeitura (O barco Silva moda) não é suficiente para as demandas da comunidade, além de ser extremamente instável (às vezes sai, às vezes não, às vezes quebra, a data nunca é fixa e às vezes muda na véspera) e inconstante, dependendo muitas vezes da vontade do dono do barco e não havendo nenhum cronograma ou regras para a organização do mesmo. Pessoas que necessitam de tratamentos de saúde mais rigorosos e difíceis de se conseguir, que são marcados com muita antecedência e se fazem em cidades maiores, distantes do centro urbano de Oriximiná e dependendo de outras conduções, são muitas vezes prejudicadas por este fato.

2.2.2 – Problemas médios

2.2.2.1 - IBAMA

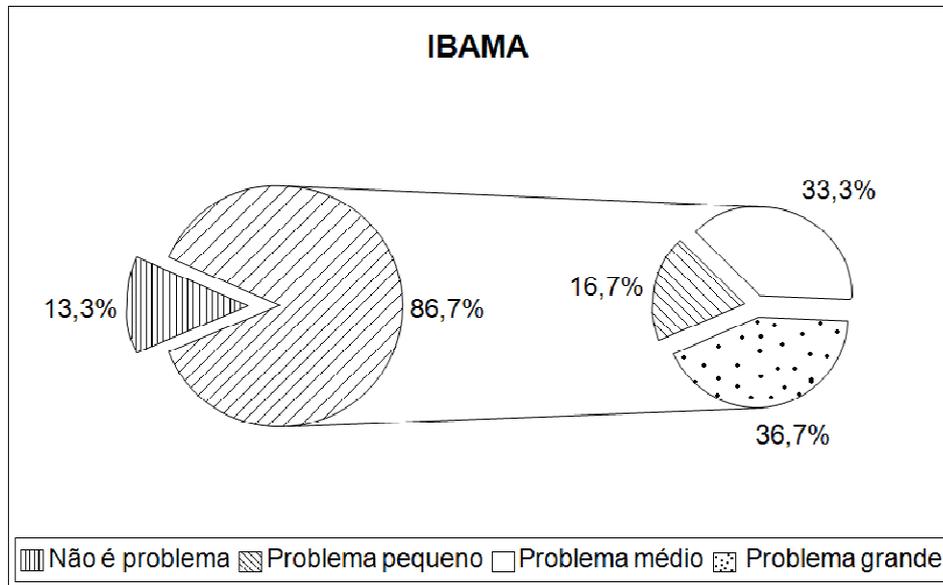


Figura 30: porcentagem dos respondentes sobre o IBAMA como problema

Assim como o problema da mobilização, este foi um dos problemas citados como pior problema para os respondentes, apesar de não ser um problema para todas as famílias. Existem, porém, famílias que possuem parentes empregados no IBAMA e, esse fato pode influenciar na resposta das mesmas. Para Sr. K, dentre os problemas, “o IBAMA foi o pior, não deixa tirar um cipó, madeira de todas as espécies não pode tirar”.

O problema com o IBAMA vem desde a criação da Reserva Biológica Trombetas, quando este órgão ainda era IBDF. O Processo foi feito sem consulta prévia à população e, a comunidade Tapagem, que se localizava no lago do Jacaré, foi desfeita e seus moradores expulsos. Apesar de alguns quilombolas afirmarem possuir o título daquelas terras e de terem comprovações históricas do usucapião do local, não receberam indenização nem condições para que se alocassem em outra região, diferente de alguns “senhores” que ali moravam, que a história nada garante se habitavam ou não a região e nem o tamanho de suas terras, mas que receberam as devidas indenizações. Os quilombolas relatam com muita angústia este episódio,

e os mais velhos mostram certo pavor e desgosto pela representatividade do órgão em função de suas atitudes.

A política de repressão continua, principalmente depois da criação da Reserva Biológica⁹ e da transformação do IBDF em IBAMA.

Desta forma, além de terem sido expulsos de suas terras, os quilombolas estão proibidos de, sequer entrar no local onde habitavam. A insistência por parte de alguns em fazê-lo, fora punida com episódios de muita violência. Durante certa época, a repressão foi muito grande, com a presença de policiais que usavam de muita violência para com os infratores, o que deixou marcas até hoje, em seus corpos, mentes e almas.

Como o Rio Trombetas pertence à Reserva Biológica, meio esse de onde retiram maior parte de seus alimentos (peixes), ainda sofrem repressão de acordo com o método que utilizarem para sua pesca. Apesar de não poderem comercializar o peixe para a cidade, o que não faz com que tenham demanda de pesca predatória, não podem utilizar apetrechos de pesca como as “*malhadeiras*”, que são redes de malha.

Vários pescadores relatam terem tido além da própria “*malhadeira*” apreendida, seus barcos e seus “*rabetas*”, elementos essenciais em sua sobrevivência, além de alguns que relatam terem sofrido de violência física. Quando perguntados sobre o porquê de levarem o barco e o motor, se poderiam fazer isso e

⁹ Segundo a lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema nacional de unidades de conservação –SNUC, A reserva Biológica, é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, ou seja, que não permite ocupação humana, com as seguintes características:

Art. 10. A Reserva Biológica tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.

§ 1o A Reserva Biológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2o É proibida a visitação pública, exceto aquela com objetivo educacional, de acordo com regulamento específico.

§ 3o A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

se isso seria devolvido, analistas do órgão deixaram transparecer que era uma atitude meramente repreensiva, mas afirmaram que podem fazê-lo e que o interessado pode responder na justiça e reaver seus objetos. Nenhum quilombola sabia disso e nem ao menos como fazê-lo.

Os quilombolas relatam que houve uma época de muita repressão, quando “eles tiravam comida da panela do cidadão” (Sr. K). Segundo Sr. E, “até comida da panela teve casa que jogaram”. Segundo eles, “antes não podia nem deixar a malhadeira exposta”, como a maioria atualmente ainda não o faz pelo medo que a repressão gerou (Figura 31).



Figura 31: Principais recursos extrativistas utilizados pelos Quilobolas, peixe e castanha, representados pela malhadeira, rede pendurada à esquerda e paineiro, cesta à direita. No centro, ouríços-da-castanha já esvaziados.

Não podiam nem visitar os locais que antes era de uso comum. A região dos tabuleiros, por exemplo, onde ocorre a desova dos quelônios e que era um local

onde os antigos faziam seus rituais relacionados à desova desses animais, ficou proibida na época da desova. Seus rituais, relacionados à desova desses animais, foram impossibilitados de serem praticados e a queda constante da população de quelônios que vem acontecendo (mesmo com a intervenção do IBAMA) para os comunitários acontece, justamente, por isso. A não realização dos rituais e a retirada dos ovos por parte do IBAMA, para eles é o problema.

Diz Sr. K: “Eles tinham uma arrumação que só ia no tabuleiro quem fosse empregado deles lá”, demonstrando a perda de espaço, da livre circulação e da realização de seus rituais neste local.

Este quadro é agravado em casos de emergência, já que “não pode passar com barco à noite porque a comunidade assinou se ficar doente tem que esperar clarear” (Sr. I). São regras que afetam diretamente a vida dos quilombolas, principalmente quando relacionado a seu trânsito no Rio Trombetas. A proibição de utilizar alguns recursos também é um problema para alguns. Dizem que, por exemplo, o “Pirarucu era proibido seis meses, agora não pode mais” (Sr. J). Para esses, “*não era para acabar e sim diminuir mais*” (Sr. A). Alguns ainda afirmam que “*não pode caçar nenhum bicho em nenhum lugar*” (Sr. K).

Os mais velhos vêm com *maus olhos* os acordos feitos com IBAMA, onde a comunidade concorda como dito anteriormente, por exemplo, em não transitar de barco pelo Rio Trombetas à noite. Para aqueles comunitários “não melhora muito porque aqui as pessoas eles vem e aí eles fazem reunião, aí eles vão ajeitando, ajeitando, até que as pessoas falem o que não pode falar e eles assinem e mandam as pessoas assinar. Com pouco tempo já vem pior de novo a prejudição deles” (SR. K).

Um exemplo dessas reuniões é aquela feita para a realização do projeto castanha, onde o IBAMA “faz reunião com representante, pega nome dos comunitários e prepara papeleta.” (Sra. B) Algumas dessas reuniões, onde são feitas perguntas - possivelmente com intenção de recenseamento - geram expectativas nos comunitários de que o IBAMA doará algo. Pode-se perceber isso quando um comunitário diz que “O IBAMA já veio perguntar com que a gente queria trabalhar, se era

criação de peixe, de galinha, copaíba, de madeira, mas vai embora e não vem responder mais nada” (Sr. D).

É fato, porém, que o IBAMA já ajudou com materiais. “Pró-tartaruga (projeto do IBAMA para proteção dos quelônios) fez casa de farinha, deu um gerador, mas não terminou” (Sr. C). Outros porém reclamam a falta deste tipo de ajuda do IBAMA, que “até quando a gente tá com um paciente e precisa de uma gasolina emprestada ou levar na lancha deles é dificilmente conseguir” (Sr. L).

Alguns relatam, que o IBAMA vem mudando sua conduta: “Agora ele tá querendo ajudar mais um pouco, mas logo que chegaram era só machocando” (Sr. F) e “Agora eles já estão mais mansos” (Sr. J). Determinados depoimentos apontam que isso é consequência da luta deles e suas constantes denúncias: “Agora eles se endireitaram mais um pouquinho com tanta denúncia” (Sr. I) e “Foi muita luta nossa”(Sr. E).

Enquanto isso, outros afirmam que “nada melhorou” na relação com o IBAMA e que os mesmos ainda usam de violência. Comunitários entrevistados relataram terem sido presos e contaram casos de outros, que foram presos pescando tracajá para comer. Afirmam que às vezes “tem reunião com o IBAMA mas para explicar coisas que favorecem o trabalho deles, para pegar assinaturas” (Sra. B). “Reuniões para prometer coisas, mas quando encontra por aí é como se não conhecesse” (Sra. F)

Reconhecem a importância do trabalho do IBAMA, mas com outro tipo de conduta: “É importante o trabalho deles, mas como irmãos e não com humilhação” (Sr. M), “To na minha terra, procure saber o que estou fazendo primeiro, venha preservar, mas não me humilhar” (Sr. H) e “As comunidades preservam a natureza igualmente o IBAMA, que faz coisas foras do limite” (Sr.B)

O Sr. I relata que propuseram parceria com o IBAMA, querendo que a comunidade ficasse a par da fiscalização e participasse do trabalho com as tartarugas, mas isso não aconteceu.

O IBAMA possui postos pelo Rio Trombetas, estrategicamente posicionados, um na entrada do lago Erepecú e outro na entrada do lago do Jacaré, este último

com estrutura de pesquisa e fiscalização, para onde são levados os filhotes de tracajás desovados nas praias próximas, região de tabuleiros, que dá o nome a este posto do IBAMA (Figuras 32 e 33). Além disso, o IBAMA possui uma sede em Porto Trombetas, “cidade” da Mineração Rio do Norte.



Figura 32: Tanque de tracajás na base de Tabuleiros.

Para poder chegar à cidade, os quilombolas têm necessariamente que passar pelo posto de fiscalização do IBAMA na entrada do Erepecú, onde o órgão verifica se estão levando algum recurso natural extraído da floresta, que não seja a castanha-do-Pará. Desta forma, ficam limitados somente à venda deste produto.

Atualmente os quilombolas cadastrados no IBAMA têm a autorização para extrair Castanha-do-Pará durante a safra no interior da REBIO. Estes têm que passar por um posto de fiscalização na ida e na volta, portando um documento (anexos 11 e 12) onde serão registradas a data de entrada, de saída e a quantidade de castanha extraída. “um papel que eles chamam de papeleta. Quando passa lá a gente

diz a quantidade que coletou, qual castanhal que tava e esse processo tudo. Dia 31 de maio eles recebem esse papel.” (Sr. N)



Figura 33: Base de tabuleiros do IBAMA.

Nesta época, quando de suas entradas nos castanhais, os apetrechos levados também são restritos, e “só pode levar linha e anzol”, segundo Sr. J. “Depois que terminar a castanha, todo mundo para fora” (Sra. A), ou seja, após o período da safra, que termina no dia 31 de maio, são impossibilitados de entrar na REBIO, onde antes habitavam. É frustrante para alguns, saber que “acabou a castanha, acabou a entrada nossa lá” (Sr. K).

Reclamam muito de não poderem caçar ou levar outros artigos de pesca na REBIO, na época da safra da castanha. Diz Sr. K: “agora que eles deixam com tanta formalidade pegar castanha praí, mas é só para levar uma linha comprida e um canininho. Cachorro, espingarda, malhadeira, eles não deixam”.

Para os comunitários não há nenhum problema na caça, já que “a gente mata para se alimentar” (Sr. C). Justificam seus hábitos por não terem criação, diz Sr. J: “aqui nós se alimentamos de peixe e caça, que a gente não tem tal criação” e “A nossa criação é quando a gente vê um Mutum, um Jacamim, uma Cotia, uma Paca... Agente mata para se alimentar e isso é cultural, isso vem desde o início das primeiras pessoas que moravam aqui nesse trombetas velho, nossos antepassados... eles criavam nós com essas cacinha.”

Porém, para determinados comunitários o projeto-castanha é uma evolução nas relações comunidade/IBAMA, já que “antes do projeto o IBAMA tomava as castanhas” (Sr. H). Dizem que o “convênio que eles estão tendo facilitou um pouco”(Sr. E).

Em relação a essa parceria IBAMA/comunidades, alguns acreditam que “parceria deles é quase nada, é só para eles terem força” (Sra. B). Ou seja: para estes, esses projetos seriam apenas para “limpar” a imagem do IBAMA frente às comunidades e dar a ele maior inserção e força frente às mesmas. Alguns ainda acreditam que esses projetos sejam para superfaturamento e para marketing, ou “levar fama”.

Há ainda muitos relatos de corrupção no IBAMA. Casos de agentes, que por terem livre trânsito, levam recursos naturais para vender. Quando do momento da pesquisa, houve um caso de um agente que despachou uma caixa no barco dos quilombolas, como o fazem de costume com bagagens para entregar a familiares na cidade e no decorrer da viagem esta estourou revelando uma porção de tracajás em seu interior.

Os mais velhos relatam que no passado isso era muito pior. Diziam que “se tinha dois, três tracajá eles tomavam e ficavam com eles, não jogavam fora. De vez em quando comiam, mandavam para a família deles” (Sr. C). Segundo Sr. K, isso mudou porque “eles pegavam bicho no barco deles para ir vendê e tudo foi descoberto”.

Há relatos também de que a base do Tabuleiro do IBAMA foi feita com areia das praias onde desovam os quelônios. O uso das praias é proibido aos quilombolas.

A forma de gestão da questão dos quelônios também não agrada os quilombolas. O número de ovos colocados diminui a cada ano e, segundo eles, é pela ação do IBAMA que não é compatível com suas crenças e práticas que antecederiam à atuação do órgão, hoje não mais praticadas. Apesar de tudo isso, muitos comunitários reconhecem a importância da presença do órgão na região, principalmente em relação à fiscalização, já que nem todos os moradores são conscientes e também frente aos interesses de grandes exploradores, como mineradoras, madeireiras, criadores de gado e especuladores de terra que, graças à implantação das UC's não estão na região.

Desta forma, o processo histórico da entrada do IBAMA no local, com a criação das reservas, expulsão das comunidades de seus territórios e proibições como livre circulação de barcos, utilização de seus apetrechos de pesca, caça, utilização de recursos diversos, venda de recursos naturais e etc, marcou muito a vida dessas comunidades. De uma hora para outra, se viram expulsos e com uma série de limitações/proibições e sendo a transgressão das regras impostas passível de fortes punições de cunho físico.

O bom estágio de conservação das terras quilombolas deve-se em parte à atuação do IBAMA, já que como não têm como explorar a floresta com fins comerciais, limitam-se a fazê-lo para sua subsistência, atividade que impacta de forma não significativa o meio. Porém, é uma questão muito complicada. Os negros foram expulsos de suas terras e vivem à mercê da “*boa vontade*” do IBAMA, já que residem em território da Floresta Nacional Saracá-Taquera. Esta, uma unidade de conservação de uso sustentável, que permite ocupações humanas, mas que para transitar de lá à cidade e vice-versa, necessita-se de autorização do IBAMA, já que o único meio de transporte se faz por via fluvial e o Rio Trombetas pertence à Reserva Biológica, segundo o Diretor das Uc's.

Para os quilombolas isto não está muito claro. Em reunião prévia na sede da ARQMO, onde foi delimitada a comunidade-alvo no início da pesquisa, os representantes afirmaram aos pesquisadores que não era necessária autorização do IBAMA e apenas da ARQMO, já que se estaria indo para Terras de Quilombos e não se adentraria a REBIO Trombetas. Desconheciam então, que o Rio Trombetas fazia parte da REBIO e para que qualquer pessoa possa então chegar até as terras de Quilombos, não podem apenas serem “convidados” para tal, como se faz em nossas residências, mas tem-se que submeterem-se ao IBAMA, muitas vezes através do complicado cadastro do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO - (sistema automatizado do IBAMA) e ICMBIO (onde os pesquisadores realizam um complexo cadastro para obter autorização de entrada nas UC's) e ainda, sentando-se em reunião na sede em Porto Trombetas e explicitando tudo que se vai fazer lá.

Desta forma, os quilombolas tornam-se extremamente dependentes, como anteriormente dito, da “boa vontade” do IBAMA para poderem desenvolver as mais importantes atividades comerciais que desenvolvem (que giram em torno da castanha-do-pará). Dependem, inclusive que este órgão burle a própria lei de Unidades de conservação que por si só, proíbe este trânsito pelo REBIO, que acontece no Rio Trombetas, além da extração de recursos naturais.

Quando se fala das intervenções educativas do IBAMA, estas ainda têm um cunho limitadíssimo. O único material ligado a Educação Ambiental distribuído pelo órgão à escola, encontrava-se perdido e em péssimo estado de conservação, além de nunca ter sido lido ou trabalhado pelos professores. Este material não fora trabalhado pelo órgão e sim apenas entregue na escola, segundo os professores.

As atividades de Educação do IBAMA limitam-se à conscientização acerca da questão dos Quelônios que se reproduzem no Rio Trombetas. Mesmo assim, quando de eventos como a soltura dos Quelônios, da qual participamos (Figura 34) a comunidade recebe convites para um número limitadíssimo de crianças e adultos, gerando um mal-estar em toda a comunidade e limitando muito a prática educativa das palestras que antecedem o processo de soltura.



Figura 34: Crianças das comunidades participando do processo da soltura dos quelônios.

2.2.2.2 – Prefeitura

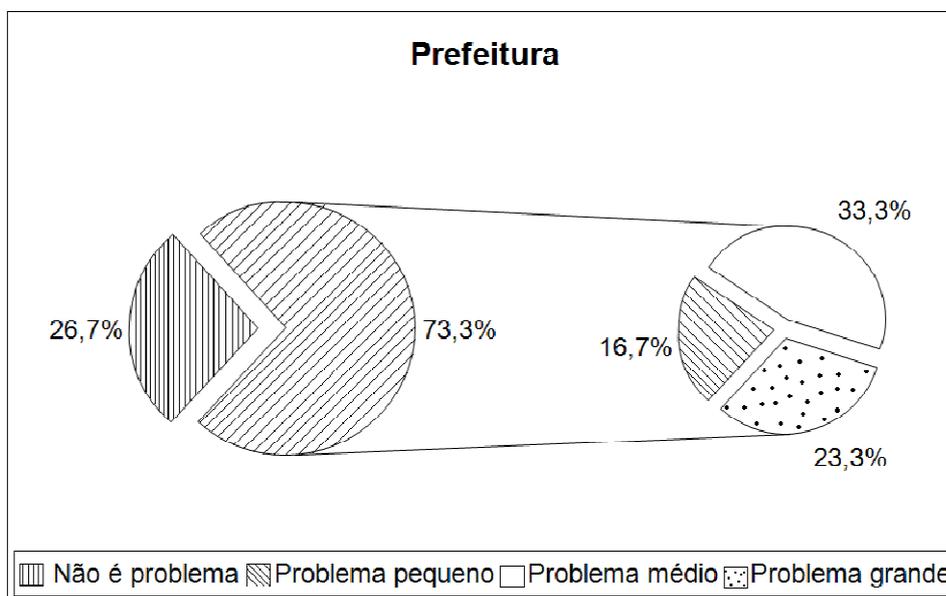


Figura 35: porcentagem dos respondentes sobre a PREFEITURA como problema

O Município de Oriximiná tem um orçamento bem expressivo (R\$ 57.243.228,27 em 2003), para o número de habitantes que possui. Dentre os municípios da região, inclusive, é o mais urbanizado. Isso tudo se deve à presença, no município, de empresas como a Mineração Rio do Norte, que gera muitos royalties para o município. Mesmo assim, a prefeitura deixa a desejar no que se diz respeito às comunidades quilombolas. Os problemas de Educação, Saúde e transporte estão mais intimamente ligados a essa esfera do poder público do que com qualquer outro.

Porém, a prefeitura ficou classificada como um problema médio. A maioria dos comunitários (73,3%) indicaram a prefeitura como problema. Aqueles que não apontaram, demonstraram estarem satisfeitos com as conquistas obtidas ou por intervenção da prefeitura ou mesmo por intermédio da própria comunidade. A seguir, os benefícios apontados:

- a) O orelhão instalado na comunidade, “o telefone foi um tipo de ajuda da prefeitura, foi convênio dela” (Sra. G) (Figura 36).

- b) O transporte para a cidade, que acontece uma vez no mês, com vaga para 15 pessoas, dentre os 320 comunitários
- c) O diesel para ligar a eletricidade durante 3h/dia, que dura metade do mês e que, segundo eles, é doado por um vereador, mas que na verdade é doado pela prefeitura por intercessão desse vereador.
- d) A escola, a cerca de 6km da comunidade.
- e) O transporte escolar alugado pela prefeitura.
- f) A visita mensal do agente de saúde, em conjunto com a mineração Rio do Norte.
- g) O poço que não deu certo, por conter água salobra e caixa d'água no alto que não tem como ser abastecida pela falta de energia elétrica para ligar a bomba hidráulica.
- h) A instalação elétrica e de geradores de eletricidade a diesel, feita por intermédio e pressão de um vereador.



Figura 36: O orelhão da comunidade da Tapagem.

O Sr. J é um exemplo prático dos que vêem uma intervenção da prefeitura na comunidade, mas que crê que ainda não é satisfatória, quando diz que “a prefeitura tem dado uma assistenciuzinha para a comunidade, mas pela posição que é, é meia fraca.”

Alegam que a prefeitura ajuda muito outras localidades, principalmente pelo número elevado de eleitores. Afirmam ainda possuírem um relacionamento muito fraco com a prefeitura, nem sempre sendo ouvidos ou recebidos, conforme o seguinte depoimento:

“Quando tem coordenador que grite eles fazem. Por eles mesmos, não vão fazer. São muitos querendo, o coordenador que tem que fazer.” (Sr. O)

“Grupo de mulheres se organizaram, fizeram levantamento do que precisava e apresentaram para a prefeitura e eles não ajudaram” (Sra. C)

“Na prefeitura às vezes não querem nos atender” (Sra. H)

Muitos se sentem enganados e decepcionados com o poder público municipal, devido ao fato de receberem visitas somente em época de eleições, quando os candidatos fazem promessas que não vêm a cumprir quando eleitos. Para eles:

“Prefeito só faz enganar” (Sr. F)

“Eles vêm na comunidade pedir voto, é a hora que nós imprensa eles” (Sr. G)

“Este posto de saúde já foi pedido muitas vezes. A gente pede mas não sai” (Sr. E)

2.2.3 – Problemas pequenos

2.2.3.1 - Mineração Rio do Norte

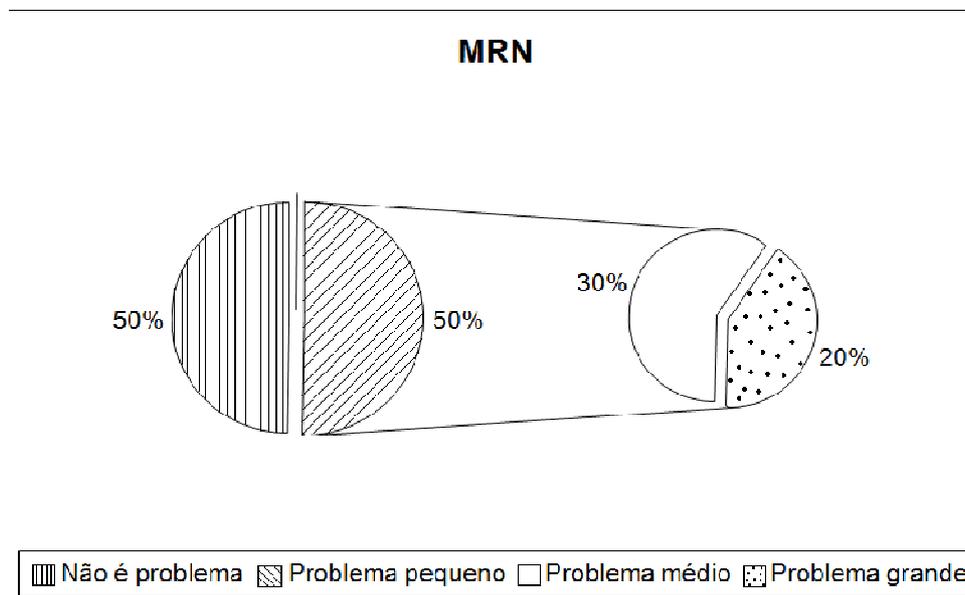


Figura 37: porcentagem dos respondentes sobre a MRN como problema

A Mineração Rio do Norte S. A., é uma associação de empresas nacionais e estrangeiras constituída em 1974, para explorar e comercializar bauxita (minério do alumínio) no município de Oriximiná (MRN, 2007). Neste momento firmaram o acordo de acionistas empresas que compõe o complexo da MRN compostas no quadro abaixo:

Quadro 3: Empresas acionistas da Mineração Rio do Norte. Ano 1974. Fonte: TAVARES, 2006.

Empresa	Nacionalidade	% das ações
Companhia Vale do Rio Doce	Brasileira	41
Alcan Aluminium Limited	Canadense	19
Companhia Brasileira de Alumínio	Brasileira	10
A/S Aordal og Sunndal Verk	Norueguesa	5
Norsk Hidro a.s.	Norueguesa	5
Instituto Nacional de Indústria	Espanhola	5
Reynolds Metals Company	Norte Americana	5
Rio Tinto – Zinc	Inglesa	5
Billiton International Metal B.V.	Holandesa	5

Ao longo dos últimos anos, ocorreram algumas alterações no que se refere aos sócios e suas participações acionárias, resultando hoje, a seguinte composição do capital: Vale do Rio Doce Alumínio S.A. – Aluvale - 40%, BHP Billiton Metais S.A. – 14,80%, Alcan Alumínio do Brasil Ltda. – 12%, Cia. Brasileira de Alumínio – CBA – 10%, Alcoa Alumínio S.A. – 8,58%, Norsk Hydro do Brasil Ltda. – 5%, Alcoa World Alumina LLC. – 5%, Abalco S.A. – 4,62% (MRN, 2007).

As operações de lavra foram iniciadas em 1979 e, atualmente, é uma das maiores produtoras de bauxita do mundo (MRN). A capacidade de produção inicial do projeto foi de 3 milhões de toneladas/ano. Hoje a capacidade de produção é superior aos 17 milhões de toneladas/ano (MRN).

As instalações industriais da MRN encontram-se localizadas em plena floresta Amazônica e distante das cidades da região, com acesso apenas por via fluvial e aérea (MRN) (Figuras 38 e 39).



Figuras 38: Imagem aérea de Porto Trombetas, com instalações da MRN e habitações.

Esta área, localizada à 80 km da Sede do Município, ou a seis horas de “barco de linha”, e a 110 km da embocadura do Rio Amazonas, foi denominada Porto Trombetas. (TAVARES, 2006; O'DWYER). Este local conta com “um núcleo urbano dotado de completa infra-estrutura de saneamento básico e social” (MRN, 2007), superiores até aos da sede municipal, destoando completamente das comunidades do entorno, onde não se encontram tais equipamentos.

Ainda, “Porto Trombetas é um centro urbano fechado, com supermercado, cinema, hospital, escola, centros administrativos e áreas residenciais” (O'DWYER). Além de bares, restaurantes, “praias”, clubes e todo o tipo de lazer. “O fluxo de pessoas é controlado pelos seguranças da empresa, a partir de cancelas a cerca de cem metros das margens do rio. Mesmo assim atrai centenas de embarcações que ficam estacionadas no porto, vivendo de fretes ocasionais.” (O'DWYER).

A Empresa, desde seus primórdios teve incentivos governamentais no que se diz respeito à concessão de terras e isenção de impostos. Segundo Tavares (2006), “Em 17 de outubro de 1974, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), aprovou o projeto apresentado pela Mineração Rio do Norte, fazendo ela, então,

jus a isenção de imposto de renda pelo prazo de dez anos, bem como a outros incentivos concedidos pelo governo”.



Figura 39: Imagem aérea de parte das instalações da MRN.

Em abril de 2007, a empresa tinha 1.233 empregados contratados diretamente e 1.399 terceirizados (MRN, 2007). Ao contrário do IBAMA, que já contratou alguns comunitários, não houve nenhum relato de geração de emprego para a Tapagem pela MRN. Ninguém relatou trabalhar, ter trabalhado, ou o caso de algum comunitário ou o tivesse feito ou o fizesse.

A MRN, em 2006 teve uma receita líquida de R\$ 899,4 milhões. R\$ 62, milhões a menos que o ano de 2005. Afirmam ter recolhido aos cofres públicos

R\$158,2 milhões em impostos e contribuições em 2006. Dos *royalties* que pagam, 65% vai para o município, 23% para o estado e 12% para a federação (MRN, 2007). Também dizem ter investido 10,8 milhões de dólares em meio ambiente e 1,9 em responsabilidade social em 2006. A visão empresarial sobre responsabilidade social, pode ser expressa conforme o seguinte depoimento:

Hoje se espera que as empresas ajam como cidadãs responsáveis. A sociedade espera, por exemplo, que corporações contribuam com instituições beneficentes, apoiem programas comunitários e adotem políticas adequadas à gestão ambiental, incluindo programas de desenvolvimento auto-sustentáveis para as comunidades. Espera-se que toda a organização crie uma cultura de elevados padrões éticos. Em um mundo que passa por constantes mudanças e pressões da sociedade, as organizações não podem correr o risco e considerar a possibilidade de ter uma imagem ruim na imprensa ou potenciais repercussões econômicas associadas à idéia de serem socialmente irresponsáveis. (MRN, 2007)

Dentre os projetos socioambientais empresariais que a empresa declara serem desenvolvidos, estão: Projeto Quilombo (saúde para ribeirinhos remanescentes de quilombos do alto Trombetas); Programa combate a malária; Hospital de Porto Trombetas; Poços artesianos e Micro-sistemas de água; Programa de Odontologia; Convênio Sesi – odontomóvel; Projeto sorriso saudável; Projeto prevenir; Segurança na navegação; Apoio à escola da comunidade Boa Vista; Bolsa de estudos para ribeirinhos; Bolsa de estudos para filhos de empregados; Educação de Jovens e Adultos; Formação profissional; Cursos técnicos; Inclusão digital; Ação monitorada de integração – AMI; construção de prédios público para educação; Manejo sustentável de quelônios da Amazônia; Conservação e Manutenção da Reserva Biológica do Rio Trombetas (REBIO) e da Floresta Nacional Saracá Taquera (FLONA); Projeto Educação Ambiental e Patrimonial; Programa Salvamento Arqueológico, Apoio aos institutos GaYA e ATAAY; Projeto Escola no Campo; Projeto Várzea; Programa de desenvolvimento de piscicultura; Programa Mel; Fornecimento de sementes; Fornecimento de mudas; Programa de manejo dos castanhais e implantação de Sistemas Agroflorestais na Comunidade do Boa Nova; Apoio à Associação de produtores rurais de Santarém; Programa de Desenvolvimento de Fornecedores do Pará (PDF); Regularização fundiária; Manutenção de estradas e vias públicas; Apoio às manifestações culturais da região e construção e reforma dos prédios públicos para as comunidades.

Em princípio, parece uma ação muito abrangente, mas ao analisar cada um desses projetos, percebe-se que boa parte deles tem como alvo a população de Porto Trombetas, dos trabalhadores da Mineração. É de interesse próprio da empresa, investir na formação de seus empregados e familiares, assim como na sua saúde e bem-estar. De todos estes projetos, apenas um deles atinge a comunidade pesquisada. É o Projeto Quilombo (saúde para ribeirinhos remanescentes de quilombos do alto trombetas), realizado em parceria com a Fundação Esperança, de Santarém. Segundo a MRN, “Mensalmente, um barco equipado com recursos médicos e uma equipe composta por médicos e enfermeiros atendem as comunidades. Esta equipe presta os seguintes serviços:

- Assistência médica local com consultas médicas e exames laboratoriais, além de visitas domiciliares para os casos de maior gravidade.
- Conscientização das comunidades, dos alunos e professores da escola local, por meio de palestras sobre higiene, Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS, saneamento básico e desnutrição.
- Formação de agentes de saúde para ajudar na condução das ações de saúde preventiva.

Ademais, as visitas são realizadas apenas “11 vezes ao ano” (MRN,2007), demonstrando não ocorrer em um dos meses.

Segundo os entrevistados, este projeto acontece porque “eles ofereceram”, ou seja, não foi uma conquista da comunidade. Consiste em “uma equipe médica que vem todo mês aí” (Sra. B) e “fazem exame de sangue, urina, fezes” (Sra. H). Quando da realização do trabalho de campo dessa pesquisa, ocorreu a visita da equipe médica, que passou o domingo (17/02/2008) na comunidade. A equipe era composta por médicos e enfermeiros. Fizeram consultas, exames e reunião para conscientização.

Para alguns entrevistados, a mineração é indiferente, ou seja “a mineração não ajuda, mas também não perturba”.(Sr. D).

Alguns afirmam que a marinha iniciou um serviço odontológico com eles, mas parou por causa da Fundação Esperança, que tinha um projeto para tratamento

odontológico, mas que nunca chegou para eles. Ainda disseram que a Mineração realizou borrifação de produtos para evitar a Malária.

Apesar de a Mineração apresentar estudos que descartem impactos negativos, grande parte da comunidade vê os navios como problema ambiental e acreditam que impactem na queda da população de quelônios que vem acontecendo.

Na comunidade existe uma agente de saúde, a Rivanilde. Retirando a conscientização na escola, que não deve acontecer devido à visita da equipe médica ocorrer em um domingo, o projeto funciona como descrito pela mineradora.

2.2.4 – Não é problema

2.2.4.1 – Água

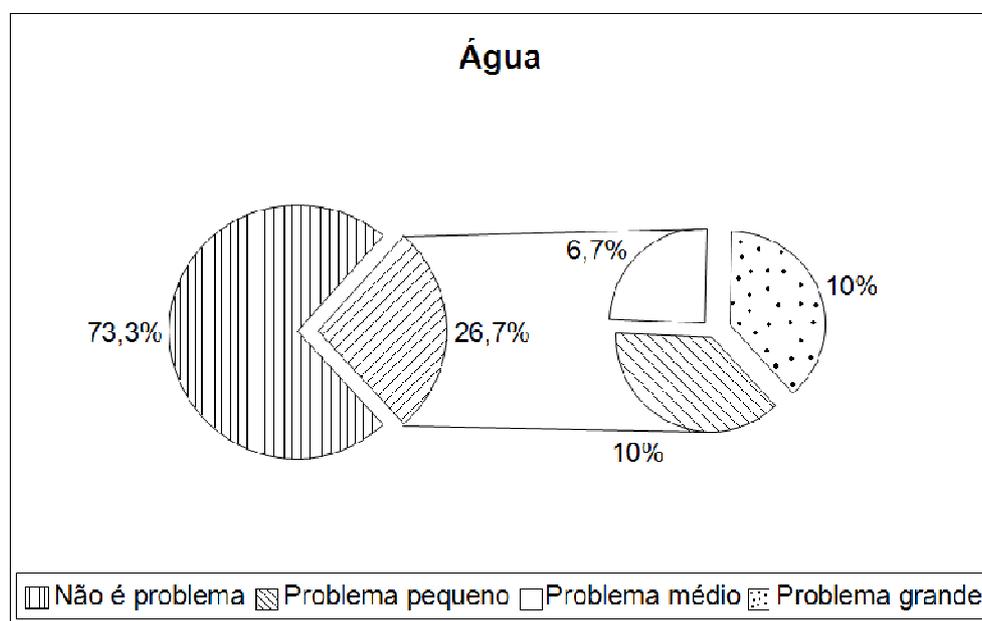


Figura 40: porcentagem dos respondentes sobre a ÁGUA como problema

O município de Oriximiná possui abastecimento de água apenas no centro urbano. As comunidades não contam com nenhum sistema de tratamento ou abastecimento de água, nem participam de nenhum programa que os ensine como

fazê-lo. A água utilizada pela comunidade é a água do Rio Trombetas, onde se situa a ilha da Tapagem. Utilizam esta água para todos os fins. Existe uma caixa d'água, na comunidade, implantada pela prefeitura, porém não é mais utilizada, devido à bomba estar quebrada e, além disso, pelo fato de ser elétrica e nem sempre disponibilizarem de diesel para poder gerar eletricidade.

Os comunitários coletam água da beira do rio, no mesmo local onde lavam suas roupas, panelas e se banham (Figura 41). Porém, parte dos comunitários busca água um pouco mais a frente, de barco (cerca de 30m). A água do Rio Trombetas não é gelada. Apenas os Igarapés possuem água gelada, mas na época da cheia se tem que navegar adentro deles para encontrar água a temperaturas mais baixas. A população não está acostumada com água mais fria, mas é notável que a água não tem a capacidade de refrescar a temperatura do local, nem nos banhos, nem na ingestão. A água mais fria para ser bebida já começa a ser apreciada. Há uma comunitária com um freezer, que ela liga quando há energia na comunidade.



Figura 41 : Criança lavando roupa e limpando peixe na beira do rio.

Não há nenhum sistema de abastecimento ou tratamento de água. Nenhum produto é colocado na água por parte dos comunitários, afim de tratá-la. “Quando a seca é grande, tem que pegar água lá fora” (Sra. I), isso porque ela se torna barrenta no Lago da Tapagem. Apesar de serem poucos, alguns reclamam da qualidade da mesma, dizendo que dá coceira, o que acham que é devido ao alagamento do capim na época da cheia, e que também dá diarreia. Alguns dizem que têm medo, pois, não sabem “de onde esta água vem lavando” (Sra. A) e que “a água dá doença que só” (Sra. J). Para a Sra. A, a água da beira serve “só para lavar e olhe olhe”.

O poço feito pela prefeitura não deu certo, devido à necessidade de uma bomba, já que, segundo os comunitários o poço tinha uma profundidade de 78m. Além disso, relataram que a água era salobra e não apreciada para o consumo, principalmente por deixar as panelas roxas ao ferver e por o sabão não fazer espuma. Acreditam que este fato se dá pela composição do poço, que é feito de parede de ferro e tubo de PVC. São falas deles acerca do assunto:

“Para o laboratório falaram que não faz mal, mas o problema é o gosto dela que é ruim” (Sr.. F).

“A questão do poço lá, que prepararam e não deu uma água boa.” (Sra. K)

“A bomba que não funcionou.” (Sr. C)

“E agora até a bichinha tá sem funcionar.” (Sr. D)

“O poço lá nunca seca, o poço é bem fundo, tem 78m de profundidade.” (Sr. G)

“Quando ferve na vasilha, fica tipo uma parte roxa, cinza.” (Sr. A)

“Você pega o sabão nela, o sabão não espuma assim nela, você passa no teu corpo e fica todo qualhadinho.” (Sr. E)

“Agora não sei se é por causa da parede do poço assim, porque geralmente o poço é de pvc e lá é de ferro.” (Sr. F)

“Setenta e oito metros de fundura é ferro.” (Sr. A)

“Eu não sei porque tem esse saborzinho salobro, é estranho assim.” (Sr. E)

“E quando ferve a água na vasilha fica mancha.” (Sra. A)

Segundo a maioria, porém, “a água é boa”. “Nós moramos num lugar que não tem empresa para poluir” (Sr. J) e “na Tapagem, tem um igarapé grande que joga água para ele.” (Sr. D), além de o “banheiro não tem descarregamento no rio não” (Sra B). Desta forma, não há nenhuma forma de poluição da água e a água então seria boa, principalmente pelo fato de o lago da Tapagem ser abastecido por um Igarapé, onde não há residentes que possam poluí-lo. Estes fatos fazem com que apenas 26,7% da comunidade vejam a água como problema fazendo com que, ao quantificar, receba a classificação de “não é problema”.

2.2.4.2 – Solo

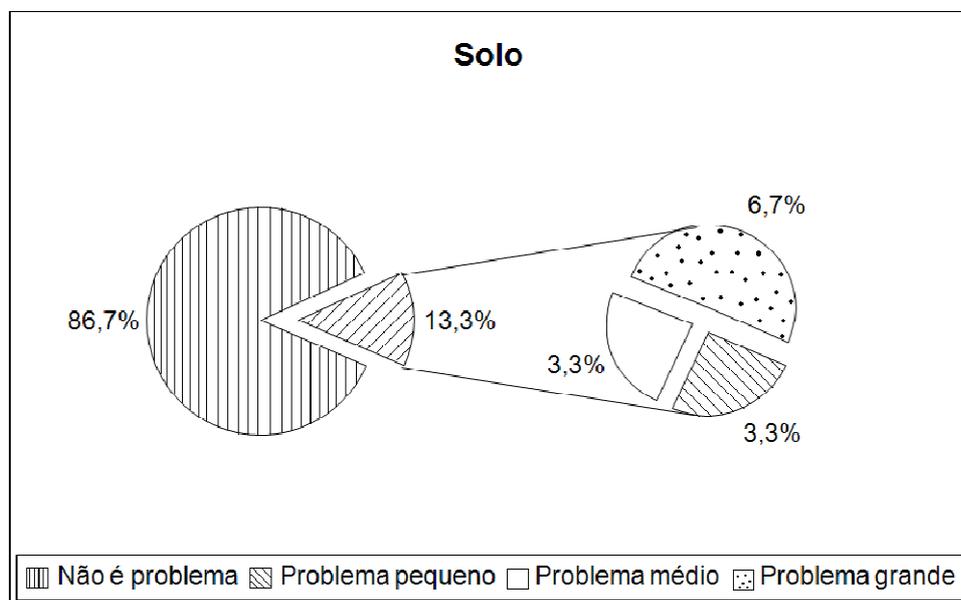


Figura 42: porcentagem dos respondentes sobre o SOLO como problema

A maioria dos comunitários afirma que na terra tudo o que se planta dá. Alguns poucos afirmam que nem tudo dá e que já aconteceram casos de pegarem empréstimos para plantios e perderem o dinheiro. Ocorre que “a terra é boa para algumas coisas” (Sr. B), mas “falta auxílio de um Engenheiro Agrônomo” (Sr. C). Coco e Cupuaçu, por exemplo, não dão em toda a parte, segundo eles. Esta última afirmação é real, já que não existe nenhuma técnica específica para se fazerem os plantios, segundo Sr. D, “falta conhecimento” (Sr. D) e “não temos conhecimento com a terra, não sabemos o que é bom para que” (Sr. C). Apesar de serem populações tradicionais e estas geralmente terem muito conhecimento com a terra, o conhecimento dessa comunidade está muito associado à floresta, aos rios e seus componentes, já que são quase que exclusivamente extrativistas. A agricultura não faz parte de sua rotina. Pescam, colhem, fazem barcos, artesanato, casas, mas poucos são vistos cuidando da lavoura (Figuras 43 e 44). Isso porque poucos comunitários possuem algum plantio, e quando o fazem em sua maioria são de mandioca e em alguns casos, banana.



Figura 43: Comunitário confeccionando um “casco”.



Figura 44: Artesanatos feitos de Ouriço-da-castanha.

2.2.4.3 – Governo

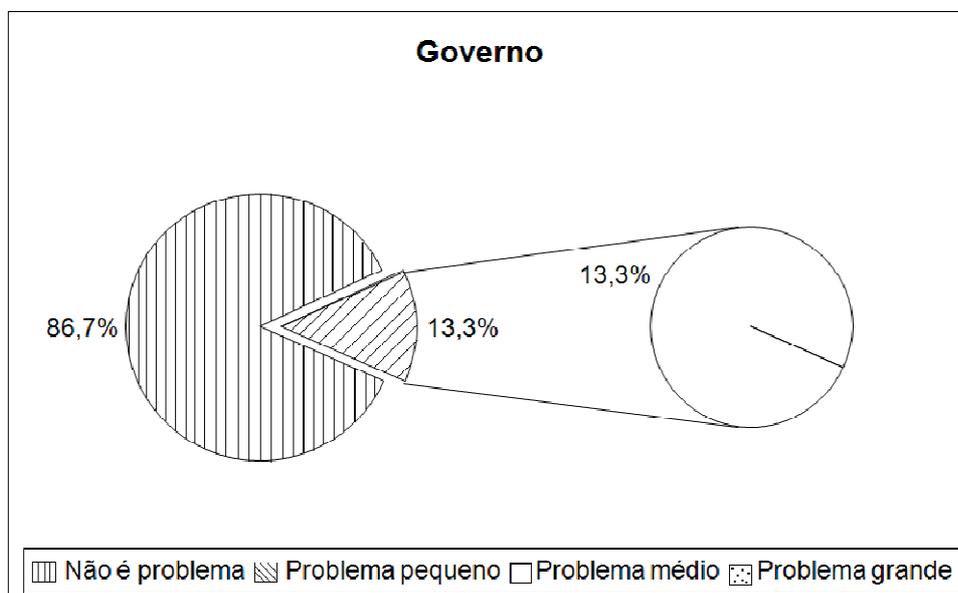


Figura 45: porcentagem dos respondentes sobre o GOVERNO como problema

A pouca ligação que os comunitários possuem com o governo é através das políticas assistencialistas do mesmo. Para eles o Governo Federal está presente através do INCRA e das bolsas que têm acesso, ou seja, suas políticas assistencialistas. Não enxergam a polícia federal nem o IBAMA atrelado ao governo federal.

No período da visita, estavam ansiosos pelo retorno do INCRA que lhes prometeu “adoar” habitações de R\$5 mil para cada família, sendo estas feitas de alvenaria e telhas do tipo brasilite.

Apesar de estarem contentes/satisfeitos, este tipo de habitação não parece condizente com a realidade local e nem com suas necessidades mais urgentes, já que como mostra a presente pesquisa, habitação nem aparece como problema para eles.

Antigamente, afirmam eles, ganhavam R\$ 25 por criança matriculada no PET, o que não acontece mais. Era algum tipo de bolsa auxílio do governo federal, apesar de se tratar de uma escola da rede municipal, mas que eles não sabiam explicar. As políticas assistencialistas que chegam até eles são as mesmas para as demais

classes pobres de outras regiões do Brasil, não levando em consideração suas necessidades, seus anseios, a região que habitam, seu clima, sua cultura...

Apresentam-se como uma ajuda que vem de cima para baixo, levando em consideração apenas o que o governo acredita que eles precisam. Mas mesmo assim, quem não quer ganhar algo de bandeja? Esta forma de atuação do governo, faz com que a maioria abra um sorriso quando perguntado sobre o mesmo e com que respondam: “Pai Lula é nossa salvação” (Sr. H), “O governo nunca tinha olhado por nós” (Sr. J), “ Graças ao Lula a gente estar ganhando alguma coisinha” (Sra. A), “O Lula fez aparecer a corrupção” (Sr. D) e “O Lula é bom porque manda cesta” (Sra H).

Poucos apontaram o governo como problema, apenas 13,3% das famílias respondentes, fazendo com que o governo não seja um problema para a comunidade. Estes são os únicos que conseguem talvez enxergar o descaso do governo para com eles e ver que as políticas assistencialistas não estão funcionando no caso da comunidade da Tapagem, e sim cada vez mais levando-os a uma visão individualista e cada vez menos de comunidade, já que a assistência sempre vai a nível de família e não de comunidade, enfraquecendo os foros de discussão comunitárias e a identidade com esse tipo de organização.

A única argumentação que classifique o governo como problema por eles, além da falta de investimentos efetivos, é que “o governo põe juros muito grande nos empréstimos” (Sr. B).

Mesmo não sendo um problema para a comunidade, o Governo Federal deve aqui, ser encarado como tal, já que um de seus órgãos, o IBAMA, por eles visto isoladamente do Governo, é apontado como um médio problema.

2.2.4.4 – Manejo do ambiente

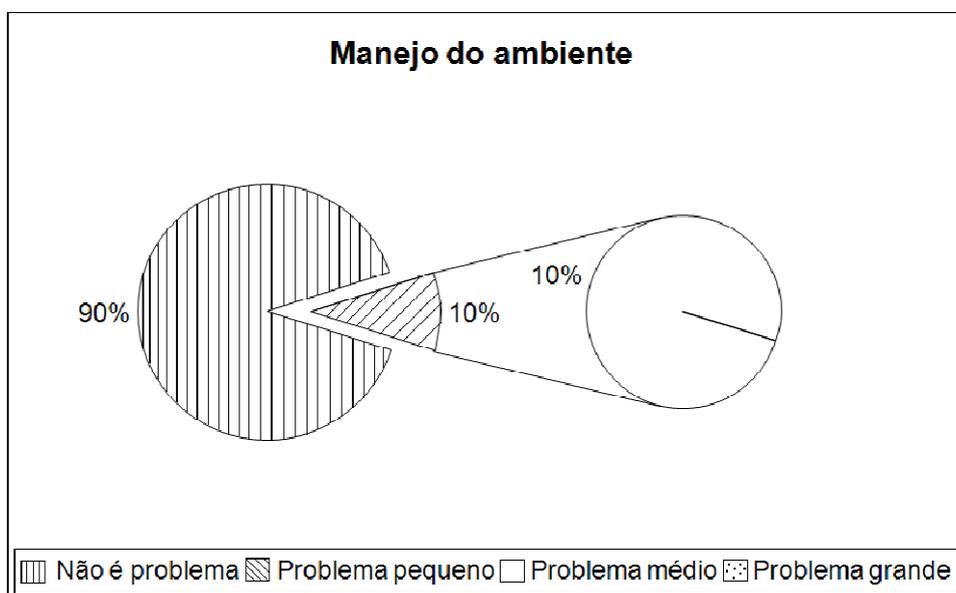


Figura 46: porcentagem dos respondentes sobre o MANEJO DO AMBIENTE como problema

Para 10% comunitários a questão de como interagem com o ambiente foi apontada como um problema. Em sua maioria, plantam mandioca e às vezes banana. Afirmam que a roça de mandioca às vezes esgota e quem nem tudo que se planta dá em todos os locais. Costumam descascar a mandioca na beira de igapós, aproveitando as cascas como alimento para peixes (Figura 47).

Afirmam que antes da entrada do IBAMA, “eles tiravam breu, cipó, copaíba e algum plantava tabaco” (Sr. K), produtos que segundo o relatório povos do rio, publicado pelo IBAMA/MMA (2006), ainda são retirados, exceto tabaco.

“Não temos conhecimento com a terra, não sabemos o que é bom para o que.”
(Sr.C)

Saúva, broca, gafanhoto e veado são problemas que enfrentam em seus roçados. Sr. C afirma a necessidade do uso de remédios para borrifar. A terra da comunidade não é boa para cupuaçu nem coco, segundo eles. O Sr. B afirma a necessidade de auxílio por parte de um Engenheiro Agrônomo.



Figura 47: Comunitários descascando mandioca no Igapó. A casca serve de alimento para os peixes.

É notável que nem todos plantam, por isso a maioria afirma que tudo o que se planta dá. A relação deles com o meio é quase exclusivamente extrativista. Quando se tratando deste tipo de prática, nenhum comunitário acredita interagir de forma negativa com o meio. Para eles, “a gente só tira o que precisa” (Sr. A) e “tem muito, não é problema” (Sr. M). A escassez de alguns recursos, que vem acontecendo (problema explicitado em outro tópico) não é relacionada por nenhum deles com o manejo do ambiente, ou seja, o modo como interagem com o meio, a forma que praticam seu extrativismo, o que pode ser muito bem expresso pela fala: “a gente trabalha dessa maneira, manejando o ambiente” (Sr. E).

Durante a estadia na comunidade, foi possível reparar que os comunitários realmente possuem uma forma não-degradante de interação com o meio. Apenas retiram o necessário para sua sobrevivência, impactando de forma *insignificante* o

meio. Isto pode ser resultado da proibição de comercializarem bens da natureza por parte do IBAMA, como animais e árvores, o que não gera demanda destes recursos de forma excessiva, fazendo com que sua exploração seja sustentável. O único recurso que podem comercializar é a castanha-do-pará, que é coletada já caída do pé, não caracterizando nenhum impacto para a floresta.

Parte IV – Considerações finais

Capítulo 1 - Discussão

As pesquisas que se destinam a estudar processos baseados na percepção da realidade de determinado grupo social seja ele comunidade, movimento social ou qualquer outro, precisam cuidar muito da aproximação inicial, devido às primeiras barreiras/ entraves percebidos/ encontrados ao longo da pesquisa. A questão da cultura, a partir do momento da “introdução” de um membro externo, portanto “estranho” passar a estar dentro, ou seja, conviver e ser aceito, exige cuidados. Além do mais em não deixar tantas evidências daqueles comunitários se sentirem como “objetos” de pesquisa, ou seja, terem que responder perguntas sobre suas vidas e percepções de suas realidades para alguém deles desconhecido.

Na comunidade da Tapagem não foi diferente. Todas essas barreiras existiram e, por isso, o período de três dias para aproximação foi essencial no que se refere ao desenrolar da pesquisa. Não três dias pelo número específico, mas sim porque lá levaram três dias para a pesquisa poder acontecer de forma mais “natural”, ou mais aceita pela maioria. Foi um intenso processo. Existiram pessoas que se aproximavam mais facilmente, mais sociáveis, querendo conhecer o pesquisador, sua vida, saber mais sobre a pesquisa. Outras, porém eram mais desconfiadas, principalmente por se tratar de um local de pessoas que foram durante muitas vezes enganadas e exploradas. Assim, esse processo de

desconfiança foi mais do que natural, dentro daquele espaço sócio-cultural. E isso foi sendo entendido ao longo do tempo, quando contavam as histórias e participavam das entrevistas.

A comunidade da Tapagem já recebeu outros pesquisadores, em outros momentos e com fortes financiamentos, podendo proporcionar aos membros da comunidade, diárias de R\$ 60 - por exemplo - para quem pudessem ajudar na pesquisa, seja indicando locais, seja guiando os pesquisadores e outras. Além disso, diversos “*estranhos*” que lá chegam - de acordo com depoimentos - são do governo, como, por exemplo, do INCRA, que vão com a proposta de titular suas terras, darem casas, geradores e etc. Dessa forma, existiu uma outra barreira no local onde se realizou a pesquisa criada pelo perfil/objetivos/direcionamento de visitas anteriores, que é o interesse econômico naqueles “de fora” que os visitam.

Esta também se apresentou como uma grande barreira. Houve relatos de que antes da chegada dos pesquisadores, haveriam tido discussões entre membros, a fim de se decidir quem ajudaria o pesquisador, pois achavam que receberiam dinheiro. Essa situação dificultou muito o desenrolar da pesquisa, pois demorou a entenderem que se pode chegar àquele local uma pesquisa sem financiamentos econômicos grandes. Foi um longo processo, explicar-lhes o significado de uma dissertação de mestrado, dizendo-lhes também que nem todos os que moram fora dali (em outros estados) reúnem condições financeiras estáveis, ou é rico, conforme lhes parece comum.

Isso acontece também por influência da mídia. A comunidade tem uma televisão que funciona apenas nos horários das telenovelas brasileiras, pela já falada questão do diesel, fazendo com que a imagem que tenham de outras realidades, outros estados e municípios, seja apenas a mostrada por esses programas televisivos. Por diversas vezes perguntavam se a vida no Rio de Janeiro, Estado onde fica situada a Universidade Federal Fluminense, era similar a de personagens das telenovelas, que eram totalmente distantes da realidade do Pará/Tapagem. Esse entrave foi difícil superar, pois era complicado explicar que nem sempre o que os era mostrado através da televisão era a fidedigna expressão da realidade em outros rincões.

Mesmo que superados estes processos, percebia-se que alguns ainda se aproximavam com certo interesse, nem que fosse em trocar alimentos. A participação nas reuniões também se demonstrava ser muito estimulada por refeições coletivas, como até os profissionais do IBAMA afirmavam fazer, a fim de reunir maior número de pessoas. Esta cultura dificulta, em muito, a realização de reuniões sem que haja tal estímulo. Na própria fala das crianças, quando chamadas para brincar, já estava inserido esse costume, pois perguntavam: “*Vai ter comida?*”. Notou-se esvaziamento nas reuniões, frente à não realização dessas refeições. Nesse âmbito, a realização do diagnóstico através de entrevistas foi essencial, pois a realização de dinâmicas de grupo e diagnósticos baseados em metodologias grupais seria muito prejudicada em face de esse processo.

Realmente é muito complicado retirá-los da sua rotina para a participação de qualquer atividade sem que eles recebam de imediato algo em troca. Já as entrevistas, estas foram facilitadas por diversos motivos: gostarem de “*prosear*”, ou seja, conversar; o assunto ser relevante para eles, pois se sentiam confortáveis em expor os problemas da comunidade e isso ser registrado; as entrevistas acontecerem sem interromper suas rotinas, ou seja, poderem ser realizadas ao mesmo tempo que trabalhavam, sendo o pesquisador que se deslocava até eles, e não eles tendo que ir procurar o pesquisador.

Ainda, na fase de adaptação/aproximação, foi essencial para superar diversos entraves impostos pela cultura, como por exemplo, a própria alimentação e os costumes locais. Para eles, ver o pesquisador alimentar-se com eles, “do que tiver”, ou seja, do alimento que tiver disponível para eles, dormir em redes como eles e compartilhar dos costumes locais é muito diferente e faz senti-los muito mais a vontade, segundo seus próprios relatos. Chegaram a afirmar que isso nunca havia sido feito antes, por outros pesquisadores.

Segundo os comunitários, os pesquisadores que lá estiveram, “sentavam de um lado da mesa, perguntavam as coisas, ficavam anotando tudo, entravam em seus barcos e iam embora”. Foi possível perceber que as metodologias de pesquisa lá utilizadas eram mais de observação direta, e nunca participante. Os próprios funcionários do IBAMA afirmaram terem feito um diagnóstico de problemas em

algumas comunidades através de observação direta, ou seja, usando sua própria interpretação do que seriam problemas e não as da comunidade. Para esse órgão, essa metodologia parece útil, uma vez que o mesmo tem que atuar frente a problemas descritos na legislação, importando a sua percepção do problema. Para esta pesquisa, porém, a metodologia participante foi essencial, pois aqui importava a visão da comunidade e não somente a do pesquisador. Importava ouvir a voz da comunidade pela ótica, logicamente, da própria comunidade.

A utilização de entrevistas informais com roteiro aberto como guia, foi essencial a ser utilizado na região, principalmente na primeira fase de levantamento dos problemas. As entrevistas eram longas, mas tinham caráter de conversa, não cansando o entrevistado e trazendo à pesquisa uma gama muito ampla de informações e detalhes. Como dito anteriormente, por ter sido utilizado o método informal, as entrevistas poderiam ocorrer em qualquer momento, desde quando se realizavam refeições, trabalhavam, ou guiavam seus barcos. O roteiro aberto apenas como guia, ajudava para que se pudesse melhor organizar as respostas posteriormente, certificando que nada faltava, mas mantinha o caráter informal da conversa, que muitas vezes tomava o rumo do roteiro sem nem mesmo precisar de intervenções do pesquisador para tal.

Questionários não funcionariam para este tipo de pesquisa, primeiramente pela dificuldade de ler e escrever dos comunitários, pela sua pouca motivação em participar, ou seja, não poderia se utilizar um objeto que contasse apenas com eles para ser realizado, e pela limitação de informações que traria, por mais aberto que fosse. Outros tipos de entrevistas, também trariam um escopo limitado de respostas, uma vez que eles criticavam a forma de entrevista realizada por outros pesquisadores que lá estiveram, baseados em métodos de entrevistas estruturadas, onde o entrevistado não tem muito espaço para falar, apenas responder aquela pauta que lhe é perguntada, limitando muito a qualidade das respostas, numa pesquisa como esta, que pretende realizar um diagnóstico.

O tempo de permanência na comunidade, que foi de 15 dias, foi o tempo ideal para a realização de uma pesquisa como a presente. Outras pesquisas anteriormente realizadas no local foram realizadas em um, ou no máximo dois dias,

segundo relatos ou descrição em bibliografia (MMA/IBAMA, 2006). Uma pesquisa como esta que tem como objetivo levantar o máximo de informações acerca do tema a fim de realizar um diagnóstico participativo dos problemas socioambientais locais, não tem condições de ser realizada em período tão limitado de tempo.

As condições de trabalho não foram as melhores. Os custos para se realizar uma pesquisa em um local como este, mesmo com as menores condições, com as quais contou a pesquisa, é elevadíssimo. Gastos com locomoção, combustível para barcos e geradores, pilhas, repelentes, remédios, protetor, equipamentos e alimentação, por mais básico que fossem, somados tornam o custo da pesquisa bem elevado. O pesquisador contou com vôlei da FAB Rio-Oriximiná, o empréstimo de alguns equipamentos da Universidade, alojamento e alimentação na cidade de Oriximiná (Unidade Avançada José Veríssimo - UAJV), da própria universidade e uma pequena quantidade de combustível e mantimentos por eles doada. Somente com esses auxílios foi possível a realização da pesquisa no local. Mesmo com tudo isso, os custos foram elevados, tornando as condições limitadíssimas. O combustível e os mantimentos levados pela equipe de pesquisa restringiram em muito as ações. Os pesquisadores tinham que se programar para realizarem tudo ao mesmo tempo (locomoção, utilização de geradores para carregar equipamentos), devido ao racionamento de combustível.

No entanto, a ajuda mútua dos pesquisadores foi de essencial aspecto na realização das pesquisas. O estudo atual teria sido muito mais árduo se realizado apenas pelo pesquisador. A presença do outro pesquisador foi essencial não só na realização do trabalho, mas no planejamento e execução do campo, além da superação de problemas, como adaptação ao local, rompimento de barreiras culturais e geográficas e etc.

A descrição dos problemas foi feita de acordo com as falas e ótica da própria comunidade. A participação do pesquisador limitou-se para o observado em campo, excluindo-se, nesse sentido, a sua opinião.

O resultado do diagnóstico, ou seja, a qualificação e quantificação dos problemas, então, segue única e exclusivamente a ótica dos moradores da

comunidade da Tapagem. Outros atores envolvidos e citados, assim como o próprio pesquisador, podem apresentar opiniões diferentes quanto à explicitação/evidenciação dos problemas, bem como a escala em que os mesmos foram discriminados pela comunidade.

A segunda fase, a parte quantitativa, não necessariamente necessita ser realizada, quando a metodologia for aplicada para meramente diagnosticar os problemas, ou para realizar os cardápios. Sua aplicação possibilita traçar um perfil de prioridade na resolução dos problemas e melhor definir um gradiente dos problemas da comunidade como um todo, mas sua não realização não compromete o processo. Podem ser utilizadas técnicas estatísticas a fim de melhor tratar os dados, no caso de uma pesquisa com cunho estatístico. Não foi intenção deste trabalho realizar nenhum tratamento estatístico dos dados, já que se trata de pesquisa de natureza qualitativa, cujo objetivo direto não é o quantitativo, não sendo aqui necessário nenhum tipo de análise estatística quanto aos dados obtidos.

Não há registros de nenhuma prática de Educação Ambiental no local. Quando perguntados, os comunitários nem ao menos sabiam o que queria dizer. Nunca ouviram falar de Educação Ambiental. Houve quem afirmasse que apenas ouviu falar quando nossa chegada fora anunciada, apesar de não saber do que se tratava. O IBAMA afirmou já ter dado algum material que versava sobre o assunto, material esse, que encontrava-se perdido e todo corroído, na escola. Nenhum professor ao menos tinha lido este material e ele nunca havia sido trabalhado pelo órgão na instituição de ensino. A maioria dos professores desconhecia sua existência. O material foi analisado e demonstrou-se insipiente e não voltado à realidade local, a não ser os materiais que tinham como intenção a conservação dos quelônios, que utilizavam-se de uma linguagem bem infantil. Quando do momento da visita, o IBAMA preparava material que pudesse ser utilizado na EA das comunidades, focando os processos locais, a partir da ótica do órgão, ou seja, um processo educativo voltado para as demandas de conservação do órgão, e não da comunidade. Fora isso, não há nenhum material ou processo que trabalhe algum tipo de Educação mais crítica no local, tratando sobre temas sociais, ambientais, incentivando a participação/organização para o exercício da cidadania.

A educação local é bastante precária e não trabalha as questões locais. Apesar de na Secretaria de Educação do Município haver uma diretoria voltada apenas para o ensino quilombola, não há muito investimento neste setor educativo. Os materiais didáticos por eles utilizados não abordam nem prioriza a cultura quilombola, assim como o processo educativo também não o demonstra fazer. Os livros apresentam abordagem totalmente focada nas regiões do sul do país, destoando totalmente da cultura local e muitas vezes ensinando às crianças equivocadamente, além de levá-las a conhecimentos e elementos culturais que não são os delas.

Nesse ponto, se torna de suma importância a inclusão de elementos locais no processo educativo, priorizando processos cotidianos das crianças e não realidades absurdamente distantes, uma vez que muitos dos comunitários residem no interior da floresta e lá permanecem. A confecção de um cardápio ambiental, ou seja: conhecimento relacionado aos problemas locais, explicando e explicitando os problemas, além de apontar soluções, torna o conhecimento muito mais aplicado em qualquer que seja o local. Nas comunidades quilombolas de Oriximiná, a utilização de cardápios confeccionados a partir de diagnósticos socioambientais como o realizado no presente estudo, pode, além de estimular a participação para solução dos problemas, também influenciar na melhora e efetividade do processo educativo local. Um cardápio pode ser utilizado pelos professores, permeando todas as áreas do conhecimento e tornando o processo educativo mais útil e local, influenciando diretamente na vida cotidiana das crianças, seus familiares e de toda a comunidade.

Na comunidade da Tapagem, não há relatos de que grandes problemas que os assolavam tenham sido resolvidos pela mobilização e organização de sua comunidade. Isso é para os comunitários um de seus maiores problemas, fazendo-os se sentirem impotentes diante do sistema. Diversas vezes, afirmaram não fazer nada por não saberem como fazer, reclamando necessitarem de cursos, ou manuais. Neste ponto, o cardápio feito através deste diagnóstico, também poderia influenciar em grandes mudanças, uma vez que traria informações de como proceder para a resolução dos problemas, faltando apenas a vontade e iniciativa por parte dos comunitários, o que alegam não ter, por falta de informação. Quando explicados sobre o que seria um cardápio, afirmavam ser a solução de seus

problemas, como se fosse a falta de informação seu principal agente de acomodação. Não fazem nada por não saber como.

Todos alegam querer participar de reuniões a fim de organizarem-se para resolução de seus problemas. Porém, não se pode crer que apenas a entrega de cardápios ambientais na comunidade e nos colégios seria a solução desses problemas. Nada garante que serão utilizadas e não cairá no esquecimento, como o material distribuído pelo IBAMA. Os cardápios, porém, têm uma expectativa de serem utilizados muito mais e com maior aplicação do que aquele material do IBAMA *dito* educativo o foi, uma vez que os cardápios foram feitos a partir da lógica dos próprios comunitários e trazem as informações que eles tanto buscam que seriam focadas na resolução de problemas que tanto os assolam.

Mesmo assim, um programa de utilização desse material seria de grande utilidade. Poderia ser realizado durante dois dias, com os professores e chefes da comunidade, como apontou a própria Secretaria de Educação. Este processo poderia ser facilmente realizado, uma vez que, quando os professores vão para a cidade para receber seus salários no fim do mês, estes sempre passam alguns dias por lá, muitas vezes participando de reuniões e cursos na secretaria ou na cidade. Desta forma, poderia se esperar mais do material, como sua própria autogestão e continuidade.

O diagnóstico por si só, serve para identificação e fortalecimento da identidade dos problemas na comunidade. A partir do diagnóstico, a comunidade pode se organizar em busca das soluções dos problemas, podendo, inclusive, mostrá-lo para entidades que a apóiam, a políticos e a empresas, a respeito dos problemas porque passa e, com isso, buscar soluções.

As soluções, porém, ficam muitas vezes centradas na ajuda externa e muito dependentes daquela. A intenção de se trabalhar um cardápio em cima desse diagnóstico é justamente de dar informação para a comunidade, trazendo um pouco mais de independência para a solução dos problemas, mas que muitas vezes continuará centrada na ajuda externa. Problemas como saúde e educação, por exemplo, por mais informação que se dê à comunidade, só poderão ser resolvidos

com a ajuda externa e trabalho dos órgãos competentes. Sendo assim, o diagnóstico já pode influenciar bastante na resolução dos problemas ou organização para tal, uma vez que o papel mais importante de um cardápio é de fortalecer a identidade dos problemas, papel bem realizado por um diagnóstico.

Na verdade, o diagnóstico dos problemas socioambientais locais, aqui proposto e realizado é a base de um cardápio. O cardápio apenas contempla a mais, dicas de como atuar para a solução de tais problemas, o que também é bastante importante, mas que em muitos casos, apenas dirá a quem recorrer, como no caso dos exemplos supracitados.

Com a realização do diagnóstico, torna-se possível a formulação de propostas de cunho socioeducativo, como citados anteriormente, a confecção de cardápios e a Formação de Educadores Ambientais, entre diversos outros. É um grande passo, podendo, além de influenciar na chegada deste tipo de propostas, na construção de cursos que estimulem a organização comunitária, a formação de lideranças e a participação popular, cursos que muito têm se difundido ultimamente e que têm chegado à região Amazônica. Podem também influenciar em investimentos mais bem aplicados por parte das empresas que pretendem investir na comunidade, uma vez que podem ter acesso ao diagnóstico e escolher onde investir, não fazendo como anteriormente, que acabavam investindo em coisas não úteis ou não de prioridade para a comunidade.

A própria realização do diagnóstico incentiva a participação da comunidade em torno dos problemas que enfrentam, estimulando o pensamento de quais são os problemas, por que ocorrem e como solucioná-los. Ainda, frente às respostas obtidas através deste trabalho, foi possível perceber uma ampla reflexão sobre a importância da participação da comunidade na solução de seus próprios problemas, o que fora estimulado mediante a aplicação do diagnóstico. Isto faz pensar que a própria realização do diagnóstico estimula reflexões sobre a participação social na resolução dos problemas que enfrentam.

A aplicação desta metodologia de forma participativa promove o envolvimento da sociedade local com as políticas governamentais, ao passo que faz com que

programas educativos e políticas educacionais do governo possam ser realizados, não a partir da esfera governamental, mas sim, a partir de uma leitura da realidade local, seus anseios e necessidades, feita pela própria comunidade. Desta forma, geram-se dados qualitativos que podem influenciar e onde podem basear-se tais políticas, tornando-as muito mais aplicáveis, efetivas e justificáveis, localmente.

Desta forma, torna-se perceptível a importância da aplicação da metodologia participativa que, segundo Nasser (2008), possibilita “adequar os objetivos da pesquisa a uma linguagem local, facilmente compreendida e interpretada pelas pessoas, fornecendo bases para o envolvimento ativo da população no processo da análise, planejamento e tomada de decisões”, como na formação das intervenções para efetivação da EA, neste caso através da realização do diagnóstico socioambiental participativo. De acordo com o constatado pelo autor ao final de sua pesquisa,

A metodologia participativa é um processo que envolve aprendizado e interação por parte de todos os grupos envolvidos, e que tem conseqüências importantes não só para as ações imediatas (...), mas servindo também como incentivo a uma participação mais ativa como cidadãos em relação à nossa sociedade e às decisões que a atingem cotidianamente.

Desta forma, a EA pode influenciar diretamente na formação de um saber e de uma racionalidade ambientais que, segundo Leff (2000), “*orientam os processos de re-apropriação da natureza e as práticas de desenvolvimento sustentável*”, já que para isso, “*é necessário que as estratégias acadêmicas, as políticas educativas, os métodos pedagógicos, a produção de conhecimentos científico-tecnológicos e a formação de capacidades se entrelacem com as condições políticas, econômicas e culturais de cada região e nação*”, o que vai ao encontro às propostas de uma EA comprometida e localmente efetiva, que pode e deve ser iniciada através da leitura da realidade à qual se aplica, o que pode ser feito através da aplicação de um diagnóstico socioambiental participativo. Isso mostra o encadeamento deste tipo de EA com a formação da racionalidade ambiental, orientando as práticas de desenvolvimento sustentável e os processos de re-apropriação da natureza, importantíssimos de serem bem estruturados em remanescentes florestais e grandes bancos de biodiversidade, como a Floresta Amazônica.

Capítulo final – Conclusão

O presente estudo traz um *exercício prático* metodológico alternativo de como se realizar um diagnóstico socioambiental participativo, discutindo e inquirindo junto à população local realização de pontos essenciais ao interesse coletivo. Pensa-se que, a partir de tal postura metodológica, tal exercício possa ser realizado/aperfeiçoado e implementado em outras regiões, obviamente, não deixando de se considerar as características peculiares locais no momento da pesquisa. A realização do diagnóstico tende a possibilitar direta ou indiretamente o alcance de todos os objetivos e anseios da pesquisa.

Assim, a metodologia como a proposta pelo PROFEA e os cardápios de aprendizagem, não podem ser realizados sem a aplicação de um abrangente diagnóstico socioambiental participativo, conforme o realizado no presente estudo. Isso já seria a premissa das próprias metodologias, a exemplo das anteriormente citadas, que requerem uma leitura da realidade organizada e sistematizada, feita através do mapeamento e da participação comunitária com relação aos problemas socioambientais - diagnóstico. O que, porém, não deve limitar-se apenas às metodologias e práticas explicitadas nesse estudo, senão, como anteriormente dito, à todas e qualquer metodologia de EA comprometida.

Assim como o PROFEA e talvez por representar uma das mais importantes partes de tal e qualquer programa de EA que vise influenciar nas realidades locais às quais se aplicam, o diagnóstico possibilita uma ampla qualificação das políticas públicas de EA, fazendo com que exijam menos intervenções diretas e ofereçam mais apoio supletivo às reflexões e ações autogeridas regionalmente. Nesse contexto, faz com que se consiga desenvolver uma dinâmica nacional contínua e sustentável de processos de formação de educadoras(es) ambientais a partir de diferentes contextos, baseado nas premissas das metodologias dos programas existentes, como o PROFEA.

O diagnóstico se apresenta, assim, como base para a continuidade, a autogestão e a efetividade do processo educativo, podendo ser utilizado de diversas formas: seja como base para outras metodologias, como direcionamento na tomada de decisões, sejam públicas ou privadas como financiamentos locais; instrumento no fortalecimento da identidade dos problemas e da participação popular na solução dos mesmos; para propor diretrizes de políticas públicas locais, desde as educacionais às outras que podem ir ao encontro aos problemas encontrados, reunindo informações para propostas principalmente de cunho socioeducativo. Seja através do estímulo e da reflexão acerca dos problemas, dentre outras aplicações anteriormente citadas. Por ser uma ferramenta *flexível*, pode ser utilizada desde o ensino formal por educadores de todas as disciplinas, como no ensino informal e, na conscientização.

O diagnóstico, como leitura da realidade local é um passo fundamental e imprescindível para a aplicação de qualquer metodologia de EA, que não seja apenas conservadora, fazendo com que todas as premissas de uma EA realmente comprometida possam ser cumpridas, influenciando completamente na realidade local a qual se aplica. A efetivação da EA está intimamente ligada com a prévia leitura da realidade local, o que demonstra a pesquisa, poder ser eficientemente feita através da ferramenta do diagnóstico socioambiental local, ressaltando seu caráter participativo.

Ainda, o diagnóstico pode revelar conflitos em relação a outros atores e lacunas no entendimento e funcionamento de projetos em conjunto. Desta forma,

possibilita se reorganizar o entendimento entre os atores e preenchimento dessas lacunas.

O diagnóstico e a metodologia de cardápios, podem servir em diversas outras ocasiões, grupos e locais, como uma metodologia para um melhor entendimento e organização de qualquer grupo, uma vez que possibilita identificar os problemas na ótica individual e traçar um perfil dos problemas encontrados pelo grupo.

O diagnóstico é o que realmente pode vir a tornar a EA local e efetiva. É o passo essencial na aplicação da EA em qualquer que seja o ambiente, pois tende a uma leitura da realidade a qual será aplicada, trazendo seu caráter local e sua efetividade à tona. Ainda, o caráter participativo do diagnóstico, possibilita uma ação e aplicação mais efetiva da EA, uma vez que não se limita à leitura da realidade de quem aplica a EA, já que muitas vezes este sujeito não faz parte daquele contexto, deixando a critério da comunidade a sua própria leitura, de seus problemas, anseios e necessidades.

Bibliografia

- ANDRADE, L e TRECCANI, G. 2000. Terras Quilombolas. In: LARANJEIRA (Org.) *Direito Agrário Brasileiro Hoje*. São Paulo: Ed. LTr.
- AVANZI, M. R. 2004. Ecopedagogia. In: Layrargues, P. P. (coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 156 p.
- BERTOLUCCI, D. ; MACHADO, J. ; SANTANA, L. C. 2005. *Educação Ambiental ou Educações Ambientais? As adjetivações da educação ambiental brasileira*. Revista eletrônica do mestrado em educação ambiental. V.15.
- BIANCHINI, T. 1995. *La educación ambiental y la hipótesis Gaia*. Série documentos especiales, Bogotá: Ministério de Educación Nacional, Educación Ambiental.
- BRASIL. 1981. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e

aplicação, e dá outras providências *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, 2 de setembro de 1981, p. 16509.

- _____. 1988-a. Constituição Federal de 1988. Constituição da república federativa do Brasil. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, 5 de outubro de 1988, p.1.
- _____. 1988-b. Lei nº 7668, de 22 de agosto de 1988. Autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares - FCP e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 de agosto de 1988.
- _____. 1999. Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, 28 de abril de 1999, p.1.
- _____. 2001. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente e saúde*. 3. ed. Brasília: A Secretaria, 2001. 128 p.
- _____. 2002. Decreto 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a lei nº9.795, de abril de 1999, que institui a política nacional de educação ambiental, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 de junho de 2002, p.13.
- BRÜGGER, P. 1999. *Educação ou adestramento ambiental*. 2 ed. r.a. Florianópolis: Letras contemporâneas,. 159 p.
- CPI-SP, 2008.
http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/pa/pa_comunidades_amazonas_cast.html

- CZAPSKI, S. 1998. *A implantação da Educação Ambiental no Brasil*. Brasília. Ministério da Educação e do Desporto.
- DEMO, P. 1988. *Participação é conquista*. São Paulo, Cortez.
- _____. 1993. *Desafios modernos da educação*. Petrópolis, Ed. Vozes.
- DIAS, G. F. 2000. *Fundamentos da educação Ambiental*. Brasília: Universa. 198 p.
- FIGUEIREDO, J. B. A. 2006. *O Tao Ecocêntrico: Em busca de uma práxis ecológica*. Fortaleza - CE : Editora Gigamedia. p.154.
- FIORI, E. M. 1987. Aprender a dizer a sua palavra. In: Freire, P. *Pedagogia do oprimido*. 17ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 107 p.
- FREIRE, P. 1987. *Pedagogia do oprimido*. 17ª Ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro. 107p.
- GADOTTI, M. 1997. *Caminhos da ecopedagogia*. Debates Sócioambientais, 2(7):19-21.
- _____. 2000. *Pedagogia da Terra*. São Paulo: Fundação Petrópolis.
- GENTILI, P. 2000. Qual educação para qual cidadania? Reflexões sobre a formação do sujeito democrático. In: Azevedo, J. C.; Gentili, P. ; Krug, A.; Simon, C. *Utopia e democracia na educação cidadã*. Porto Alegre, Ed. Universidade, UFRGS. P. 143-156.
- GIL, A. C. 1999. *Métodos e técnicas em pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- GUIMARÃES, M. 1995. *A dimensão ambiental na educação*. Campinas, SP. Papirus.

- _____ . 2004. Educação Ambiental Crítica. In: Layrargues, P. P.(coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 156 p.
- GUTIÉRREZ, F. & PRADO, C. 1999. *Ecopedagogia e cidadania planetária*. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire - (Guia da escola cidadã; v.3)
- INIESTA, T. S. 1994. *La construcción Del aprendizaje em el aula, aplicación del enfoque globalizador a la anseñanza*. Buenos Aires: Magisterio del Rio de la Plata.
- JACOBI, P. R. 1997. *Educação para a cidadania: participação e co-responsabilidade*. Debates Sócioambientais, 2(7):1-2.
- KEIM, E. J. 1984. *Abordagem das relações entre os componentes ambientais nos livros didáticos de 1º. grau*. Rio de Janeiro: UFRJ. (Dissertação de Mestrado em Educação).
- LAYRARGUES, P. P. 2000. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LAYRARGUES, P. P. ; LOUREIRO, C. F. B. ; CASTRO, R. S. (Org.). *Sociedade e Meio Ambiente: a educação ambiental em debate*. 1 ed. São Paulo: Cortez, v. 1, p. 87-155.
- LEFF, E. 2000. *Ecologia, Capital e Cultura: Racionalidade Ambiental, Democracia Participativa e Desenvolvimento Sustentável*. Blumenau: EDIFURB. 380 p.
- LEONARDI, M. L. A. 1997. A educação ambiental como um dos instrumentos de superação da insustentabilidade da sociedade atual. In: CAVALCANTI, C. (Org.) *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez / Recife: Fundação Joaquim Nabuco. p. 391-408.

- LOUREIRO, C. F. B. 1999. *A Educação Ambiental no contexto da globalização*. Paradoxa, Rio de Janeiro, ano IV, nº6.
- _____ . 2000. Ética e Cidadania: Conceitos Básicos para a Transversalidade em Educação Ambiental. In: Mata, S. F. da. (Org.). *Educação Ambiental: Transversalidade em Questão*. 1 ed. Rio de Janeiro: MZ editora, v. , p. 72-81.
- LUZZI, D. 2003. A “ambientalização” da educação formal. Um diálogo aberto na complexidade do campo educativo. In: Leff, E (org.). *A complexidade ambiental*. São Paulo, Sp. Ed. Cortez.
- MAINGUENEAU, D. 1989. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes & Editora da Unicamp.
- MATA, S. F. 1996. *Meio ambiente: entre a vida e o verde*. In: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A NOVA ORDEM MUNDIAL, 1., 1996, Rio de Janeiro. *Anais ...* Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro – Centro de Filosofia e Ciências Humanas,. p.120 – 124
- MEADOWS, D. L., MEADOWS, D. H., RANDERS, J. & BEHRENS, W.W. 1972. *Limites do crescimento- um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade*. São Paulo: Ed. Perspectiva.
- MEC. MMA. MCT. 1994. *Programa Nacional de Educação Ambiental*. Brasília,
- MEDINA, N. M. 1997. Breve histórico da Educação Ambiental. In: PADUA, Suzana M.; TABANEZ, Marlene F. (Orgs.). *Educação Ambiental: Caminhos trilhados no Brasil*. Brasília. p. 265-269.
- MEDINA, N. M. & SANTOS, E. da C. 2000. *Educação ambiental: Uma metodologia participativa de formação*. Petrópolis/RJ: Vozes. 231 p.

- MMA/IBAMA. 2006. *Projeto povos do rio: cadastro de comunidades quilombolas e ribeirinhas localizadas no interior e entorno da Reserva Biológica do Rio Trombetas – Pará – Brasil*. Relatório final. Porto Trombetas.
- MMA & MEC, 2005. *ProNEA: Programa nacional de educação ambiental*. Brasília, 3 ed.
- _____, 2006. *ProFEA. Programa nacional de formação de educadores ambientais: por um Brasil educado e educando ambientalmente para a sustentabilidade*. Órgão gestor da política nacional de educação ambiental. Brasília.
- MEC. 1992. *Carta brasileira para Educação Ambiental*. Workshop de *Educação Ambiental*. Rio de Janeiro.
- MORIN, E. 1999. Por uma reforma do pensamento. In: PENA-VEGA, A. & NASCIMENTO, E. P. *O Pensar Complexo: Edgar Morin e a Crise da Modernidade*. Rio de Janeiro, Rj. Ed. Garamond.
- MRN. 2007. *Contexto Sócio-econômico da MRN na região e país*.
- NASSER, P. C. 2008. *Mapeando o conhecimento popular em uma unidade de conservação*. Niterói, 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- NEAL, P. 1995. *Teaching sustainable development*. *Environmental Education*, 50:8-9.
- ORIXIMINÁ, Prefeitura municipal de. 2007. *Plano diretor municipal participativo cidade de todos: Relatório de leitura técnica da realidade municipal*.

- PARÁ, Governo do Estado do. 2006. *Estatística municipal*: Oriximiná.
- PARIZOTTO, K. M. Z. 2003. *A construção da Agenda 21 local no município de Xanxerê/SC: Um processo de Educação Ambiental como ferramenta de Gestão Ambiental Participativa*. Florianópolis, 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico, Universidade Federal De Santa Catarina. Disponível em: <http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/8178.pdf>. Acesso em: 06 de junho de 2008.
- PEDRINI, A. G. & PELLICCIONE, N. B. G. 2007. Educação Ambiental Empresarial no Brasil: uma análise exploratória sobre sua qualidade conceitual. *Revista Mundo & Vida*. V. 8 (1). 2007
- PERALTA, J. E. & RUIZ, J. R. 2003. A educação popular ambiental. Para uma pedagogia de apropriação do ambiente. In: Leff, E (org.). *A complexidade ambiental*. São Paulo, Sp. Ed. Cortez.
- QUINTAS, J. S. & GUALDA, M. .J. 1995. *A formação do educador para atuar no processo de gestão ambiental*. Brasília: Ibama.
- REIGOTA, M. 1994. *O que é educação ambiental*. São Paulo: Brasiliense. 64 p. (Coleção Primeiros Passos).
- RIOJAS, R. 2003. A complexidade ambiental na universidade. In: Leff, E (org.). *A complexidade ambiental*. São Paulo, Sp. Ed. Cortez.
- RODRIGUES, D. T.; FONSECA NETO, J. C.; VOLPI, J. H. 2004 *Diferentes olhares construindo um novo saber: das dinâmicas interativas à formação do educador ambiental*. Curitiba: Centro Reichiano. Disponível em: www.centroreichiano.com.br/artigos.htm. Acesso em: 08/08/2008.

- SANTILLI, J. 2004. Povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais: a construção de novas categorias jurídicas. In: RICARDO, F. (Org) *Terras Indígenas e Unidades de Conservação - O desafio das sobreposições*. São Paulo: Editora Instituto Socioambiental.
- TANNER, R. T. 1978. *Educação ambiental*. São Paulo: Summus/Edusp.
- TAVARES, J. W. 2006. *Inventário cultural, social, político e econômico do município de Oriximiná*. Oriximiná, Gráfica e Editora Andrade.
- TEASS. 1992. *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*. Jornada Internacional de Educação Ambiental. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf> . Acesso em 07 de janeiro de 2009.
- UNCED. 1992. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992). *Agenda 21* (global), em português. Ministério do Meio Ambiente – MMA. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/se/agen21/ag21global/> . Acesso em 10 de setembro de 2008.
- UNESCO, 1976-a. *Carta de Belgrado*. Contacto, França, ano I, nº1.
- _____, 1976-b. *Taller Subregional de Educación Ambiental*. Chosica.
- _____, 1980. *La Educación Ambiental: Las grandes orientaciones de la Conferencia de Tbilisi*. Vendome, Universitaires de France.
- WANDERLEY, L. J. de M. 2005. Tem “cerca” para negro na Amazônia! A luta dos quilombolas do Trombetas-PA por titulação e uso de terra. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia

Agrária. Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.

- WANDERLEY, L. J. de M. & MAÇAIRA, L. P. 2006. *Proteção integral e áreas quilombolas: criminalização, exclusão social e desterritorialização*. II SAPIS – Seminário Áreas Protegidas e Inclusão Social. Disponível em www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/LuizJardimWanderley.pdf . Acesso em 20/08/08.
- WANDERLEY, L. J. de M. 2009. *O Grande prometo minerador e seus impactos territoriais de localização: O caso da MRN em Oriximiná-PA*. Disponível em: [http://www3.ufpa.br/projetomineracao/docs/estrut/artigo_Luiz_\(CNPq\).pdf](http://www3.ufpa.br/projetomineracao/docs/estrut/artigo_Luiz_(CNPq).pdf) . Acesso em : 15/04/2009.

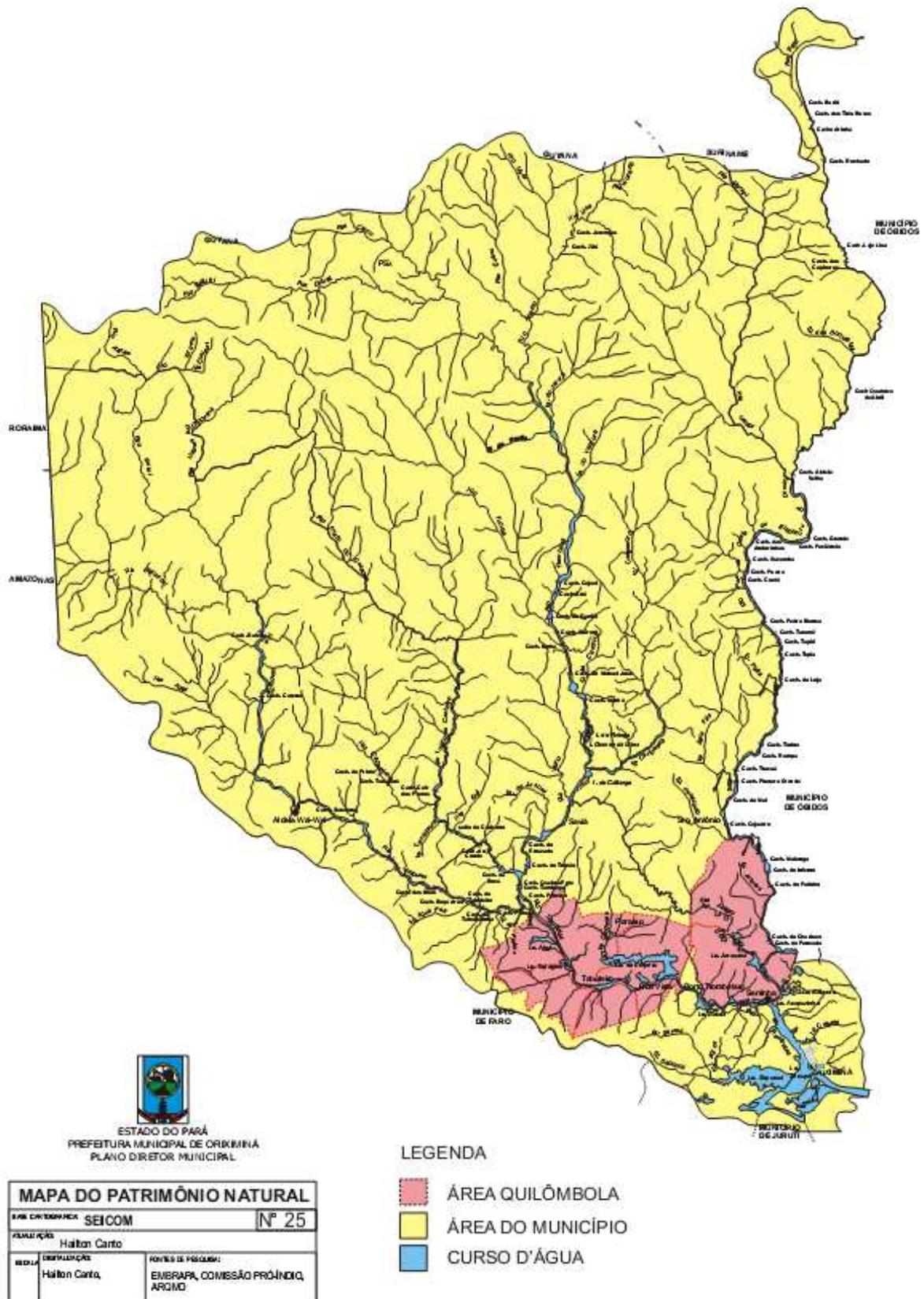
Anexo 1: Mapa de localização do município.
 Fonte:ORIXIMINÁ, 2007.



Anexo 2: Mapa dos limites geográficos do município.
 Fonte:ORIXIMINÁ, 2007.

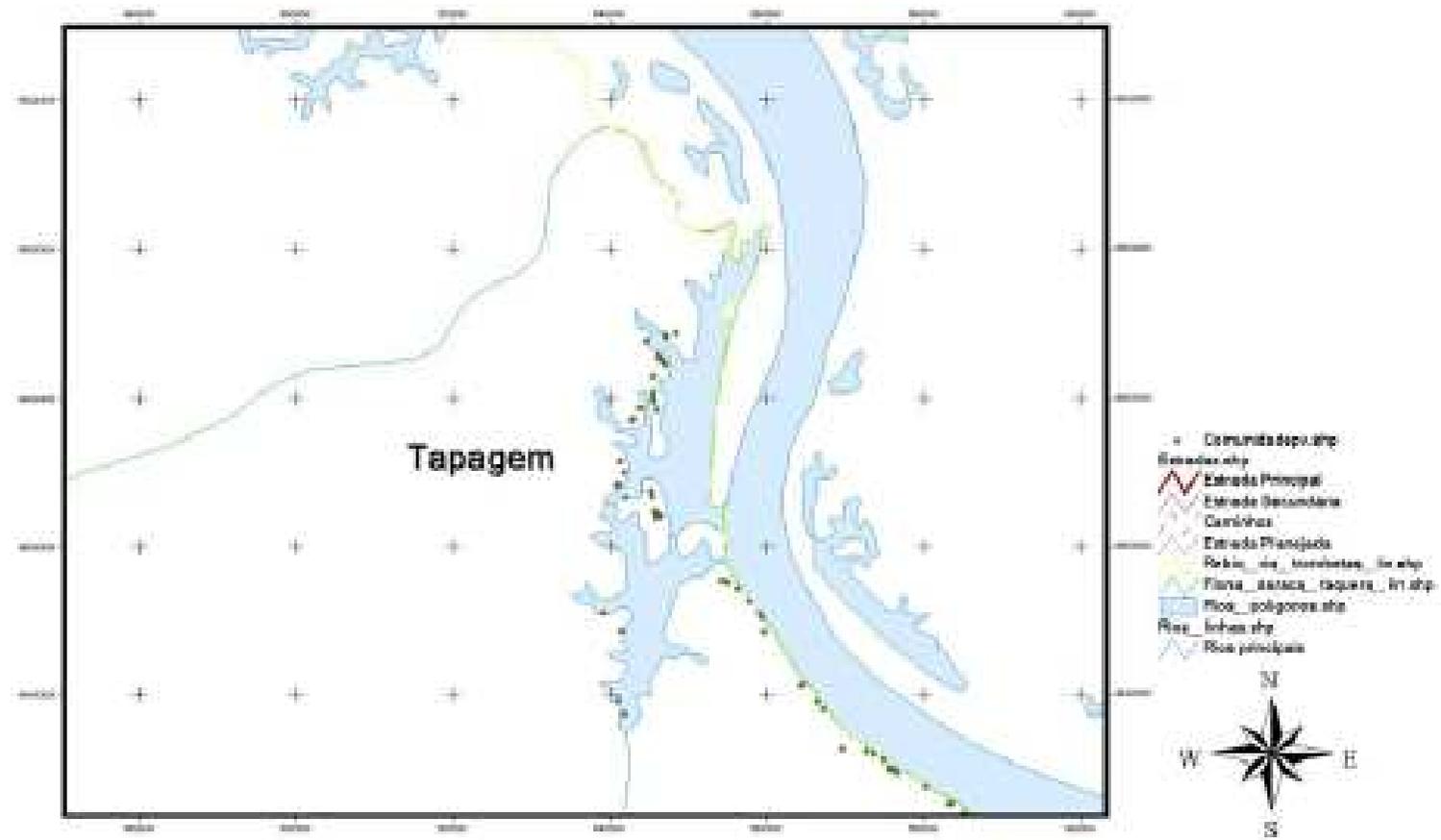


Anexo 4: Mapa do patrimônio natural ressaltando área quilombola.
 Fonte:ORIXIMINÁ, 2007.



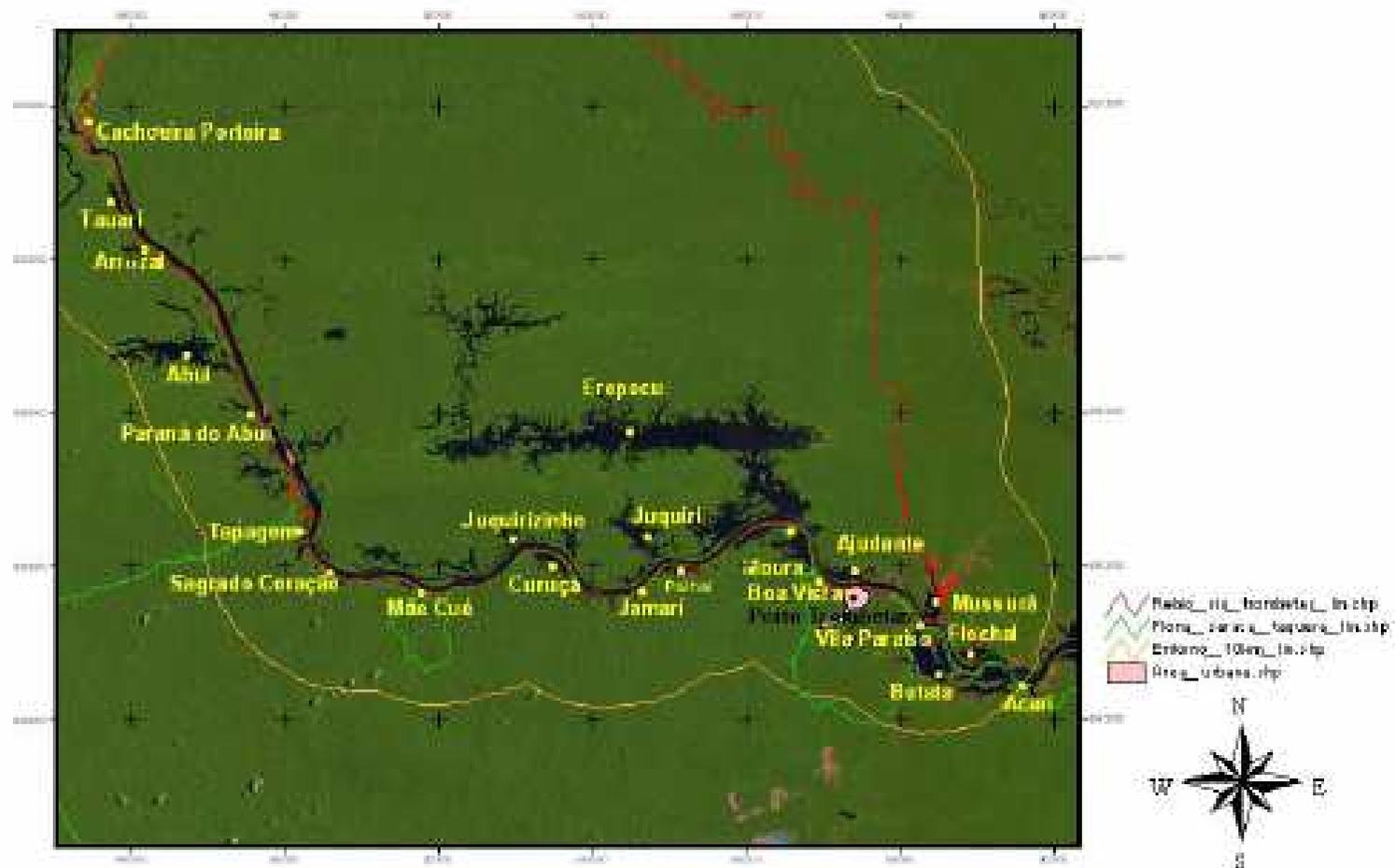
Anexo 5: Mapa com localização das comunidades na REBIO Trombetas e entorno.
Fonte: MMA/IBAMA, 2006.

Localização das Moradias na Comunidade da Tapagem

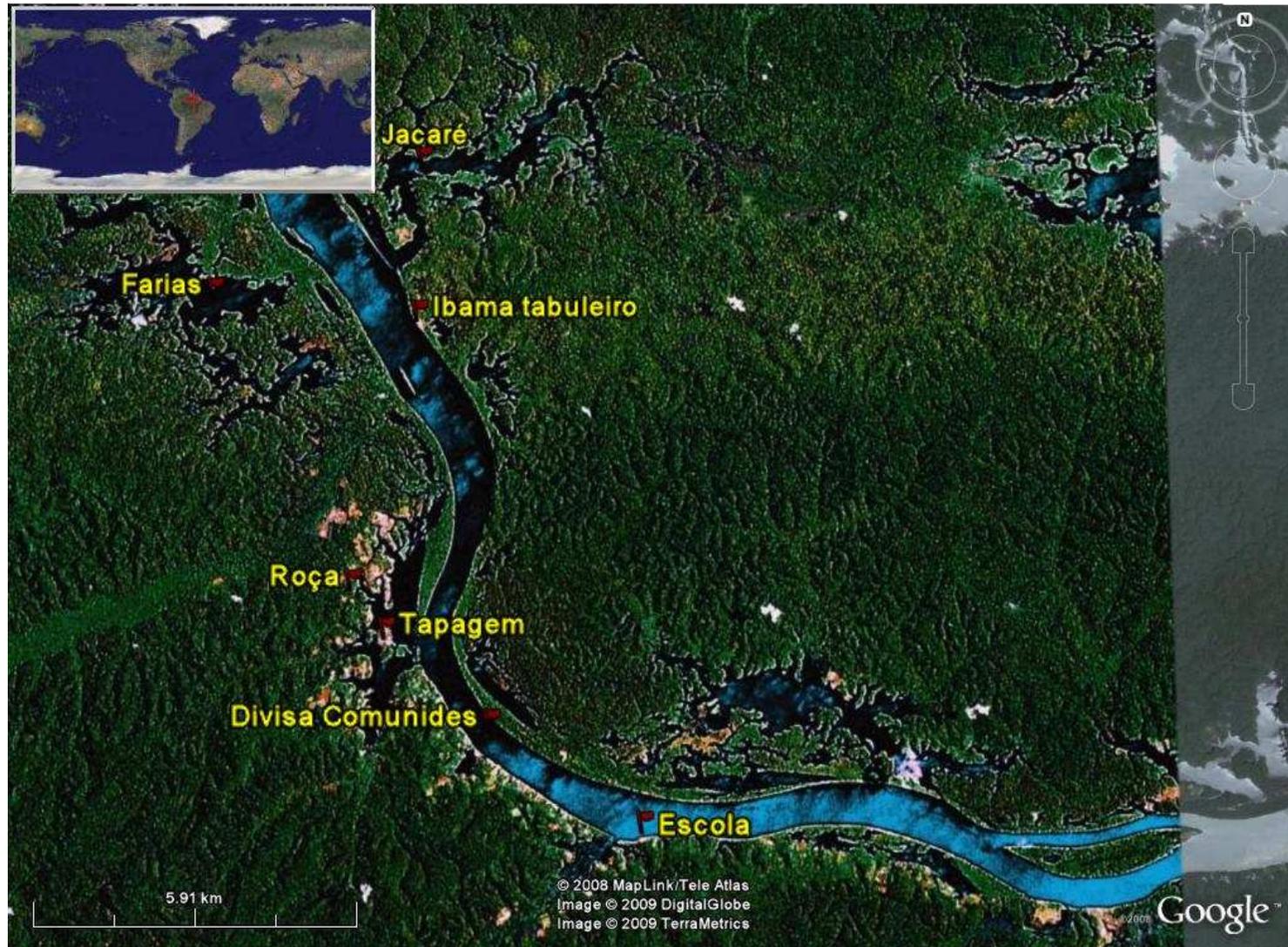


Anexo 6: Mapa com localização das moradias na comunidade Tapagem.
 Fonte: MMA/IBAMA, 2006.

Localização das Comunidades na REBIO do Rio Trombetas e Entorno



Anexo 7: Imagem da comunidade e áreas de influência. Imagem extraída e trabalhada no Google Earth. Pontos marcados em campo.



Anexo 8: Roteiro de entrevistas

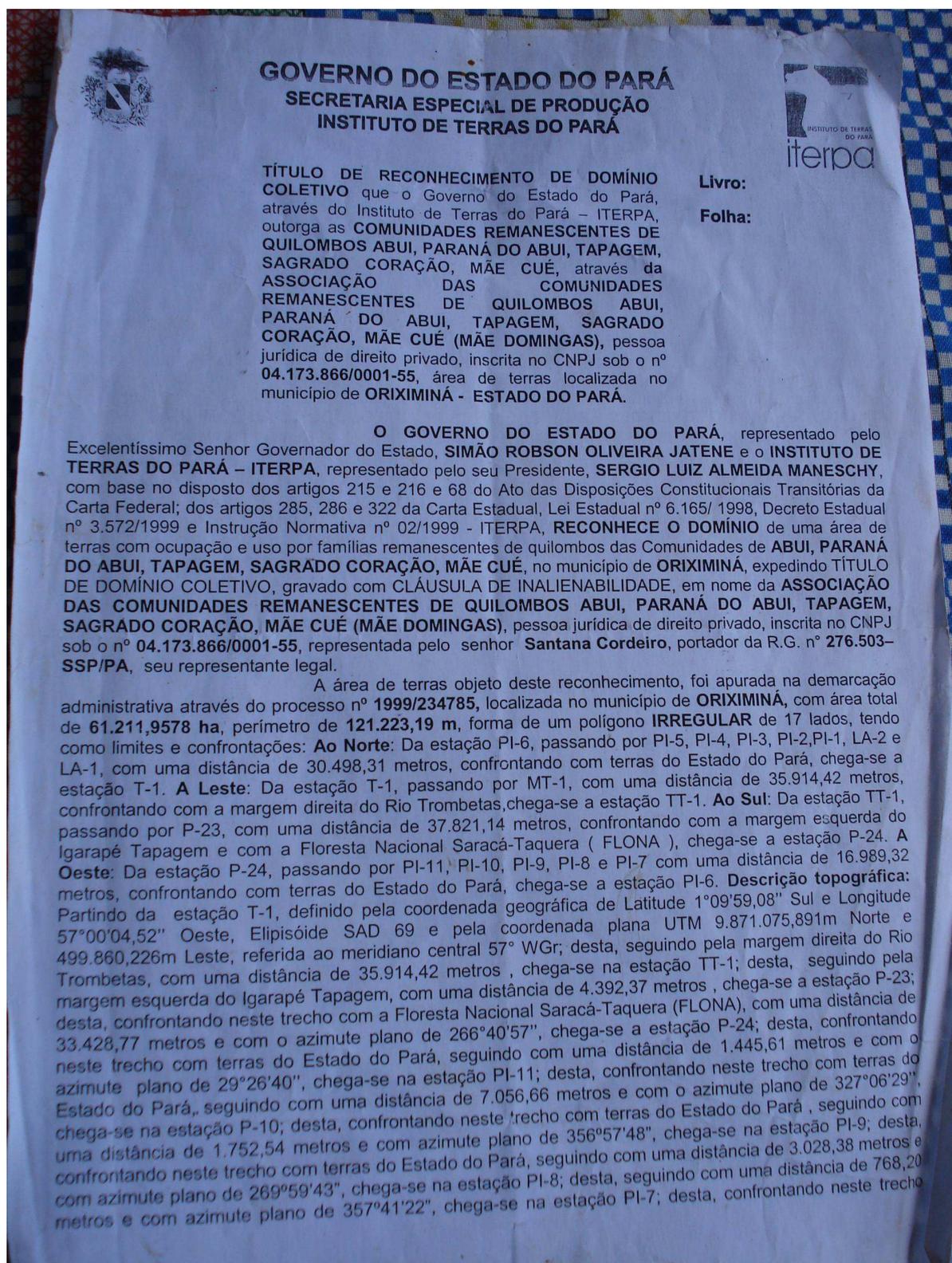
- 1) Existem problemas aqui? Qual/quais? Como/Por que acontece? Onde? Tem solução? Como?**

- 2) Existia algum problema no passado, que foi resolvido? Qual/ quais? Como era? Por que acontecia? Como foi resolvido? Alguém ajudou? Quem? Qual a relação com a comunidade? Existiam outros?**

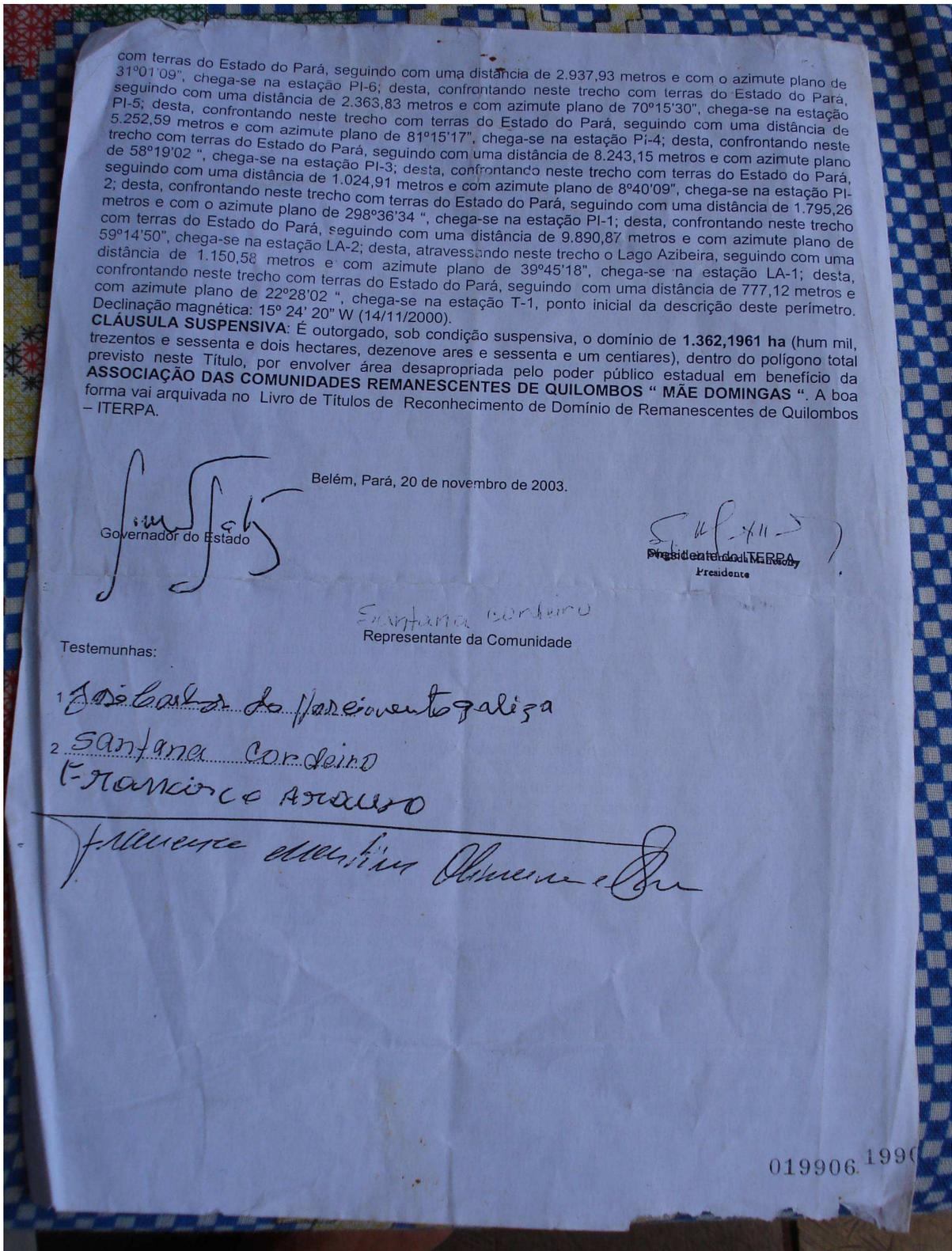
- 3) O que você acha das reuniões/ fóruns? Você participa de algum? Qual? Porque?**

- 4) Já ouviu falar de Educação Ambiental? O que é? Já participou? Tem por aqui? Quem faz? Onde?**

Anexo 9: Frente do documento de titulação de terras.



Anexo 10: Verso do documento de titulação de terras.



Anexo 12: Verso da “papeleta”, documento para controle da entrada dos quilombolas na REBIO trombetas na época de coleta da castanha, distribuído pelo IBAMA.

OBSERVAÇÕES

- O coletor deverá passar pelos postos de fiscalização (Erepecu ou Tabuleiro), para recebimento do visto de entrada e saída.
- O coletor que não apresentar a papeleta, na entrada e na saída, no posto de fiscalização ficará suspenso na próxima safra.
- O comprador só será autorizado a entrar na REBIO mediante solicitação da comunidade e com data estabelecida de saída.

A pesca somente será permitida para o consumo próprio e deverá utilizar-se de equipamentos e procedimentos adequados, como linha, anzol e malhadeiras de "nylon".

Todo o coletor deverá retirar seu lixo da unidade de conservação e depositá-lo em local apropriado, nas lixeiras fora da Unidade de Conservação.

Não será permitida a entrada de armas de fogo no interior da unidade de conservação.

Não será permitida a entrada de animais domésticos na REBIO, como cães, gatos, galinhas, patos, etc.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)